

Sérgio Peres de Paula

Fazenda do Centro

Imigração e
Colonização Italiana no
Sul do Espírito Santo



Coleção Cartaã
Volume 15

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fazenda do Centro

Imigração e
Colonização Italiana no
Sul do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RENATO CASAGRANDE
Governador

GIVALDO VIEIRA DA SILVA
Vice-governador

MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA
Secretário de Estado da Cultura

AGOSTINO LAZZARO
Diretor-Geral Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CILMAR FRANCESCHETTO
Diretor Técnico

INSTITUTO FREI MANUEL SIMÓN
Rua Antônio Machado, 35, Edifício Luiz Cola, loja 02
Centro, Castelo – ES. 29360-000
ifms.org.br/

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Sete de Setembro, 414, Centro, Vitória – ES. 29015-905
www.ape.es.gov.br



Coleção Canaã
Volume 15

Sérgio Peres de Paula

Fazenda do Centro

*Imigração e colonização italiana
no Sul do Espírito Santo*

© 2013 by Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Cilmar Franceschetto

REVISÃO
Triade Comunicação

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Bios

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Dossi Editora Gráfica

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho para a obtenção de Licenciatura e Título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

CIP – Catalogação na fonte
Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

P524f Paula, Sérgio Peres de.

Fazenda do Centro : imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo / Sérgio Peres de Paula. – Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Castelo : Instituto Frei Manuel Simón, 2013.

190 p. : il. ; 21 x 15 cm. - (Coleção Canaã ; v. 15)

ISBN : 978-85-98928-11-1

1. Imigração italiana – História – (ES). 2. Reforma agrária – (ES). I. Título.

CDD : 325.109458152

CDU : 314 + 325.02 = 131.1(81)

Dedico este trabalho a

Maria das Graças Nicoli, *in memoriam*

Agradecimentos

Agradeço às seguintes instituições e pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho:

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que subvencionou esta pesquisa com uma bolsa de Iniciação Científica;

Província de Santa Rita de Cássia da Ordem dos Agostinianos Recoletos;

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e todos os professores do curso de História e funcionários;

Instituto Frei Manuel Simón, Castelo, ES, e seus representantes, em especial o Sr. Lázaro Ernesto Destéfani;

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi, meu orientador;

Sr. Lucílio da Rocha Ribeiro, Vitória, ES, que muito prontamente se colocou à disposição para auxiliar na pesquisa;

Frades agostinianos da Capelinha e Residência N. S. das Graças em Franca e da Residência de Igarapava, SP;

Amigos que deram apoio e de cujo convívio social muitas vezes acabei me afastando um pouco por causa das exigências da pesquisa;

Muito obrigado a todos e ao Senhor Deus sem cuja luz tudo seria trevas e ignorância.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Página de abertura do livro das crônicas _____ 76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Espírito Santo no início do século XX _____ 91

Mapa 2 – Município de Castelo _____ 107

Mapa 3 – Divisão dos lotes da Fazenda do Centro,
assinado por Hermann Bello, agrimensor _____ 110

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Manuscrito de D. João Batista Corrêa Nery,
primeiro bispo de Vitória _____ 82

Foto 2 – Casarão da Fazenda do Centro - Década de 80 _____ 114

Foto 3 – Antiga usina de geração de energia elétrica
na Fazenda do Centro _____ 116

Foto 4 – Um dia festivo na Fazenda do Centro _____ 117

Foto 5 – Nota Promissória ao Sr. Joaquim Vieira Moura,
com data de 7 de maio de 1910, no valor de
Seis Contos de Réis, assinada por Hermann
Tautfeus Bello e José Mariano Sobrinho _____ 123

Foto 6 – Um antigo manuscrito da Fazenda do Centro,
com a relação dos colonos _____ 128

Sumário

Ontem, hoje e amanhã	13
Fazenda do Centro	17
Introdução	19
CAPÍTULO 1	
A imigração italiana no sul do Espírito Santo: Egito ou Canaã?	29
1.1 Compreendendo a imigração italiana para o Espírito Santo	33
1.2 O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e a pequena propriedade.....	45
1.3 O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e as relações de trabalho.....	53
1.4 A família, catalisador de vínculos comunitários.....	63
1.5 A religião: suporte ideológico e catalisador comunitário e social no imigrante	69
CAPÍTULO 2	
Fazenda do Centro: a formação do núcleo colonial.....	73
2.1 As fontes	74
2.2 A situação sociopolítica e religiosa do Espírito Santo na visão de D. João Batista Nery	81
2.3 A situação sociopolítica e religiosa do Espírito Santo na visão dos Agostinianos Recoletos.....	85
2.4 A situação institucional dos Recoletos.....	96
2.5 A aquisição da Fazenda do Centro. O que dizem as crônicas	101
2.6 O que dizem os documentos	118
2.7 O que dizem as escrituras	129
CAPÍTULO 3	
Reforma agrária e relações capitalistas na colonização do sul do Espírito Santo	133
3.1 Fazenda do Centro: reforma agrária?.....	133
3.2 As relações econômicas na colonização e imigração no sul do Espírito Santo ..	148
Considerações finais.....	170
Referências.....	179
O Instituto Frei Manuel Simón e a preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Castelo	184

Ontem, hoje e amanhã

Raramente se vê, no mundo acadêmico brasileiro, uma pesquisa histórica produzida com o cuidado e a sensibilidade que Sérgio Peres de Paula dedicou ao estudo da imigração e colonização italiana em nosso estado. Ao contrário de outras obras do gênero, este não é um livro escrito apenas para especialistas, mas uma preciosa contribuição intelectual que se oferece a todos que buscam, nos estudos históricos, mais que a simples descrição de fatos do nosso passado.

Sabemos que o imigrante europeu que desembarcou no Espírito Santo e se fixou no Sul capixaba, ao longo do século XIX, desempenhou papel extremamente relevante na formação social, econômica, cultural e política da nossa sociedade. E analisar o sentido da autêntica epopeia que viveram esses pioneiros é desafio que muitos já enfrentaram, convencidos de que ela significou não apenas uma longa e penosa ocupação do território, mas também um período fundamental na difusão de ideias, conhecimentos, costumes, crenças e modos de vida que marcaram profundamente a cultura capixaba.

Historiadores e demógrafos afirmam que os grandes movimentos migratórios envolvem, de modo geral, indivíduos e famílias muito especiais. Esses grupos – diante dos enormes obstáculos e ad-

versidades que enfrentam – são capazes de somar coragem, fé, conhecimentos e energia, para então se lançar na busca de uma vida melhor, mais humana e produtiva, ainda que no mais longínquo continente. Foi esse o perfil dos imigrantes que chegaram ao Espírito Santo e enfrentaram duríssimas condições de vida e trabalho, agravadas por políticas públicas instáveis e muitas vezes caracterizadas pelo autoritarismo, o excesso de burocracia e o total desconhecimento da realidade regional.

A verdade é que os governantes brasileiros, encastelados na Capital, mal conheciam o Brasil real. Mesmo assim, legislavam sobre o trabalho, o presente e o futuro de populações movidas por aspirações, crenças e costumes cujos contornos nem chegavam a ser percebidos nos núcleos de decisão. Em alguns momentos, essa miopia administrativa e política obrigou os colonos a trabalharem na abertura de trilhas nas matas, em prejuízo da agricultura, que era a razão da sua presença em nosso território. E, pior ainda, diante das justas manifestações de descontentamento, os agentes do governo central, atuantes na colônia, apelaram muitas vezes para a intervenção policial. É comovente, ainda hoje, a descrição dos sacrifícios impostos a essas famílias, sobretudo quando se sabe que algumas haviam deixado dependentes em suas cidades de origem e tinham que lhes enviar parte dos escassos recursos financeiros obtidos no trabalho cotidiano.

A revelação organizada e muito bem fundamentada dos fatos ocorridos nesse passado, que nem é assim tão remoto, constitui grave advertência aos homens públicos de hoje, para que não incorram em equívocos semelhantes ao formular políticas que irão interferir negativamente na vida das pessoas, das famílias, dos estados e dos municípios. Por isso, a leitura desta obra assinada por Sérgio Peres de Paula é recomendável não só aos que desejam conhecer melhor os fatos relativos à imigração e colonização italiana no Sul do Espírito Santo, mas

a todos que se preocupam com o presente e o futuro do nosso estado. Se erros foram cometidos no passado, temos o hoje e o amanhã para corrigi-los. E a história nos ensina que o melhor caminho para o horizonte de prosperidade, paz e cidadania plena, que desejamos a todos os capixabas e brasileiros, é aquele que passa pelo diálogo, a flexibilidade, o equilíbrio e o conhecimento direto da realidade sobre a qual pretendemos atuar.

Renato Casagrande

Governador do Espírito Santo

Fazenda do Centro

Uma edificação, uma casa ou uma construção qualquer, para além do seu uso funcional e utilitário, são espaços portadores de sentidos que ultrapassam a materialidade de suas paredes. Os lugares são também suportes de memória, pois estabelecemos relações de afeto com eles. Dessa maneira as obras da engenharia humana, como o patrimônio arquitetônico, funcionam como textos que contam a história local.

O tombamento de um imóvel atende a essa perspectiva de, por meio da preservação do bem arquitetônico, garantir que o espaço expresse as relações simbólicas e formadoras da identidade de uma comunidade e de uma população. O Casarão da Fazenda do Centro é um bom exemplo desse tipo de lugar, pois em suas cercanias é possível estabelecer relações com a história local.

Tombado pelo Conselho Estadual de Cultura em 1984, foi desenvolvido para o Casarão um projeto de ocupação e de revitalização amplamente discutido com a sociedade observando as tradições e os valores culturais do município de Castelo e da região. Quanto ao seu funcionamento, o espaço priorizará a realização de atividades educativas, culturais, turísticas e religiosas e funcionará

como centro de cultura, biblioteca, sala de exposições e da memória agostiniana.

Trata-se de compreender o bem cultural enquanto um instrumento estratégico e de grande importância para a educação patrimonial dos cidadãos que dele usufruem, pois a familiarização com o patrimônio local é fundamental para sedimentar a identidade cultural. Na medida em que os frequentadores entram em contato com elementos que possuem relação direta com os grupos étnicos que formaram o município e a região, estamos promovendo o resgate histórico por meio do uso contemporâneo do bem tombado.

A pesquisa historiográfica materializada na presente publicação também é uma forma de perpetuar a memória e fortalecer a identidade cultural. Além do acesso a informações levantadas e organizadas com o devido rigor metodológico, os apontamentos aqui descritos nos permite desvelar as construções reais e simbólicas que nos constituem, ou seja, nos ajuda a compreender o nosso contexto atual - o que contribui para projetarmos, de maneira crítica, o nosso futuro.

Assim como as identidades culturais e tradições, os lugares memoriais são invenções que podem ser usadas por grupos culturais e étnicos para tencionarem mudanças e para darem sentido às vivências e realidades do tempo presente. À medida que conhecermos o nosso percurso histórico, estamos atualizando uma narrativa cujo sentido é sempre contemporâneo. Nesse sentido, a divulgação da memória histórica seja por meio de uma obra como esta, seja por meio da preservação de bens considerados representativos por uma comunidade, é uma importante estratégia política para a efetivação de uma cidadania cultural plena.

Maurício Silva

Secretário de Estado da Cultura

Introdução

O historiador se depara com uma situação bastante diferenciada quanto ao seu objeto de estudo em relação a outras ciências: ele próprio não constata os fatos que estuda. Logo, o seu conhecimento é indireto. Como, então, é possível estudar o passado? O conhecimento do passado se faz através dos vestígios, dos materiais fornecidos pelas gerações passadas, agora tornadas documentos que falam ao historiador. Os textos e documentos, porém, só falam se o historiador souber interrogá-los.¹ E, à medida que os interroga, novos conhecimentos sobre o passado vêm à tona. Poder-se-ia argumentar que estudar o passado é desnecessário, uma vez que ele não pode ser modificado. Marc Bloch responde a este argumento: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.”²

No interior no Espírito Santo, na cidade de Castelo, a 11 km da cidade, subindo em direção a um maciço rochoso e elevado, existe um

1 BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 69-74, 79.

2 *Ibid.*, p. 75.

casarão colonial, às margens do rio Caxixe, num vale cercado de montanhas ainda com muita mata tropical, próximo ao pico do Forno Grande, o ponto mais alto daquele município, com mais de 2 mil metros de altitude. É um casarão que, embora seja patrimônio histórico tombado, encontra-se bastante danificado por falta de conservação. Não perdeu, no entanto, sua imponência e, se a história se faz através de vestígios, ali está um documento em madeira e pau a pique como testemunha de uma época. Ao menos 150 anos já passaram e o casarão continua ali. Testemunha de um período marcado pela mão de obra escrava, de senhores latifundiários, de uma sociedade dividida basicamente nestas duas classes. Histórias de crueldades e maus-tratos aos escravos ainda circulam entre os antigos moradores daquela região. Foi-se a escravidão, veio a ruína. Dos escombros, brotou novamente a vida no local, sob uma nova estrutura fundiária e econômica: antes, a Fazenda do Centro, latifúndio dos senhores de escravos; depois, o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, de um grupo de frades espanhóis e algumas famílias, em sua maioria, de imigrantes italianos ou seus descendentes.

Em toda aquela região, há um grande contingente populacional de descendentes de imigrantes italianos. Ainda se encontra quem se refira aos “brasileiros” como os que não são descendentes de italianos. Gente extremamente trabalhadora e religiosa, ainda guarda algumas tradições de seus antepassados. No vale, encravado entre montanhas cobertas de mata, próxima ao casarão da Fazenda do Centro, encontra-se uma igreja de tamanho surpreendente. Quem não conhece a região talvez se pergunte: Que faz uma igreja tão grande num lugar tão ermo? Aos domingos, no entanto, a igreja, que antes parecia grande, torna-se pequena para receber os fiéis que moram nos arredores. Há 20 anos, com rostos marcados pelo trabalho ao sol, com mãos calejadas pelo trabalho duro de colher milho e café em encostas de montanhas, vozes afinadíssimas entoavam antigas canções italianas e belíssimos hinos religiosos. Todos estes descendentes de imigrantes italianos têm algo

em comum, além das origens de seus antepassados: são pequenos proprietários, cujos avós vieram das colônias nos arredores de Alfredo Chaves, acompanhando um frade agostiniano recoleto, cujo nome é bastante conhecido ali: Fr. Manuel Simón.

Esta pesquisa nasceu da experiência de morar naquele casarão há 20 anos durante um ano. Nos porões do casarão, algumas argolas, onde se dizia que ficavam escravos de castigo. Em frente, um jardim e um campo de futebol, onde outrora fora um enorme terreiro de café, ladeado de casas que formavam a senzala da fazenda. Hoje, restam apenas alguns sinais dos fundamentos destas casas. Grande era a sede de saber como os primeiros imigrantes chegaram ali, de onde vieram, como era a vida nas outras colônias, por que foram parar ali em meio a gigantescos monolitos de granito e como se formou o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. Um senhor, de forte sotaque italiano, na época com 75 anos de idade, de uma vitalidade incrível e uma alegria contagiante, o Sr. Vitorio Bernabé, contava inúmeras histórias que iam do tempo da escravidão, passavam por Fr. Manuel Simón até Fr. João Echávarri, lembrando fatos e personagens que ficaram na memória local. Algo desta memória foi recolhido em alguns livros, como os escritos pelo Sr. Máximo Zandonadi. Tal memória oral, tornada escrita, passaria pelo crivo de uma análise crítica? Haveria documentos que mostrariam outras versões diferentes dos fatos? Seria possível fazer daquela consciência histórica, sustentada no testemunho oral, uma narrativa que ajudasse a conhecer melhor fatos, circunstâncias, conjunturas e estruturas ali presentes?

Jörn Rüsen³ afirma que “[...] a narrativa constitui (especificamente) a consciência histórica na medida em que recorre a ‘lembranças’

3 RÜSEN, Jörn, **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001. p. 62. (destaque do autor).

para interpretar as experiências do tempo.” Naquela fazenda, quantas ‘lembranças’! Não só na memória oral dos antigos descendentes de italianos, não! As paredes daquele casarão guardavam e ainda guardam muitas histórias! Como fazer vir à tona o que estava ainda guardado? Seriam necessários novos documentos. A província de Santa Rita de Cássia, da Ordem dos Agostinianos Recoletos, através de sua pessoa jurídica, a Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação, atual proprietária da fazenda, abriu seus arquivos e permitiu esta pesquisa. Ainda é Jörn Rösen quem diz que a ‘lembrança’ flui como orientação da vida prática atual e preenche-os com interpretações do tempo e constitui-se como um componente essencial da orientação existencial do homem.⁴ Entre os documentos, existem recibos, notas promissórias, memoriais descritivos de lotes de terra, mapas, escrituras, hipotecas, manuscritos em papel almaço rotos pelo tempo. Além desses, dois volumes de crônicas, datados de 1920, e um texto datilografado que seria uma “cópia fiel” do livro de Coisas Notáveis da Fazenda do Centro, cujo original manuscrito se perdeu. Também em Vitória, a Cúria Arquidiocesana abriu seus arquivos e permitiu o acesso a alguns documentos, entre os quais o manuscrito de D. João Batista Correa Nery, primeiro bispo de Vitória. São documentos que se enquadram na linha da memória escrita, sob perspectivas diversas, mas que ajudam a compreender alguns fatos e situações. Tais textos são fundamentais enquanto documentos históricos que precisam ser lidos, estudados e analisados, considerando os pontos de vistas diversos, a “Weltanschauung” de cada um. É ainda Jörn Rösen quem afirma que

[...] toda narrativa histórica está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de se manterem seguros e firmes no fluxo do tempo. A experiência do tempo é sempre

4 Ibid., p. 63

uma experiência de perda iminente da identidade do homem (também aqui a experiência mais radical é a da morte).⁵

E a morte aqui não se refere apenas aos indivíduos, mas à memória dos fatos. Não deixar que a experiência dos fatos desapareça, eis aí um grande desafio! Registros de crônicas, livros de tombo e similares, diários pessoais e autobiografia são tentativas de evitar a morte da memória e colaboram para formar certas tradições. Massimo Mastrogregori⁶, ao escrever sobre a tradição das lembranças em sua relação com a historiografia, diz que no desenvolvimento histórico da tradição há três ordens de fenômenos:

1. A transmissão das lembranças ligadas à busca estratégica de identidades de uma sociedade;
2. A atenção para com os fatos reais, a busca de tudo o que aconteceu, a interpretação de testemunhos e de rastros;
3. A inserção numa perspectiva temporal, o olhar para o futuro numa busca de uma imortalidade no tempo humano; daí o próprio interesse para os acontecimentos que já não são visíveis para o passado.

O tom de excessiva exaltação dos feitos dos seus personagens presente nas crônicas dos agostinianos deixa claro o uso das lembranças como estratégia identitária.

José Carlos Reis⁷, ao escrever sobre a tendência à especialização na Escola dos Annales na década de 70 do século XX, indica alguns

5 Ibid., p. 66. (destaque do autor).

6 MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 70.

7 REIS, José Carlos, **Teoria & história: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 91-94.

ganhos e perdas na passagem da pretensa história global e universal de antes para a história “em migalhas” como foi chamada a produção histórica de alguns historiadores daquele período. Assim podemos resumir algumas destas passagens:

1. Passagem da síntese à especialização, a por fim no caráter teleológico da história, ao delimitar ao máximo o problema;
2. Passagem do todo (holismo) ao tudo (micro), a buscar o fim do caráter especulativo e metafísico e a recusar um olhar global, considerado normalmente de cunho totalitário;
3. Passagem do homogêneo (mudança) ao heterogêneo (conservação), a pretender o fim da homogeneização da vida social e a perceber os sujeitos “excêntricos”, fragmentados;
4. Passagem da estrutura ao indivíduo, do social objetivo ao individual subjetivo, contra as abstrações estruturais desencarnadas e irreais, a valorizar o indivíduo real, concreto e singular;
5. Passagem do material ao imaginário e simbólico, a partir dos interesses materiais de classe e de grupos para o mundo psicológico e suas crenças, superstições, medos, fantasias, sonhos e pesadelos;
6. Passagem do racional ao irracional, pois não interessa mais a intersubjetividade e o controle das palavras e mensagens, mas a linguagem como jogo e sentido construído segundo estratégias de forças e impulsos do presente;
7. Passagem da revolução ao imobilismo, que representou uma perda para os militantes, pois não há mais interesse em utopias racionais das sociedades perfeitas, consideradas como tentativas totalitárias; isso representou o fim da ingenuidade em relação à mudança e a perceber a distância entre a intenção, o discurso e a ação;

8. Passagem da memória à desmemória, pois a história anterior foi vista como uma memória de grupos dominantes que quer controlar o passado e o futuro;
9. Passagem da história-ciência social à história literatura, pois a história não mais foi vista como objetiva, formal, imparcial e científica, mas escrita de forma poética, pessoal e imaginativa;
10. Passagem de uma identidade epistemológica da história à não identidade; pois a história, por um lado, se apresentava como uma ciência social, reconhecível, identificável, formada por um conhecimento interdisciplinar e global, por outro, a história foi vista como pura temporalidade, historicidade, subjetividade e relatividade.

Este trabalho visou passar da síntese de uma pesquisa bibliográfica sobre a imigração italiana no sul a uma análise de documentos e fontes, focalizando um objeto mais específico, o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. Em seguida, buscou-se olhar mais globalmente algumas ideias construídas sobre o objeto e analisar a relação entre a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro com as reformas agrárias e o capitalismo moderno a se impor com força total desde aquela época.

O primeiro capítulo trata sobre a imigração italiana no sul do Espírito Santo, situando-a no contexto do fenômeno imigratório do século XIX e realçando algumas características peculiares deste fenômeno na região, em relação a outras do Brasil. A partir da ideia de que o principal objetivo do imigrante no sul capixaba era tornar-se proprietário de terras, analisou-se, juntamente com essa, alguns outros valores relacionados, como a disposição ao trabalho e a valorização da família e da religião. Sem esses elementos, a compreensão do objeto desta pesquisa ficaria comprometida. Para situar a imigração italiana no sul do Espírito Santo recorreu-se a uma síntese bibliográfica a partir de outros autores que escreveram sobre

esse tema ou sobre a imigração no Brasil em geral, mas que ajudasse a compreender as peculiaridades da imigração no Espírito Santo. Utilizou-se aí também um livro de memórias de um imigrante italiano daquela região. As bibliografias sobre a imigração são por demais generalizantes, o imigrante torna-se um sujeito coletivo. Ao recorrer a uma memória escrita sem fins acadêmicos, percebe-se que aquele sujeito coletivo é um indivíduo existencial que tem muitas aspirações para sua vida: luta, trabalha, fracassa aqui, tenta a vida acolá, diverte-se, toma suas cachaças com os companheiros, ri, chora, reza, forma sua família e busca um lugar ao sol numa sociedade estranha e hostil em vários aspectos.

No segundo capítulo, focalizou-se a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. A situação dos imigrantes italianos já havia sido abordada no capítulo anterior. Era necessário destacar ali alguns outros elementos importantes, a saber, a situação da igreja católica capixaba e as razões que levaram um grupo de frades agostinianos recoletos a trabalhar como missionários naquela região no início do século XX. Após contextualizar alguns aspectos da igreja e dos religiosos, passou-se às motivações para a aquisição de uma fazenda no interior do Estado e a efetivação do projeto do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, ameaçado de não se concretizar desde o dia marcado para fechar o negócio. Os anos de 1910 a 1914 foram tenebrosos para aquele que esteve à frente do projeto, Fr. Manuel Simón: problemas com um sócio perdulário, dívidas que pareciam impagáveis, incompreensão por parte do clero local, risco de perder tudo, inclusive o nome e a credibilidade. A intervenção da Ordem dos Agostinianos Recoletos foi vital para garantir a execução do projeto, que, por circunstâncias adversas, não se concretizou como pensado inicialmente, mas não deixou também de cumprir com seus objetivos.

O terceiro capítulo é mais analítico e discute duas questões: a relação entre o núcleo colonial e a ideia de uma reforma agrária; o tipo de

relação econômica na qual se envolveu a formação do núcleo colonial e se se poderia afirmar que o projeto era marcadamente capitalista. Uma vez formado o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, criou-se em torno dele a ideia de que ali se realizara o “primeiro núcleo colonial do Brasil” e “uma verdadeira reforma agrária”. É possível situar o momento de geração desta ideia e o contexto de sua formação. A formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro tem uma peculiaridade: a sua frente encontrava-se um frade agostiniano recoleto, ligado a um grupo de imigrantes com forte espírito religioso. Nessa parte do terceiro capítulo, discute-se algumas concepções de capitalismo, a influência de alguns aspectos religiosos em sua formação e procura-se analisar se as relações econômicas presentes na formação daquele núcleo colonial eram propriamente capitalistas ou não. Aí, mais uma vez, percebe-se a distinção entre uma análise ampla, geral, sistêmica e uma análise focalizada num objeto específico e a permanência e convivência tradicionais em novas perspectivas de vida. Propunha-se, nesta parte, estudar as formas como os imigrantes adquiriram e pagaram os lotes no Núcleo Colonial da Fazenda do Centro. A falta de documentação, no entanto, impediu um avanço nesta proposta.

A pesquisa faz perceber que as narrativas dos fatos descritos são sempre interpretados segundo a ótica daquele que escreve. No dizer de Jörn Rüsen⁸, “[...] em sua pura facticidade, os fatos históricos não são nada históricos”. Somente a partir do momento em que são narrados, que se tornam objeto de orientação existencial e são interpretados, passam a ser objetos da história. O Núcleo Colonial da Fazenda do Centro constitui-se assim como um nó numa rede de fatos narrados e interpretados, portanto, objeto da história.

8 RÜSEN, op. cit., p. 106.

A imigração italiana no sul do Espírito Santo: **Egito ou Canaã?**

Migração é um fenômeno frequente entre os seres humanos ao longo da História. A narrativa bíblica, que tanto marcou a cultura ocidental, diz que um certo Abrão partiu de Ur dos Caldeus em direção à terra de Canaã com um sonho: possuir uma terra e constituir uma família numerosa (Gn 11, 31; 12, 1-9)⁹. Por causa de uma carestia na região, no entanto, desceu para o Egito (Gn 12, 10). A Terra Prometida era Canaã; a terra da fartura, do desenvolvimento, porém, fora o Egito.

Em outro momento, a narrativa bíblica fala também de um certo José, filho de Jacó, habitante da terra de Canaã, que fora vendido como escravo pelos próprios irmãos. No Egito, depois de várias desventuras, tornou-se um grande ministro do Faraó; prevendo tempos de carestia e fome, ordenou a construção de celeiros. Sobrevindo tempos de fome, vários povos iam ao Egito para comprar trigo. José reencontrou seus irmãos e, através dele, toda família desceu de Canaã rumo ao Egito e

9 SCHÖKEL, Alonso. **Bíblia do peregrino**. São Paulo: Paulus, 2002.

ali se instalou, em busca da sobrevivência da família, mantendo, contudo, a esperança de um dia retornar à terra de Canaã (Gn 41-50). Os descendentes de Jacó no Egito se multiplicaram e se tornaram escravos do Faraó. Tal situação reacendeu o sonho de retornar à Canaã (Livros do Êxodo e de Josué).

Tais narrativas bíblicas falam de tempos de fome e carestia, que ameaçavam a vida e punham em xeque a sobrevivência daquelas pessoas, do desejo de posse de uma terra, da constituição de família numerosa e de ver os descendentes multiplicados, da vida difícil em trabalhos forçados e do sonho de uma “terra que mana leite e mel” (Ex 3,17), de conflitos para ocupar tal terra prometida e nela assentar-se, pois a mesma já se encontrava habitada por outros povos com costumes e tradições diferentes. Canaã é a Terra Prometida, mas inatingível ou conquistada posteriormente à custa de muitas guerras e conflitos. O Egito é o símbolo do mundo civilizado, atraente, capaz de produzir alimentos e armazená-los para os tempos de carestia e onde se busca refúgio nesses momentos. Se é local de refúgio e sobrevivência, custa, no entanto, o suor dos trabalhos forçados.

Nessas narrativas percebem-se em metáfora as motivações humanas para as migrações, as circunstâncias geradoras, as expectativas criadas, o desafio de deixar uma terra e partir para um ambiente estranho, que, muitas vezes, é ou torna-se hostil e as condições difíceis de ser um estrangeiro, obrigado muitas vezes, à custa da própria sobrevivência, a sujeitar-se a condições precárias de trabalho.

A segunda metade do século XIX, sobretudo, caracterizou-se, sob o aspecto demográfico e social, como um período de migrações massivas. Milhões de seres humanos deixaram neste período a Europa, sobretudo a Itália, e foram para a América, continente que se tor-

nou uma terra de promessa, expectativa de enriquecimento fácil e possibilidade de ascensão social e econômica.

O Brasil recebeu um grande contingente desses imigrantes nesse período, principalmente as províncias de São Paulo e do Sul. Outras províncias como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, igualmente, receberam um grande número de imigrantes. Na província do Espírito Santo, o número de imigrantes pode parecer inexpressivo frente ao que receberam outras províncias, no entanto, dadas as condições da referida província na segunda metade do século XIX, o fenômeno da imigração aí foi extremamente significativo.

José Pereira da Graça Aranha¹⁰ (1868-1931) escreveu em 1902 a sua obra mais conhecida, “Canaã”, um romance sobre a imigração alemã no interior do Espírito Santo. Mesmo sendo uma obra literária, o autor aborda várias situações que remetem a problemas e discussões históricas, como a estrutura latifundiária decadente; o imigrante germânico como “redentor” da raça nacional; a suposta indolência do nativo brasileiro frente ao espírito desbravador e empreendedor do imigrante; o mundo europeu industrializado, desumanizado e desencantado e um Brasil, e aí mais exatamente a província do Espírito Santo, com uma natureza selvagem a ser conquistada e racionalizada pelo imigrante, cheio de esperança de um mundo novo e melhor; um Estado brasileiro com sérias deficiências estruturais e corrompidas, sobretudo no poder judiciário, cujos agentes atuam de forma ambígua em relação ao imigrante: por um lado, ele é o “redentor”, o regenerador da raça nacional, o construtor de uma nova sociedade, capaz, por um espírito laborioso e metódico de vida, de elevar o país à condição de povo civilizado; por outro lado, existem aqueles que o veem como uma ameaça à “nacionalidade”, por causa de sua língua e costumes estran-

10 ARANHA, José Pereira da Graça. **Canaã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

geiros, mantidos nas colônias. O imigrante, por sua vez, depara-se com um Estado estruturalmente frágil, deficiente, burocrático, corrompido; usa, entretanto, dessas instâncias para ascender socialmente ou tirar vantagens dela, segundo seus interesses.

Virgínia Tamanini¹¹, capixaba, descendente de imigrantes italianos, escreveu também um romance, intitulado “Karina”, sobre a imigração no Espírito Santo, sobretudo na região de Santa Teresa. Sem formação acadêmica, autodidata, a autora retrata em sua obra várias situações descritas pelos imigrantes, como as deficiências estruturais do Estado, mantenedor de uma propaganda verdadeiramente enganosa no exterior para atrair a mão de obra, com muitas promessas, se não totalmente não cumpridas, efetivadas apenas parcialmente, mas com sérias deficiências na assistência ao imigrante quanto à moradia, ao fornecimento de instrumentos de trabalho e ao atendimento médico-hospitalar. A autora faz ligeiras referências à corrupção dos agentes do Estado e das companhias de navegação; e às frequentes epidemias, durante as quais os imigrantes se encontraram completamente abandonados e à mercê da própria sorte. O interessante desse romance é sua perspectiva feminina; nele, a autora reconstitui no imaginário da narrativa literária o cotidiano da família dos imigrantes, sua mentalidade patriarcal e o significativo papel da mulher esposa, mãe, viúva e “nona”.

Vários fatores, sobretudo políticos e econômicos, levaram milhões de pessoas a se mobilizarem da Itália para o Brasil e, aqui, para o Espírito Santo. É possível observar no fenômeno da imigração italiana no Espírito Santo quatro elementos constantes, que fortemente pesaram nas motivações para o deslocamento de lá para cá:

1. Propriedade: desejo de posse de uma terra; de tornar-se proprietário;

11 TAMANINI, Virgínia G. **Karina**: romance. 8. ed. Vitória: [s.n.], 1981.

2. Trabalho: espírito empreendedor, desbravador, tão exaltado na memória dos imigrantes e seus descendentes, capaz de sujeitar-se às mais precárias condições de trabalho para conseguir seus objetivos e ambições;
3. Família: frequentemente numerosa, não só como mão de obra, mas também como uma referência para inclusão na sociedade da época e um catalisador de vínculos comunitários e fraternos;
4. Religião: suporte ideológico, de identidade cultural e valores morais, que, juntamente com a família, funcionava como um catalisador comunitário e social.

A seguir, abordar-se-á um pouco mais extensamente sobre os fatores da imigração italiana no Espírito Santo e esses quatro elementos motivadores do fenômeno.

1.1 Compreendendo a imigração italiana para o Espírito Santo

Após quase um século da imigração italiana no Espírito Santo, alguns autores, como D. João Batista Cavati, Sr. Luiz Serafim Derenzi e o Sr. Máximo Zandonadi, entre 1970 e 1980, tiveram a preocupação em deixar registrados fatos, memórias e impressões sobre este fenômeno. Em suas obras, não acadêmicas, procuraram entender o fenômeno, os fatores que o provocaram tanto no Brasil quanto na Itália e como se constituíram as colônias italianas no Espírito Santo. Na década de 90 do século XX, houve um esforço por quantificar dados sobre a imigração realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo e observar os comportamentos sociodemográficos dos imigrantes e seus descendentes. Esse trabalho foi dirigido por Aurélia H. Castiglioni. A partir daí,

as obras se caracterizam pela análise dos dados e a compreensão do fenômeno através dos elementos econômicos e socioculturais.

As migrações produzem frequentemente importantes transformações na estrutura demográfica, social, econômica e cultural das regiões interligadas pelo movimento. O século XIX, sobretudo na segunda metade, caracterizou-se por uma transferência de grandes contingentes populacionais entre regiões cujos contextos apresentavam muitas diferenças quanto ao estágio de desenvolvimento e à evolução demográfica. Assim, de um lado, a Europa passava por uma fase de excedente de mão de obra, de novas relações sobre a utilização da terra, dos serviços e das ofertas de emprego, principalmente daqueles pouco especializados. Por outro lado, o continente americano buscava meios de atrair recursos humanos para povoar os imensos vazios demográficos e produzir riquezas.¹²

Dentre as transformações ocorridas na Europa, as lutas pela unificação da Itália provocaram fortes impactos na estrutura política, econômica e fundiária. Em 1870, Vittorio Emanuel II proclamou o “Reino de Itália” em meio a campos devastados, aldeias e cidades desmanteladas, indústrias destruídas, desemprego, fome e desabrigo.¹³ A expansão do capitalismo na área rural gerou novas formas de concentração de terra. A mecanização da lavoura provocou o barateamento da produção e a concorrência eliminou o pequeno produtor. Elevação de impostos, endividamento e desemprego dos pequenos proprietários foram fatores relevantes e que levaram milhões de italianos a abandonar sua terra. Estima-se que entre 1861 e 1940 aproximadamente 20 milhões de italia-

12 PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 8-9; CASTIGLIONI, Aurélio H. A imigração italiana no Espírito Santo: análise das características dos migrantes. In: _____ (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 101; DERENZI, Luís Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 16.

13 DERENZI, op. cit., p. 37; cf. também DE BONI, Luís Alberto. Imigração italiana no Brasil. In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 15.

nos emigraram, sendo 17 milhões somente entre 1861 e 1920. A maioria desses era do norte da Itália, que concentrava mais indústrias e foi o palco das maiores transformações políticas e econômicas. A agricultura capitalista afetou diretamente os pequenos proprietários. O costume de dividir a terra aos filhos, numa época de grande fecundidade das famílias italianas, tornou-se impossibilitado, uma vez que não havia terra para todos. Muitos desfaziam-se de seus bens, emigravam sem a intenção ou esperança de voltar. A fecundidade muito superior à produtividade e à superfície do território teve um peso significativo neste fenômeno migratório. A melhoria das condições sanitárias e maior expectativa de vida contribuíram para o aumento do contingente populacional. O impacto das transformações políticas e socioeconômicas deteriorou rapidamente a vida rural, levando à subnutrição e tornando uma grande parcela da população mais susceptível a doenças. As guerras contínuas, sobretudo entre França e Áustria, pelo norte da Itália levaram à ruína muitos produtores rurais. A emigração massiva aliviou a pressão social interna na Itália e, de certa forma, resolveu uma crise antes que ela se tornasse uma revolução. Celso Furtado¹⁴ afirma que as medidas do governo imperial para incentivar a imigração e atrair imigrantes só obtiveram êxito devido às transformações ocorridas na Europa e, dentro do objeto de estudo desta pesquisa, na Itália, onde “[...] a pressão sobre a terra, do excedente de população agrícola, fez crescer a intranquilidade social. A solução migratória surgiu, assim, como verdadeira válvula de escape.” Luiz Serafim Derenzi¹⁵ chama esta multidão de migrantes de “legião de desamparados”, sem opção, obrigados a encontrar trabalho a qualquer

14 FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 187.

15 DERENZI, op. cit., p. 15-18; cf. também FRANCO, Sebastião Pimentel. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração. Século XIX e início do Século XX. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 29; DE BONI, op. cit., p. 16-18; WITTER, José Sebastião. Imigrante, um fator de transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo (1850-1914). In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 42; CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. [s.l.:s.n.], 1973. p. 12-13.

preço para sobreviver. A situação de miséria em que a Itália se encontrava está estampada nos documentos, que mostram corpos doentes, mal alimentados, cansados e “forrados apenas de esperança”¹⁶. O senhor Orestes Bissoli (1872-1941), que imigrou para o Brasil aos 16 anos, em suas memórias, escreve sobre o seu desejo de vir para o Brasil por causa da falta de serviço em sua região, obrigando-o a buscar trabalho longe de casa, nos povoados vizinhos, quando, muitas vezes, nas longas noites de inverno do norte da Itália, dormia com os animais para aquecer-se.¹⁷

Não há números exatos da quantidade de imigrantes italianos no Brasil e no Espírito Santo. As quantidades citadas pelos pesquisadores são aproximadas ou se referem aos dados que se conseguiram levantar em tais pesquisas, obviamente, inferiores aos reais. Segundo Maria Thereza Schorer Petrone, estima-se o número de imigrantes italianos em torno de 1.485.000; para Luís Alberto de Boni, entre 1836 e 1947, aproximadamente 1.513.523 italianos ingressaram no Brasil e, no Espírito Santo, estima-se em aproximadamente 35 mil.¹⁸ Embora tenha sido construída por ordem de Costa Pereira, ministro da Agricultura, em 1874, a Hospedaria da Pedra d'Água, que abrigava os imigrantes recém-chegados ao Espírito Santo, só passou a registrá-los sistematicamente a partir de 1889. Os cônsules da época estimavam entre 40 mil e 50 mil; Luiz Serafim Derenzi afirma que foram aproximadamente 49,5 mil nos primeiros 17 anos; a historiadora Gilda Rocha estima em torno de 36,7 mil. O maior fluxo de imigrantes ocorreu entre 1893-1896 com 12.722 imigrantes registrados. Para D. Cavati, estima-se que entre 1875 e 1906 teriam ingressado no Espírito Santo cerca de 60 mil

16 PETRONE, op. cit., p. 9; BUSATTO, Luiz. Por uma identidade ítalo-capixaba. In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 295.

17 BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. Vitória: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979. p. 33.

18 PETRONE, op. cit., p. 12; DE BONI, op. cit., p. 18; cf. também BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. Italianos no Brasil: o que dizem os censos? In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 51.

a 75 mil imigrantes, dos quais no final do período restariam apenas 30 mil; os demais teriam morrido de doenças tropicais e sido vítimas do ambiente hostil. Somente no ano de 1895, ingressaram no Espírito Santo 4.575 imigrantes. Nesse mesmo ano, a imigração italiana para o Espírito Santo fora proibida, devido ao relatório do cônsul Carlos Nagar, o qual apontava vários problemas enfrentados pelos imigrantes nesse Estado, tais como: deficiência dos meios de transporte entre a capital e os núcleos coloniais; condições precárias de alojamento nos barracões existentes nas sedes dos núcleos; demora na obtenção do lote e imprecisão nas demarcações; isolamento dos migrantes; escassez, carestia e má qualidade dos gêneros alimentícios no interior do Estado; deficiência na assistência médica, escolar e religiosa: demora nos pagamentos e substituição do dinheiro por bônus.¹⁹ Uma pesquisa realizada em fontes descobertas na Itália, como a “Direção Geral de Estatísticas e Comissariado Geral de Emigração”, nos dados com origem ou destino para o Espírito Santo, e em fontes no Brasil, como as estatísticas do Ministério da Agricultura e do Comércio, e no Espírito Santo, nos registros navais, livros da Hospedaria dos Imigrantes do Porto de Vitória, os registros de matrículas de colonos, livros de processos de terra e no Arquivo Público (passaportes, passagens de terceira classe, registros de famílias), geraram um banco de dados num total de 29.366 imigrantes no Espírito Santo. Desses, 28.908 imigrantes de diversas regiões, predominantemente do norte da Itália, e 458 declarados de San Marino, talvez devido à proibição italiana de emigração para o Espírito Santo em 1895. Observa-se nesses dados coletados que 51% do movimento migratório ocorreu entre 1891 e 1895; 23% entre 1880 e 1893 e somente 5% após 1895. Os dados mostram que 53% declararam ser das regiões do norte da Itália, como Vêneto, Lombardia, Emilia-Romagna,

19 NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana**: (fevereiro 1895). Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória, Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995; CASTIGLIONI, op. cit., p. 104-105; CAVATI, op. cit., p. 22; DERENZI, op. cit., p. 170.

Trentino-Alto Adige e Piemonte. As cidades mais citadas são Trento, Verona, Treviso, Vicenza, Mântua e Veneza. A imigração foi também um fenômeno predominantemente masculino, ou seja, 60% eram homens e 40% mulheres.²⁰ Dados estatísticos do “Projeto Imigrantes” do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo recolhidos até o ano de 2007 apontam para um total de 37.971 provenientes da Itália e 390 de San Marino, correspondendo a um percentual de 75% do total de imigrantes registrados no Estado entre o século XIX e início do século XX. Por regiões, os provenientes da Itália até 1900 estão assim distribuídos:

Vêneto	8.671
Lombardia	4.392
Trentino-Alto Adige	3.043
Emilia-Romagna	2.282
Piemonte	1.195
Friuli-Venezia Giulia	854
Marche	503
Abruzzo	484
Toscana	236
Campania	138
Sicília	58
Liguria	53
Umbria	52
Basilicata	50
Calabria	41
Puglia	36
Lazio	26
Sardegna	6
Valle d'Aosta	3
TOTAL	22.123
Não consta a região	10.777

Fonte: Projeto Imigrantes. Espírito Santo - APEES.

20 CASTIGLIONI, Aurélia H.; REGINATO, Mauro. **Imigração italiana no Espírito Santo**: o banco de dados. Vitória: CST, 1997. p. 16-18.

O número de imigrantes que ingressou no Espírito Santo pode parecer inexpressivo em relação à quantidade presente em outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. O Espírito Santo, no entanto, é o Estado que apresenta a maior concentração de descendência italiana no Brasil, estimando-se entre 60% e 70% da população.²¹

A colonização do Espírito Santo foi difícil desde a chegada dos portugueses e a divisão das novas terras em capitanias hereditárias. Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da Capitania na qual estava o que hoje compreende o Espírito Santo, após várias tentativas de levantar engenhos de açúcar, fracassou em seu empreendimento, devido sobretudo aos assaltos dos índios, que reagiram e resistiram à caça de braços para a atividade agroindustrial. Esse donatário dirigiu-se a Portugal e conseguiu apoio de D. João III, mas, ao retornar à capitania, fora expulso pelos próprios subordinados e, depois de renunciar seus direitos de donatário, terminou sua vida pobre e desvalido na Bahia, à sombra do Governo Geral, que o tolerava.²²

Durante todo o período colonial, a região hoje compreendida pelo Estado do Espírito Santo ficou praticamente despovoada. Os poucos povoados estavam em geral todos na faixa litorânea. Durante o século XVII, no interior, na mesma região próxima a onde hoje se localiza a Fazenda do Centro, no sul do Espírito Santo, houve um povoado chamado *Montes Castello*, que vivia em função da mineração. Aí localizava-se a Igreja de Nossa Senhora do Amparo. As minas da Barra do Castello foram exploradas pelos jesuítas que desde 1551 assistiam a região de Reritiba. O povoado chegou a ter 3 mil habitantes. Em

21 BUSATTO, op. cit., p. 300; **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html>, acessado no dia 31 de agosto de 2011, às 17:45.

22 HOLANDA, Sérgio Buarque. (Dir.). **Época colonial**. São Paulo: Difel, 1960. (História geral da civilização brasileira, v. 1, t. 1). p. 103-104.

1710, foi elevado a paróquia. A região era habitada pelo índios puris-coroados, que expulsaram, em 1771, os exploradores. A Igreja de Nossa Senhora do Amparo em Montes Castello foi destruída, mas o sino e a pia batismal ainda se encontram em outra igreja de mesmo nome em Itapemirim.²³ Durante o século XVIII, a partir de 1710, a coroa portuguesa proibiu a construção de estradas em direção a Minas Gerais e também a navegação fluvial para que o Espírito Santo se tornasse algo como uma cerca verde e assim proteger a região das minas dos piratas e do contrabando.²⁴

Na primeira metade do século XIX, já não fazia mais sentido manter o Espírito Santo como barreira verde de proteção à região mineradora de Minas Gerais. Uma estrada que ligava Vitória às jazidas auríferas foi aberta entre 1814 e 1816, a Estrada do Rubim ou também chamada Estrada São Pedro Alcântara. Entre 1816 e 1830, as explorações de ouro nas antigas minas do Castello, no sul do Estado, foram reiniciadas.²⁵ Nesse ínterim, o café começava a ser exportado. Em 1815, durante o governo de Francisco Alberto Rubim, as primeiras arrobas de café foram exportadas. Em 1852, ele já era o produto de maior valor dentro das exportações, o que levou a balança comercial a saldos positivos. A falta de mão de obra, a escassa população, concentrada na região litorânea, constituía, no entanto, um dos sérios obstáculos ao desenvolvimento da cafeicultura naquela província. Em 1856, registrou-se uma população de 48.992 habitantes, sendo 36.813 livres e 12.179 escravos. Além de reduzida, a população estava mal distribuída e haviam extensas regiões desabitadas. A carência de braços na lavoura devia-se às leis cada vez mais restritivas à escravidão e, posteriormen-

23 CASAGRANDE, André Dell'orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **Castelo**: da pré-história ao início do Século XX. [s.l.]: Prograf, 2002. p. 19-25, 42-44.

24 *Ibid.*, p. 47, 61; cf. também CASTIGLIONI, op. cit., p. 102; BUSATTO, op. cit., p. 301.

25 *Ibid.*, op. cit., p. 57-58.

te, a sua abolição. Um outro fator eram as constantes baixas devido a surtos de doenças tropicais, como febre amarela, varíola e cólera.²⁶

A imigração subvencionada de europeus, inicialmente pensada para germânicos, e a criação de colônias oficiais foram alternativas encontradas para a formação de uma força de trabalho dirigida, no entanto, segundo os interesses dos grandes latifundiários, que fizeram todo o possível para evitar que os imigrantes se tornassem facilmente proprietários da terra. As primeiras experiências em São Paulo, na Fazenda Ibicaba, do senador Nicolau Vergueiro, no final da década de 1840, mostram as dificuldades na relação entre os imigrantes e uma estrutura arcaica, escravista e latifundiária da cultura e agricultura brasileira.²⁷ José de Souza Martins analisa as relações de propriedade e formação do capital nas fazenda de café do Estado de São Paulo nesse período e discute as diferenças entre o imigrante que vinha com o sonho de ser proprietário, o latifundiário despreparado para lidar com a mão de obra livre e a formas criadas para se manter o trabalhador, entre os quais os imigrantes, sem a posse da terra.²⁸ Maria Thereza Schrorer Petrone²⁹ afirma que, no caso da imigração no Estado de São Paulo, a possibilidade de acesso à pequena propriedade constituiu-se como uma estratégia ou isca para atrair os imigrantes, primeiro como mão de obra nas grandes fazendas de café. A propaganda não muito honesta foi um fator essencial para alimentar no imigrante a ideia de conseguir facilmente uma propriedade, após poupar, trabalhando nas fazendas de café. Célia Maria Marinho de Azevedo³⁰ estudou os vários

26 CAVATI, op. cit., p. 11; cf. também FRANCO, op. cit., p. 30; também CASTIGLIONI, op. cit., p. 103.

27 HOLANDA, Sérgio Buarque de, Prefácio. In: DAVATZ, Thomaz. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Martins Fontes : EDUSP, 1972.; cf. também PETRONE, op. cit., p. 22-23.

28 MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. p. 59-75.

29 PETRONE, op. cit., p. 45-49.

30 AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 33-104; cf. também PETRONE, op. cit., p. 38-39.

projetos de emancipação dos negros e de imigração discutidos amplamente no Parlamento na segunda metade do século XIX e como esses projetos tinham a perspectiva de formação de uma nacionalidade a ser *regenerada* pelo europeu branco, principalmente, os de raça germânica.

A solução pensada mediante o problema da falta de mão de obra para a cafeicultura e as grandes extensões de terras desabitadas ou de terras devolutas no Espírito Santo foram a formação de colônias de povoamento e o incentivo à imigração. O que Celso Furtado diz genericamente a respeito das colônias de imigrantes no Brasil aplica-se validamente para as colônias do Espírito Santo. Assim ele escreve em “Formação Econômica do Brasil”:

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja raça era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E quase sempre, quando, após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência.³¹

As primeiras colônias oficiais criadas no Espírito Santo foram as de Santa Isabel, em 1847, e Santa Leopoldina, em 1856, para imigrantes alemães e suíços, sob especial proteção do imperador, que as visi-

31 FURTADO, op. cit., p. 183.

tou em 1860.³² Lucílio da Rocha Ribeiro abordou extensamente sobre a formação da colônia de Rio Novo, no sul do Espírito, em 1854, por iniciativa particular de Caetano Dias da Silva, que organizou, nesse ano, a Associação Colonial de Rio Novo. Em janeiro de 1855, realizou-se a primeira reunião dos associados, e tiveram os estatutos aprovados em fevereiro seguinte. Conseguiram adquirir uma extensa área de terras de 20 léguas quadradas para a formação da colônia entre os municípios de Itapemirim e Benevente (hoje Anchieta). Para a demarcação das terras, muitos obstáculos, no entanto, surgiram naquele momento, sobretudo com sesmeiros e posseiros da região. Muitos foram os fazendeiros que manifestaram seus protestos, insatisfações e denúncias contra a realização do núcleo colonial. Por causa dos conflitos, as medições foram interrompidas diversas vezes. Os primeiros colonos do Núcleo Colonial de Rio Novo eram de diversas nacionalidades: chineses, ingleses, franceses, alemães, belgas, suíços, holandeses, espanhóis, luxemburgueses, africanos, portugueses, austríacos, prussianos e alguns nacionais. Os italianos só chegaram na região a partir de 1875. A variedade de etnias e idiomas dificultaram o desenvolvimento da colônia; fez com que os colonos se isolassem em pequenos grupos; criou embaraços e muitos desentendimentos junto aos diretores e empregados da colônia, que não providenciaram escolas para os filhos dos imigrantes. Ante o fracasso da colônia, o governo imperial a encampou em 1861.³³

A Lei Geral nº 601, regulamentada em 30 de janeiro de 1854 pelo decreto 1.318, procurou a solução para várias pendências surgidas nas primeiras experiências de formação de colônias de imigrantes. Assim, a partir daí, facilitou-se a naturalização de todo imigrante, dispensou-o do serviço militar, criou uma Repartição Geral de Terras Públicas,

32 DERENZI, op. cit., p.33-34; CAVATI, op. cit., p. 11,45.

33 RIBEIRO, Lucílio da Rocha, **Pequena contribuição à história da imigração italiana no sul do Espírito Santo**. [s.l.: s.n.], 2003. p. 26; CASAGRANDE; BARBIERO, op. cit., p. 103.

prescreveu que a aquisição de terras devolutas só poderia ser feita por compra, o que atingiu diretamente os europeus imigrantes, em sua quase totalidade, pobres. O preço da terra teve um grande aumento, o que dificultava a sua aquisição pelo imigrante, forçando-o a alugar seu trabalho antes que se tornasse proprietário. Posteriormente, muitos outros incentivos foram criados pelo governo, como financiamento da viagem marítima, através de contrato com o armador, deslocamento gratuito dentro do país, financiamento do lote rural em dez anos, com carência nos dois primeiros anos, assistência médica e religiosa.³⁴ Para os imigrantes que se dirigiam ao Espírito Santo, o governo se comprometia com a derrubada de mil braças quadradas para a primeira lavoura, rancho provisório, ferramentas, sementes diversas para a primeira plantação, casal de porcos, duas galinhas, um galo, alimentação para seis meses e diárias, que provocaram problemas e queixas devido a atrasos constantes. A partir de agosto de 1860 as diárias passaram a ser pagas em vales, retirados em víveres.³⁵ Apesar desses incentivos, a imigração italiana no Espírito Santo só se tornou mais extensiva a partir de 1875. A política imigratória, no entanto, não foi suficientemente planejada para atender adequadamente os imigrantes e nem sequer lhes oferecia um mínimo de condições para atender às necessidades básicas da vida. Os núcleos coloniais não foram aparelhados para receber os imigrantes. Em 1874, chegaram os primeiros imigrantes tirolezes, um total de 386 camponeses, para as terras de Pietro Tabacchi, em Santa Cruz. Em maio de 1875, 150 famílias num total de 396 colonos foram encaminhadas para Timbuí, depois chamado Santa Teresa. De 1875 a 1894 são registrados 22 nomes de navios diferentes que regularmente traziam imigrantes para o Espírito Santo. O núcleo colonial de Rio Novo foi o que mais recebeu imigrantes italianos nesse período.

34 DE BONI, op. cit., p. 13-15.

35 Ibid., p.13-15; FRANCO, op. cit., p. 31.

D. Cavati³⁶ afirma que nesse período teriam entrado em média de 3 a 4 mil imigrantes por ano no Espírito Santo, muitos em desembarques ilegais.

O impacto demográfico no Espírito Santo é notável entre 1872 e 1920. Em 1872, foram registrados 82.137 habitantes, dos quais, 4.191 eram estrangeiros. Em 1890, registrou-se uma população de 135.997 habitantes, dentre os quais, 3.074 estrangeiros. Em 1900, a população era de 209.783 e o número de estrangeiros, 32.936. Em 1920, foram registrados 457.328 habitantes, dos quais 18.754 estrangeiros. Nota-se aí que, entre 1872 e 1900, a população do Estado triplicou; e entre 1872 e 1920, quintuplicou. O número de estrangeiros em 1900 era oito vezes maior que em 1872. No Espírito Santo, os italianos dividiam o espaço com portugueses e alemães. Em 1920, eles compreendiam 67% dos estrangeiros e eram 2,25% no conjunto da população italiana no Brasil. Para um Estado que ainda hoje está entre os menores do Brasil, tudo isso é bastante significativo.³⁷

A seguir, serão apresentadas algumas considerações a respeito da relação entre os imigrantes e a propriedade; o imigrante e o trabalho, a família e a religião.

1.2 O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e a pequena propriedade

Maria Thereza Schorer Petrone³⁸ afirma que no fenômeno de imigração e colonização no Brasil há dois processos intimamente ligados: recorrer aos que emigravam da Europa e aproveitá-los nas áreas

36 CAVATI, op. cit., p. 16-17; DERENZI, op. cit., p. 56-65.

37 BASSANEZI, op. cit., p. 60-63.

38 PETRONE, op. cit., p. 7.

desocupadas, estabelecendo-os em pequenas propriedades policultoras, trabalhadas pelos proprietários e suas famílias. Para Carlos Teixeira Campos Júnior³⁹, “[...] a imigração no Espírito Santo esteve relacionada à constituição da pequena propriedade”, uma vez que antes do fenômeno da imigração, como em geral no Brasil, a estrutura fundiária era baseada na grande propriedade autárquica.

A possibilidade de acesso à propriedade fundiária foi um dos principais aspectos das migrações transoceânicas no século XIX. No imigrante havia certo fascínio pela possibilidade de vir a ser proprietário. A propaganda da migração para o Brasil na Europa, sobretudo na Itália, na segunda metade do século em questão, firmava a ideia da facilidade de acesso à propriedade de terra e, assim, maior possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário.⁴⁰ No Brasil, a expectativa de alguns que defendiam os projetos imigracionistas baseados na pequena propriedade era a ocupação dos espaços vazios que, assim, valorizaria a terra e criaria condições para o surgimento de uma camada social intermediária entre o latifundiário e o escravo. Essa nova camada social comporia um novo mercado consumidor, ofereceria mão de obra no mercado de trabalho e diversificaria a economia com uma produção de gêneros normalmente não fornecidos pela grande propriedade. Essa colonização baseada na pequena propriedade para imigrantes foi vista como uma solução para os males econômicos e sociais do país. Assim, o imigrante instalado na pequena propriedade seria um agente modernizador e transformador da sociedade e economia brasileiras e retiraria o país do atraso em que se encontrava pela permanência das estruturas do sistema colonial.⁴¹ Maria There-

39 CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 160.

40 WITTER, op. cit., p. 46-47.

41 PETRONE, op. cit., p. 11,17-18.

za Schorer Petrone relaciona sempre a colonização em áreas a serem desbravadas com uma estratégia capitalista para valorização fundiária.

O imigrante sonhava em se transformar em proprietário de um pequeno lote e os interesses agrários ofereciam a ele terras que precisavam ser desbravadas e onde a infra-estrutura tinha que ser organizada. O imigrante, tornando a terra cultivável depois do desmatamento, construindo estradas e pontes, valorizava a terra a baixo custo para os interesses fundiários que se confundiam com os capitalistas... Espaços vazios, terras desocupadas, sem muito valor para as atividades econômicas hegemônicas, tornadas produtivas pelo pequeno proprietário e acessíveis pelo seu trabalho na infra-estrutura – em quase todos os projetos de núcleos coloniais o trabalho na infra-estrutura viária era obrigatório – vão assim ser integrados aos interesses do capitalismo.⁴²

No início do século XIX, a política imigracionista visava a instalar o imigrante em pequenas propriedades, mas, após 1840, os cafeicultores paulistas defendiam a vinda de imigrantes como mão de obra para as fazendas de café.⁴³ Os núcleos coloniais criados próximos à grande lavoura, no entanto, normalmente não obtiveram sucesso, devido sobretudo ao desgosto e desânimo dos imigrantes, pois geralmente as terras eram impróprias para a lavoura comercial e as vias de comunicação muito precárias.⁴⁴ Para os grandes proprietários, esses núcleos junto às grandes fazendas seriam um canal de abastecimento de mão de obra para a lavoura. No Espírito Santo, a grande extensão de terras devolutas dificultava a implantação do sistema de parceria entre os grandes fazendeiros e os imigrantes, pois esses abandonavam

42 *Ibid.*, p. 19-20.

43 *Ibid.*, p. 22.24.

44 *Ibid.*, p. 26.

a fazenda para se estabelecer em um lote próprio. Muitos imigrantes italianos trabalharam como meeiros para conseguir comprar suas próprias terras. Entre os latifundiários capixabas, sobretudo no sul do Espírito Santo, muitos tiveram que retalhar sua propriedade em pequenos lotes a serem vendidos a preços módicos e a longo prazo aos colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender sua produção à firma de comercialização. Essa prática era frequente em outros lugares do Brasil nesse mesmo período.⁴⁵

Faz-se necessário distinguir aqui as diferenças no uso dos termos “colônia” e “colono” em São Paulo e no Espírito Santo. Em São Paulo, por “colônia” entende-se o aglomerado de casas em uma fazenda para abrigar os trabalhadores rurais, enquanto no Espírito Santo, compreende-se pela pequena propriedade delimitada no meio da floresta com o tamanho estipulado pela lei de 1867: 62.500 braças ou 302.500 m², com 275 metros de frente para um rio e 1.100 metros de profundidade.⁴⁶

Uma característica dos latifúndios no Espírito Santo consistia em terem em média 2.800 hectares, o dobro da média das fazendas na região sudeste. Predominava na região, no entanto, as terras devolutas. A venda de terras a particulares no sul do Espírito Santo só foi autorizada a partir de 1860 e só poderiam ser legalizadas depois de se tornarem produtivas.⁴⁷ Mediante a carência de mão de obra, os fazendeiros capixabas não se prepararam para substituir a mão de obra escrava. Mesmo que tardiamente tenham tentado formar parcerias com os imigrantes, tal tentativa fracassou por causa das grandes extensões de terras devolutas cedidas para núcleos de imigração, com lotes vendidos

45 COLBARI, Antônia. Família e trabalho na cultura do imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 135.

46 BUSATTO, op. cit., p. 308.

47 CASAGRANDE; BARBIERO, op. cit., p. 81-82.

a preços baixos, porque o imigrante tinha o sonho de tornar-se proprietário e pela falta de habilidade dos fazendeiros em lidar com a mão de obra livre.⁴⁸ Desses núcleos os maiores tanto em território como em população italiana eram os do sul do Espírito Santo, o Núcleo Colonial de Rio Novo e o Núcleo Colonial do Castelo.⁴⁹

Em 1871, Costa Pereira, então ministro da Agricultura, indenizou os acionistas proprietários do Núcleo Colonial de Rio Novo e a propriedade tornou-se a Imperial Colônia do Rio Novo, dividida em cinco áreas coloniais. A partir de 1874, foram construídos os barracões para a abertura de picadas. A partir de 1875, instalaram-se na região 565 tirolezes, desembarcados em Benevente e localizados no Segundo Território. Até 1890, ocupou-se toda a região da serra e margens do rio Benevente e foram criados vários povoados, como Rodeio, Guiomar e Virgínia. A região de Alfredo Chaves começou a ser povoada a partir de 1877, com a fundação da Vila de Todos os Santos, instalada no Quinto Território. Em 1891 a fazenda Quatinga foi desapropriada para aí se instalar a sede administrativa do Quarto Território. Isto significou o fim dos grandes latifúndios da orla marítima. O imigrante-colono, no entanto, não optava nem estava habilitado para escolher o seu lote. Isso desencadeou uma série de abusos por parte dos administradores da colônia pela arbitrariedade política, o que o Sr. Luiz Serafim Derenzi chamou de “falsos coronéis”, que em algumas ocasiões varreram a região com jagunços. Devido a alguns “prazos”, outro nome dado aos lotes por serem improdutivos e vendidos em parcelas a longo prazo, muitos colonos os abandonaram e foram trabalhar em fazendas de café na região de Cachoeiro de Itapemirim como meeiros. Os primeiros colonos recebidos como mão de obra livre em fazendas de café na região foram para a

48 *Ibid.*, p. 97, 104.

49 DERENZI, *op. cit.*, p. 83.

fazenda Monte Libano, ali chegando no dia 17 de julho de 1888. Na região de Cachoeiro, no entanto, não houve formação de núcleos coloniais demarcados pelo governo.⁵⁰ Muitas grandes fazendas da região foram retalhadas e vendidas a imigrantes posteriormente.

O Sr. Arrigo Zettiry, diplomata italiano, em visita às colônias, principalmente as do sul do Espírito Santo, traz em seu relatório muitas informações sobre a situação das mesmas, citadas pelo Sr. Luiz Serafim Derenzi. Dentre elas, o número de habitantes de cada colônia e como se encontravam social e economicamente as regiões visitadas. Embora os anos de 1893-1895 tenham sido de grande euforia econômica, devido aos altos preços do café, seguiram-se, entretanto, anos de grande crise e muitos colonos da região de Alfredo Chaves, segundo o relatório do Sr. Zettiry, tiveram que trabalhar como meeiros. Em Matilde, no ano de 1900, havia 371 famílias e 2.322 indivíduos, dos quais apenas 90 eram brasileiros. Em Nova Mântova e Nova Estrela, habitavam 43 famílias e 262 pessoas em local de terras prósperas em que os “remediados ajudam os pobres”. Em Guiomar, moravam 77 famílias, com 373 integrantes, em situação bastante desfavorável. Em Rodeio e Monte Alegre, muitos colonos estavam endividados e perseguidos pelos credores. Na região de Piúma e Rio Novo, os colonos preferiam abandonar suas propriedades e se fazerem meeiros. Não havia estabelecimentos de crédito nas redondezas e muitos perderam suas propriedades com a baixa do café. Muitos imigrantes da região da Fazenda do Centro haviam realizado empréstimos aos fazendeiros e estavam temerosos de não receber sequer a metade. Em Monte Alverne, próximo à Fazenda do Centro, imigrantes haviam comprado lotes para pagar em dez anos, mas no quarto ano já haviam liquidado todos os seus débitos.⁵¹

50 DERENZI, op. cit., p. 82-87, 110-111.

51 Ibid., p. 127-134.

Inicialmente, na Colônia de Rio Novo, a modalidade para a concessão das terras tornava o colono “foreiro”, ou seja, tinha o uso e gozo da terra, mas não podia se desfazer dela. Por não ter a propriedade plena, a colônia, além de outros fatores já indicados acima, não se desenvolveu. A partir de 1867, os lotes podiam ser adquiridos por compra a vista ou a prazo pelos colonos. Com a possibilidade de ser legítimo proprietário da terra, o trabalho adquiria uma nova motivação e a colônia tinha um grande impulso a partir daí, pois vinha ao encontro àquele que era o ideal máximo do imigrante: ser dono da terra para ali trabalhar e tirar o sustento de sua família.⁵²

Com a emancipação do Núcleo Colonial de Rio Novo, em 6 de março de 1880, criou-se o Núcleo Colonial do Castelo nas terras devolutas à margem do alto Benevente, emancipado, por razões econômicas, em maio de 1881 como Colônia do Castelo, que compreendia diversas seções que hoje pertencem aos municípios de Alfredo Chaves (Carolina, Matilde, São João, Urânia, Maravilha, Alexandrina, Cachoeirinha, Iracema e Deserto), Marechal Floriano (Araguaia e Vítor Hugo) e Vargem Alta (Guiomar e Virgínia, atual Jaciguá). Nos anos de 1886-1887, o governo central do Império concedeu muitos favores aos fazendeiros que desejassem contratar imigrantes para as suas propriedades. No início, houve pouco interesse dos fazendeiros capixabas, embora a abolição da escravidão já estivesse em andamento. Só quando ela se efetivou que fazendeiros do sul do Espírito Santo passaram a contratar imigrantes. No ano de 1886, foi criada a Comissão de Medição de Terras e Colonização da ex-Colônia do Castelo, tendo vários agrimensores experientes entre eles, inclusive o Sr. Hermann de Tautfheus Bello, responsável pelas medições da Fazenda do Centro em 1909.⁵³ O

52 RIBEIRO, op. cit., p. 22-23.

53 Ibid., p. 59, 79-84, 95, 97-106, 125-126.

retardamento na entrega das terras para que os colonos dependessem ainda mais da ajuda governamental e trabalhassem forçadamente na abertura de trilhas nas matas criou em diversos momentos clima tenso e vários conflitos com os agentes do governo nas áreas da Colônia de Rio Novo, sobretudo no Quinto Território, quando algumas vezes a direção da colônia usou de intervenção policial para conter as manifestações de descontentamento. A partir de 1888, as tensões iniciais já haviam sido superadas.⁵⁴

O Sr. Orestes Bissoli, imigrante no sul do Espírito Santo a partir de 1888, escreveu em suas memórias as dificuldades enfrentadas entre os anos 1895 e 1910 para adquirir terras e saldar as dívidas. Ele atribuiu tais dificuldades à época de constituição de sua família, entretanto, esse período, “época dos maiores sacrifícios”, coincide com uma grande crise do café. Todo sacrifício foi considerado válido para cumprir os fins desejados: tornar-se proprietário de terra.

“O objetivo de todos esses sacrifícios não era o dinheiro, mas adquirir uma certa independência, ter uma situação nossa, para colocação de nossas famílias, que com nosso trabalho poderiam viver honestamente na sociedade.”⁵⁵

Em 1920, havia no Espírito Santo 3.045 estabelecimentos rurais pertencentes a italianos com uma área média de 53 hectares e um valor médio de 169 réis por hectare. Isso representava, na época, 8,5% do total de estabelecimentos de italianos recenseados no Brasil e 72% dos estabelecimentos de italianos no conjunto dos estrangeiros no Estado do Espírito Santo.

54 PESSALI, Hélio. Apresentação. In: BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. Vitória: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979. p. 11-15.

55 BISSOLI, op. cit., p. 72-73.

Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi diz que:

Ser proprietário de terra não igualava os italianos no território brasileiro. O tamanho da propriedade, seu valor, sua produtividade estavam condicionados pelo meio físico-geográfico, pelos meios de comunicação e transporte disponíveis, pela proximidade ou distância dos centros consumidores, pelo cuidado ou descaso das autoridades, pelo padrões de herança, enfim, pelas condições de vida, de saúde e de trabalho vivenciados pelas famílias italianas. Famílias estas que se assemelhavam pela oportunidade de possuir um pedaço de terra, mas que se diferenciavam, porque esta oportunidade se apresentou de maneiras distintas [...].⁵⁶

Maria Thereza Schorer Petrone⁵⁷ afirma que uma das maiores contribuições do imigrante para a sociedade brasileira foi ter demonstrado a viabilidade da pequena propriedade, o que lhe deu um papel significativo nesta mesma sociedade. No sul do Espírito Santo, graças ao retalhamento de fazendas ou terras devolutas, a pequena propriedade de imigrantes mudou completamente a paisagem fundiária da região.

1.3 O imigrante italiano no sul do Espírito Santo e as relações de trabalho

Um dos fatores que fez com que milhares de italianos deixassem suas terras de origem e se dirigissem ao Brasil foi a falta de trabalho lá, ou a crise em determinados setores da sociedade devido às transformações ocorridas nas relações de trabalho.

56 BASSANEZI, op. cit., p. 76-77.

57 PETRONE, op. cit., p. 58.

Dentre os primeiros imigrantes para o Espírito Santo, a partir de 1874, estavam tirolezes, austríacos de cultura italiana, piemonteses, vênnetos e lombardos, pequenos proprietários no norte da Itália, trabalhadores artesãos ou acostumados à mascateação.⁵⁸ “Os camponeses, os artesãos e trabalhadores não qualificados são as primeiras vítimas em todas as transformações sociais”, sobretudo na Alemanha e na Itália, no último quarto do século XIX.⁵⁹

O senhor Orestes Bissoli, em suas memórias, relatou a respeito do seu pai como um homem pobre, carpinteiro, tecelão, alfabetizado e que “[...] conhecia a estética, executava qualquer planta ou desenho em escala.”⁶⁰ A partir dos 10 anos, teve que começar a trabalhar com o pai. Após a morte deste, quando ele tinha 12 anos, trabalhou com os irmãos como jornaleiro e tarefeiro, sujeitando-se a qualquer serviço, “mesmo no campo”, trabalhando o suficiente para o dia.⁶¹ O seu desejo de emigrar surgiu exatamente por causa da falta de serviço em sua região, no norte da Itália, onde, para trabalhar, muitas vezes ia para povoados vizinhos e até mesmo longe de casa. Recordava ele, nesse período de sua vida, das noites frias de inverno, quando dormia com os animais para poder aquecer-se, ou juntava-se aos grupos que trabalhavam à noite com tecelagem. Aí as mulheres fiavam, os rapazes participavam do grupo e trabalhava-se contando histórias e fábulas.⁶² Quando chegou ao Rio de Janeiro, em 1888, durante a quarentena na Ilha das Flores, ganhava algo lavando pratos.⁶³ Dirigiu-se para Benevente, aí acabou o seu dinheiro e trabalhou ajudando na medição de terras em Guiomar. Devido às condições de trabalho local, foi para Alfredo

58 BUSATTO, op. cit., p. 307.

59 DERENZI, op. cit., p. 15.

60 BISSOLI, op. cit., p. 25.

61 *Ibid.*, p. 27, 30-31, 33.

62 *Ibid.*, p. 33-36.

63 *Ibid.*, p. 40.

Chaves, faminto e sem dinheiro, matando a fome pedindo nas casas de colonos. No Quinto Território, conseguiu trabalho na construção da igreja, da canônica (casa ao lado da igreja para hospedagem do sacerdote), e do muro do cemitério. Ai conseguiu também guardar algum dinheiro. Em 1890, o cunhado trabalhou como meeiro em Inhaúma; ele o acompanhou, mas assim não conseguiu juntar dinheiro para enviar para sua mãe na Itália. Juntou-se a uma outra família, conseguiu ganhar 16 mil réis livres e, através do cônsul italiano e do Banco de Verona, regularmente enviava dinheiro para a mãe. Em 1893 trabalhou como mestre de obras na estrada de ferro de Benevente.⁶⁴ Foi quando aprendeu o português e outras disciplinas com um outro imigrante. “De geometria, geografia, aritmética cubo e quadrado, aprendi com o mestre Antônio Mies, que tinha estudado e praticado na Itália.”⁶⁵ A partir de 1895, trabalhou como professor e foi para o Quinto Território; adquiriu terras e, a partir do ano seguinte, adquiriu mais terras, onde plantou café. Comenta sobre os enormes sacrifícios a que se sujeitou para poder liquidar as dívidas.

Só tendo café novo, não foram poucos os sacrifícios que tivemos, e foi preciso muita tenacidade e boa vontade para superá-los: a família foi aumentando de ano em ano, os cafés novos, enfim a lavoura só dava despesa. E como se pagariam esses compromissos? Diz o provérbio que economia e trabalho (sic!) é mina de ouro, e assim fizemos. Economia ao extremo: não somente não se gastava em artigos desnecessários, mas ainda se fazia uma grande parcimônia.⁶⁶

64 BISSOLI, op. cit., p. 41-43, 47.

65 Ibid., p. 47.

66 Ibid., p. 63-64.

Nesse período de sua vida não se comia carne, feijão ou temperos. O trigo era dado só aos doentes. O leite era de uma cabrita e aumentado com água doce de melado de cana. A base da comida era polenta e muita verdura. Às vezes, caçava-se algum animal silvestre.

O nosso modo de trabalhar não era de gente: trabalhávamos feito burros, dia e noite, que fizesse sol ou chovesse; nunca houve dia em que dissesse: hoje não tenho o que fazer. Nem mesmo horas, pedaços de dia que fossem. O descanso da noite geralmente era pouco, pois dormia-se tarde e levantava-se cedo. O repouso dos dias de calor, nós sempre o fazíamos de onze a uma hora.⁶⁷

Todo esse sacrifício tinha um objetivo: saldar as dívidas para efetivar o sonho: tornar-se proprietário e ascender socialmente.

Fora disto (guardar os domingos e dias santificados) era trabalhar sempre com ardor, com força, como quem trabalha a empreitada, com pressa de findar um serviço pois havia outro adiante; e sempre assim com vontade de conseguir o ideal, que era pagar o que se devia, ter sua situação bem arrumada e tornar-se assim independente [...].⁶⁸

A partir daí, continuou trabalhando também como pedreiro, construindo sobretudo igrejas na região, enquanto cultivava alimentos em sua propriedade, uma vez que se viviam tempos de carestia e a “[...] alta do café levou ao abandono do cultivo de gêneros alimentícios, sobretudo a mandioca.” Com a venda de mandioca, o senhor Orestes Bissoli conseguiu amortizar a primeira parcela das dívidas.⁶⁹ O período

67 Ibid., p. 65.

68 BISSOLI, op. cit., p. 66-67. (destaque do autor).

69 Ibid., p. 67-68.

desses sacrifícios descritos por esse imigrante compreende de 1895 a 1910. Como foi dito anteriormente, ele atribuiu as dificuldades apenas ao crescimento da família e ao esforço de liquidação dos débitos assumidos, mas não levou em conta que exatamente nesse período houve uma grande crise da cafeicultura, quando os preços de café caíram de forma a levar muitos à ruína, inclusive muitos imigrantes do sul do Espírito Santo. De 1892 a 1895, o café teve uma supervalorização; de 1895 a 1906 o preço desse produto sofreu um declínio violento, voltando a sofrer nova valorização entre 1906 e 1912. Em 1912 o preço da saca de café era o mesmo de 1896, em valores absolutos; se se considerar a inflação nesse período, pode-se deduzir que em 1912 ainda estivesse abaixo do que fora 16 anos antes.⁷⁰

A experiência descrita pelo senhor Orestes Bissoli é apenas uma amostra significativa do que viveram os imigrantes no sul do Espírito Santo, mas evidencia uma mentalidade voltada para o trabalho e o espírito de acumulação e poupança para adquirir bens à custa de muito sacrifício e sujeição a uma dura jornada de trabalho.

A imigração no sul do Espírito Santo, como em outros lugares do Brasil, também esteve relacionada à crise do trabalho escravo e à expansão cafeeira na segunda metade do século XIX, geradora de crescimento econômico na região. Em 1853, a produção de café no Espírito Santo já superava a de açúcar, embora as primeiras colônias de imigrantes estivessem ainda em seu início.⁷¹

Antônia Colbari⁷² discute em trabalho apresentado na Ufes em 1998 sobre os diferentes modos de entender o trabalho no período da grande imigração no Brasil e no Espírito Santo. No imaginário social

70 DERENZI, op. cit., p. 159-160.

71 CAMPOS JÚNIOR, op. cit., p. 161-162.

72 COLBARI, op. cit., p. 132; cf. também PETRONE, op. cit., p. 79-80.

brasileiro, o trabalho era vivido como negação da liberdade e constituía-se como marca de inferioridade social, enquanto no europeu imigrante havia uma mentalidade que associava o trabalho à riqueza, prosperidade, participação e cidadania, ou seja, como meio para uma vida melhor. Apesar disso, o cotidiano do trabalho do imigrante, como vimos na experiência do senhor Orestes Bissoli, era marcado por difíceis condições de vida, trabalho árduo na própria propriedade; muitas vezes trabalhava também em outras propriedades e na formação de cafezais, e toda a família era mobilizada durante as colheitas. Apenas alguns dedicaram-se com exclusividade a trabalhos artesanais, como pedreiro, marceneiro, carpinteiro e acessórios de couro. Para Antônia Colbari⁷³, o capital cultural do imigrante lhe assegurava certa superioridade em relação ao trabalhador nativo, imprimia-lhe uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social, cujo eixo estava na igreja e nos grupos de parentesco. No caso do sul do Espírito Santo, onde predominavam as pequenas propriedades, os imigrantes criaram algumas estratégias para aliviar a pressão sobre a terra e preservar intacta a propriedade, tais como: enviar filhos e filhas para seminários e conventos; a migração de filhos para as cidades, ingressando nas atividades industriais ou portuárias; tornar-se artesão, como barbeiro, marceneiro, sapateiro; e permitir que as filhas trabalhassem como domésticas. “O trabalho e a vida social em torno da religião fundavam uma moralidade pautada por valores comunitários que se sobrepujam às pretensões individualistas.”⁷⁴ O isolamento em que viviam muitas colônias fortaleceu o espírito comunitário centrado sobretudo em torno da religião. O trabalho duro não era somente uma virtude do imigrante europeu, mas antes uma necessidade de sobrevivência.⁷⁵

73 COLBARI, op. cit., p. 136-137.

74 Ibid., p. 138.

75 Ibid., p. 140.

Segundo Antônia Colbari⁷⁶ ainda, deve-se ao imigrante o “resgate” do sentido ético e político do trabalho na sociedade brasileira. Enquanto o trabalhador nacional vivia em condições de pobreza e era considerado indolente, o trabalho para o imigrante constituía-se como meio para ascensão social.

O sonho de fazer a América facilitava a submissão à disciplina de um trabalho árduo e obsessivo que permitiria, no campo, a aquisição da propriedade de terra e, nas cidades, o estabelecimento de um negócio próprio. Eram essas fontes de energia canalizada para o trabalho, a qual teria facilitado o processo de adaptação às condições hostis, tanto na produção agrícola quanto na produção industrial.⁷⁷

Como os fazendeiros do sul do Espírito Santo não se prepararam para a mudança da mão de obra escrava para a mão de obra livre, as grandes fazendas de café foram se desmembrando entre os herdeiros que, enfraquecidos, as retalhavam em pequenos lotes e as vendiam aos italianos.⁷⁸ Um descendente de imigrantes italianos, o senhor Máximo Zandonadi, que escreveu algumas obras sobre a imigração no sul do Espírito Santo, no intuito de preservar a memória do fenômeno e exaltar o empreendedorismo do imigrante, assim diz:

De ano para ano modificava-se a região. Interessante foi observar a rápida transformação das propriedades agrícolas, com um verdadeiro sentido de reforma agrária, em consequência da vinda desses pioneiros de origem alemã e italiana para o Espírito Santo.

76 *Ibid.*, p. 142.

77 *Ibid.*, p. 143.

78 CASAGRANDE; BARBIERO, *op. cit.*, p. 105-106.

Desde o início do ciclo do café, no século XVIII, as terras capixabas estavam divididas em grandes latifúndios, pouco produtivos devido à falta de mão-de-obra e baixa qualificação.

Já o imigrante adquiria pequenas áreas, conforme suas escasas posses. Com o passar dos anos, porém, sua produção aumentava, dando-lhe recursos para compra de outras áreas para os filhos.

Em menos de meio século, com o retalhamento das grandes fazendas em pequenas propriedades que, pelo trabalho das mãos calejadas dos imigrantes, tornavam-se altamente produtivas, o Estado do Espírito Santo, embora pequenino, passou a ocupar o terceiro lugar em produção de café no Brasil.⁷⁹

Segundo Celso Furtado⁸⁰, na região cafeeira, a abolição teria provocado efetivamente uma redistribuição de renda em favor da mão de obra. Isso não significou necessariamente, para ele, um aspecto positivo ao ex-escravo, que “quase não possuía uma vida familiar”, em quem estava “ausente a ideia de acumulação de riqueza” e para quem o trabalho era sinônimo de “maldição” e, daí, a preferência ao ócio. A necessidade de oferecer salários mais elevados teria também gerado um afrouxamento das normas de trabalho.

D. João Batista Corrêa Nery, primeiro bispo da diocese do Espírito Santo, escreveu em seu diário⁸¹ das visitas pastorais que realizou no final do século XIX e início do século XX sobre a falta de mão de obra,

79 ZANDONADI, Máximo, **Venda Nova**: um capítulo da imigração italiana. São Paulo: EPS, 1980. p. 36-37.

80 FURTADO, op. cit., p. 203-204.

81 Esse diário consiste num manuscrito de capa vermelha e intitulado em letras douradas *Lembranças. Visitas Pastorais*, em folhas de papel pautado, com paginação igualmente manuscrita somente na página de frente embora seja escrito também no verso; assim, nas citações, quando a referência se encontrar no verso da página indicar-se-á o número da página de frente mais a letra “v”.

o fim da escravidão e a substituição pela mão de obra do imigrante estrangeiro:

Há também falta de braços para o trabalho agrícola. Com a libertação dos escravos as fazendas ficaram abandonadas. Recomeçam a sua vida com a vinda dos primeiros colonos estrangeiros. Bem depressa, porém, a imigração foi suspensa e os poucos colonos que ficaram ou são proprietários das melhores terras cafeeiras do Estado, como o vale de Santa Joana, do Santa Maria, do Castello, do Rio Doce, Rio Benevente, Rio Guarapary, Rio Piúma, Rio Novo etc., ou trabalham com os raros fazendeiros que se animavam a fazer frente à crise como meeiros, isto é, o fazendeiro dá a casa, terreno para o colono plantar e criar à vontade com faculdade de ir à vila próxima vender os seus produtos no dia que quiser ou ainda metade do café que colher. Deve trabalhar como quiser e quando quiser. O fazendeiro não tem o direito de fazer-lhe a menor observação com tanto que no fim do ano receba a metade da produção de café.

Se houvesse portanto o aumento de braços, há de supor que os empregados ficariam menos raros e mais baratos e menos exigentes, facilitando desta forma o desenvolvimento da lavoura e consequentemente a prosperidade do Estado.⁸²

Há vários dados interessantes nessa citação, como o despreparo para a substituição da mão de obra; a referência à proibição de imigração para o Espírito Santo; a situação do imigrante, que logo se tornou proprietário; a explicação do conceito de “meeiro”, demonstrando assim que era algo novo, a ser esclarecido; e, por fim, o seu raciocínio para o barateamento da mão de obra pelo excedente da mesma.

82 NERY, João Batista Corrêa. (Dom). **Lembranças**: visitas pastorais, manuscrito. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Vitória. Vitória: Centro de Documentação e Informação, p. 99 – 100.

O imigrante, em geral, conseguiu se capitalizar e adquirir suas terras e mais terras para os seus filhos. A dupla jornada de trabalho na própria terra e como meeiro em propriedades vizinhas era frequente, principalmente quando se tratava do cultivo de café.⁸³

A Colônia de Rio Novo, no sul do Espírito Santo, constituía-se em 1874 da casa da diretoria, capela católica, escola pública, duas padarias, quatro moinhos, uma serraria movida a água, oito engenhos de pilar café, também movidos a água, duas olarias, um ferraria, seis lojas de tecidos, ferragens e secos e molhados, nove tabernas e algumas casas de moradia. Aí se produzia café, milho, farinha, arroz, feijão, batatas, e criava-se gado, aves e animais domésticos. Os imigrantes foram colocados para trabalhar na criação da infraestrutura básica do lugar, sobretudo em abertura de estradas. Muitas foram as queixas, insatisfações e revoltas na região devido à precariedade das condições de trabalho, como ocorreu em 1875, quando 220 imigrantes se retiraram do Segundo Território e registraram queixa contra a diretoria da colônia, alegando confinamento nas matas, mínimas condições de trabalho e preços abusivos dos alimentos. Um número considerável de imigrantes permaneceu no Quarto Território vivendo do auxílio de 10\$000 (dez mil réis) fornecido pelo governo. Em 1877, novos conflitos ocorreram contra a diretoria da colônia por causa da construção de estradas no Quarto Território. No Primeiro Território, o Dr. Otto Linger tentou a produção de seda, sem resultados significativos.⁸⁴ A partir de 1888, após a construção de estrada de ferro Espírito Santo - Caravelas, os imigrantes se dirigiram ao trabalho nas fazendas de café da região de Castelo, inicialmente trabalhando como assalariados e meiros.⁸⁵ Para Luiz Serafim Derenzi⁸⁶, “[...] toda a

83 CASAGRANDE; BARBIERO, op. cit., p. 106.108.

84 RIBEIRO, op. cit., p. 32, 35-36, 40, 42, 45-47.

85 Ibid., p. 93.

86 DERENZI, op. cit., p. 159-161.

atividade do colono se cifrava em obter dinheiro.” Para isso, dedicou-se sobretudo ao cultivo do café. A variação de preços e a crise do café no final do século XIX levaram a dívidas e a miséria atingiu um número expressivo de imigrantes. Apesar disso, a produção de café no Espírito Santo deu um salto incrível com a intensificação da imigração no último quarto do século. Em 1862, registrou-se a produção de 56 mil sacas de café; em 1900, atingiu-se 394.150 e em 1912, 568.160. Percebe-se por aí que, apesar da crise entre os anos de 1895-1910, a produção de café permaneceu em ritmo crescente. Mesmo que muitos imigrantes tenham perdido suas propriedades como pagamento de dívidas, em 1920 o Espírito Santo tinha 268.384 hectares cultivados, dos quais 160.422, ou seja, cerca de 60 %, pertenciam a imigrantes italianos, cujo espírito de trabalho, seja por necessidade de sobrevivência seja por herança cultural ou por capital cultural, é inegável.

1.4 A família, catalisador de vínculos comunitários

Segundo José Clemente Pozenato, as instituições criam estratégias para sua permanência, tais como: tendem a ser seletivas e conservadoras no seu modo de conhecer ou representar a realidade; apagam as imagens e os conceitos que prejudicam sua “personalidade” institucional; ampliam e mitificam aqueles aspectos que reforçam sua identidade e resistem a qualquer intromissão ou transgressão na representação construída. “Essas instituições cognitivas, no meio cultural da imigração italiana, parecem ser predominantemente a família e a igreja.”⁸⁷ Nos relatos sobre a imigração e na memórias de imigrantes, a família aparece como um valor e um dos aspectos do sonho do imigrante: ser

87 POZENATO, José Clemente, Representações da imigração: a realidade e o imaginário italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998. p. 290.

proprietário, trabalhar na própria terra e formar uma família. O senhor Luiz Serafim Derenzi chama os imigrantes de “[...] falange pobre de dinheiro, mas rica de idealismo e amor à família.”⁸⁸ Idealizada ou não, é um dos aspectos constantes desses relatos.

Desde a fundação da Sociedade Promotora da Imigração, em 1886, e que existiu até 1895, houve um empenho em trazer “famílias” de imigrantes para abastecer as fazendas de café de mão de obra, pois assim as pessoas ficariam mais presas ao local de trabalho.⁸⁹ Durante o governo de Moniz Freire, houve um contrato com Domenico Giffoni, em 1892, de se introduzir 20 mil imigrantes até 1895. Dentre as condições desse contrato estava que os imigrantes deveriam ter boa saúde e vir acompanhados da família para trabalhar na agricultura.⁹⁰ As estatísticas mostram que, embora não tenha se efetivado o ingresso de 20 mil imigrantes, entre os que ingressaram houve realmente uma predominância de famílias. No total de imigrantes do banco de dados da Ufes, 21% são declarados chefes de família; 16% são esposas e 44%, filhos.⁹¹ Para Aurélia H. Castiglioni⁹², há dois tipos de migrantes típicos: o migrante se caracteriza como jovem, solteiro, dinâmico, com certo grau de instrução e especialização, que parte em busca de novas oportunidades de emprego que possam realizar suas aspirações de um nível de vida melhor; um outro tipo é o do migrante para o Espírito Santo, caracterizado como um homem casado, de idade “madura”, pouco instruído, agricultor e que vinha com toda sua família. A média de pessoas da mesma família que ia para o Espírito Santo era de 4,4 pessoas. Dos que migraram em 1894, 42,74% são registrados como chefes de família e esposas; 48,3%

88 DERENZI, op. cit., p. 18.

89 DE BONI, op. cit., p. 26.

90 RIBEIRO, op. cit., p. 127-128.

91 CASTIGLIONI; REGINATO, op. cit., p. 19.

92 CASTIGLIONI, op. cit., p. 106-109.

como filhos. As pessoas registradas em 1894 que vieram sozinhas representam 6,18%; em 1895, 14,01%. A média de idade dos chefes de família era de 38 anos e das esposas, 33 anos. Há um alto índice de crianças, dada a grande fecundidade dessas famílias. Segundo Maria Sílvia C. Beozzo⁹³, “[...] os italianos em terras brasileiras se casavam com maior intensidade e em idades mais jovens que na Itália, apresentando taxas de fecundidade e natalidade mais elevadas.”

Uma característica das famílias italianas era o regime patriarcal. O pai de família era a cabeça do casal, detentor de toda autoridade sobre a família, que considerava os filhos emancipados somente depois de casados, o que não significava que abandonavam a casa paterna, ao contrário, geralmente permaneciam juntos ou nas proximidades. “O pai provê os filhos. Todos trabalham para um só monte. Junto à propriedade central vão surgindo as casas dos outros membros.”⁹⁴ A mãe cuidava da educação espiritual dos filhos. No Espírito Santo, embora os imigrantes em geral fossem analfabetos, houve uma grande preocupação dos colonos com a educação para seus filhos. Muitos foram os conflitos, inclusive com a polícia, por causa disso. Os imigrantes foram acusados por políticos de racismo, porque seus filhos não falavam a língua nacional; os colonos providenciavam suas próprias escolas quando não eram atendidos e algumas delas foram tomadas pelo governo para instalar nelas órgãos públicos.⁹⁵

Conforme Antônia Colbari⁹⁶, a colonização do Espírito Santo por imigrantes italianos se caracterizou como um:

93 BASSANEZI, op. cit., p. 52.

94 DERENZI, op. cit., p. 137.

95 *Ibid.*, p. 137-139; cf. também COLBARI, op. cit., p. 137.

96 COLBARI, op. cit., p. 137.

[...] empreendimento familiar, no qual os grupos de parentesco sustentavam a organização comunal e definiam as estratégias de sobrevivência [...] A família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente auto-suficiente na produção de alimentos e bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal.

Para ela, as diversas formas de sociabilidade do imigrante, como o trabalho, a religião e o lazer, eram estruturadas a partir da vida familiar. A família se constituía como núcleo que desencadeava as motivações necessárias para enfrentar as adversidades das condições físicas, ambientais e sociais e mantinha a coesão dos grupos numa vivência comunitária.

Muitos dos imigrantes vinham em grupo de uma mesma região, onde já mantinham fortes laços familiares de amizade, vizinhança e mútuo apoio. Há registros, segundo Luiz Busatto, de vilas inteiras migrarem para o Brasil.⁹⁷ Algo parecido diz o senhor Máximo Zandonadi a respeito da imigração italiana em Venda Nova do Imigrante, no sul do Espírito Santo:

No país de origem, a Itália, nossos pais trabalhavam geralmente para os grandes senhorios, dedicando-se ao cultivo de vinhedos e à fabricação de vinhos. Poucos tinham posses e, à medida em que a família crescia, a situação se agravava: o país era pequeno e populoso, e as terras estavam nas mãos de grandes proprietários. A maioria das famílias de Venda Nova formava, no norte da Itália, nos arredores de Treviso, uma comunidade unida por laços de parentesco.⁹⁸

97 BUSATTO, op. cit., p. 308.

98 ZANDONADI, 1980, op. cit., p. 46.

E ainda, numa outra obra:

Na Alta Itália, [nossos pais] eram campônios humildes e de poucas posses, acostumados a um regime de economia apertada. Trouxeram para o Brasil o mesmo sistema patriarcal de além-mar. Nada de separação entre os membros de uma família. Reuniam-se sob o mesmo teto diversos casais com os filhos, tendo um chefe no comando. O nono era o chefe do clã e o filho primogênito da família ocupava uma posição ascendente sobre os outros irmãos. Na falta do nono assumia o filho mais velho.⁹⁹

A família como um valor, uma preocupação constante, está muito presente nas memórias do senhor Orestes Bissoli, que deixa transparecer a maneira bastante emocional e afetiva com que se viviam as relações familiares. Ainda na Itália, quando a mãe ficara viúva, tornara-se a provedora da família e ele teve que trabalhar com os irmãos para ajudar no seu sustento, assim ele escreveu:

Semanalmente nós entregávamos o que rendia nosso trabalho, e ela nos dava uma gorjeta (buonamano) para os nossos pequenos divertimentos ou vícios que fossem. Sempre interessado pela família e, como a lenha necessária à cozinha adquiria-se com dificuldade, mamãe me dava algum vintém para eu recolher alguma na mata, isto é, onde havia arvoredos, pois lá não existe mata propriamente dita – e os proprietários deixavam recolher lenha seca, mas sendo verde era roubo.¹⁰⁰

Quando veio para o Brasil, Orestes Bissoli só teve a permissão da mãe porque junto vinha um outro irmão. Aqui permaneceram juntos

99 Id. **Venda Nova do Imigrante**: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa, 1992. p. 135.

100 BISSOLI, op. cit., p. 31-32. (destaque do autor).

por um tempo e, depois de muito trabalho, conseguiram o dinheiro suficiente para trazer da Itália o restante da família. Ele escreveu de forma emocionada o fato de não ter notícias da família e de a mãe pensar que estivesse morto. Quando despediu-se de seu irmão e foi morar sozinho no Quinto Território na Colônia de Rio Novo, igualmente deixou transparecer as emoções. A mãe e as irmãs vieram para o Brasil em 1895 e tiveram dificuldades para chegar ao Espírito Santo, certamente devido à proibição de imigração para aquele Estado a partir daquele ano. Emocionou-se igualmente quando a mãe não o reconheceu de imediato e mesmo depois de algum tempo teve dúvidas se era ele mesmo o seu filho.¹⁰¹ Assim escreveu sobre o caráter centralizador da figura da mãe e seu papel de mantenedora dos vínculos familiares: “Mamãe, embora já idosa, foi quem salvou a situação, mantendo a união da família, pelo motivo de tomar conta da casa.”¹⁰² Mesmo depois de casado, a esposa ficava sob os cuidados da sua mãe, ou seja, na ausência do patriarca, assumia a matriarca: “[...] e também as moças se sujeitavam à velha; e ela ensinou o que era a economia, e o quanto valia a ordem econômica de uma família.”¹⁰³

Como as famílias italianas normalmente se constituíam de um grande número de filhos, embora grande também fosse a mortalidade infantil, os lotes adquiridos, com o passar dos anos, já não atendiam mais às suas necessidades e chegava a um ponto em que não havia mais como dividir.¹⁰⁴ Era preciso, então, buscar novas terras, quando estes filhos constituíam novas famílias. Coesão familiar e difusão devido ao crescimento vegetativo são características dos imigrantes italianos em outras partes do Brasil e também no sul do Espírito Santo.

101 *Ibid.*, p. 56-62.

102 *Ibid.*, p. 63.

103 *Ibid.*

104 RIBEIRO, *op. cit.*, p. 150; cf. também PETRONE, *op. cit.*, p. 76.

1.5 A religião: suporte ideológico e catalisador comunitário e social no imigrante

A quase totalidade dos imigrantes italianos que vieram para o Espírito Santo era católica. Os nomes registrados nos passaportes e outros documentos refletem a cultura católica. Dentre o que se propunha em oferecer ao imigrante estava o atendimento religioso, no entanto, as primeiras e maiores reclamações que partiram deles eram a falta de igrejas para a prática de sua religião e de padres para celebrações e ofícios religiosos, além da assistência espiritual.¹⁰⁵ A tendência daqueles que escreveram as memórias, crônicas e reminiscências dos imigrantes é de exaltar o fervor e a religiosidade dos mesmos. Dentre esses está D. Cavati¹⁰⁶, bispo católico, um dos primeiros a se preocupar em escrever uma história mais detalhada, quase que na linha da história do cotidiano, sobre a imigração italiana no Espírito Santo. Para ele, a imigração italiana no Espírito Santo foi responsável pela renovação espiritual no Estado, contrapondo o nativo indiferente ao imigrante fervoroso, as igrejas vazias do litoral, onde predominava a população nativa, às capelas cheias e animadas do interior, nas colônias, sempre exaltando os costumes e as tradições dos italianos.

A inauguração de uma igreja, que se fazia pelo “benzimento” da mesma pelo sacerdote, era um dia de festa numa colônia, como ocorreu na Imperial Colônia de Rio Novo, no dia 26 de abril de 1874.¹⁰⁷ Nas igrejas das colônias, rezava-se em dialetos italianos e latim; as crianças já nascidas no Brasil não falavam o português. Os homens e as mulheres ocupavam lugares separados. Era frequente o canto coral de missas em latim. Quando não havia missa, ouvia-se a leitura do evangelho do

105 RIBEIRO, op. cit., p. 149.

106 CAVATI, op. cit., p. 95-127.

107 RIBEIRO, op. cit., p. 29.

dia, rezava-se o terço e a ladainha. Os pais frequentemente se preocupavam com a educação religiosa dos filhos e cuidavam de ensiná-los o catecismo. D. Cavati cita vários nomes de catequistas que se destacaram por seu zelo e fervor, como Francisco Casanova, Caetano Giuseppe Giovanelli, Teresa Lora e Felipe Spadete. Além de catequistas, alguns destes, como o Sr. Caetano, foram líderes de suas comunidades, ficando responsáveis também pela administração das capelas.

Uma das situações em que se diferenciava o imigrante do nativo era a novidade para a época do casamento civil, implantado pela constituição republicana de 1891. O nativo não se preocupava com o casamento religioso, contentando-se muitas vezes somente com aquele. O imigrante, ao contrário, tinha em conta muito mais o casamento religioso. Dom João Batista Corrêa Nery, em seu diário “Lembranças. Visitas Pastoraes”, deixou transparecer as dificuldades da igreja em lidar com a questão do casamento civil. Ele reclamou da falta de sacerdotes para atender à demanda dos fiéis, enquanto o número de juizes de paz era muito maior, chegando em algumas paróquias a 16 juizes para um sacerdote.¹⁰⁸ O bispo se surpreendeu também com a grande quantidade de cemitérios particulares no interior, devido às dificuldades de transporte dos cadáveres pelos caminhos frequentemente intransitáveis. Como o Estado do Espírito era muito isolado, tornara-se um refúgio de assassinos de outros estados vizinhos. Devido à incapacidade do Estado de conter muitas das “desordens” e da falta de médicos, para o bispo, tais cemitérios constituíam um problema, por causa de enterramentos criminosos e sem exames. Ele lamentou que o poder eclesiástico nada podia fazer, uma vez que os cemitérios foram secularizados.¹⁰⁹

108 NERY, op. cit., p. 106.

109 *Ibid.*, p. 100. v. 101v.

Hésio Pessali¹¹⁰, na apresentação da obra do sr. Orestes Bissoli, diz que nas comunidades de imigrantes, a vida social se organizava em torno do culto dominical, seguido de jogo de bocha e bailes. “Um apego às funções conservadoras e formalistas da religião foi um traço comum.” Alguns poucos eram anticlericais e maçons. “Toda povoação de imigrantes cresceu em torno de uma igreja. No Quinto Território, antes mesmo de partirem para construir casa em seus próprios lotes, morando, portanto, ainda em barracão comum, sua primeira obra foi uma capela.”¹¹¹ Ao redor dela, erguiam-se as casas. Os encontros dominicais eram ocasião também para negócios, contrato de trabalho, namoro e jogos, como a bocha, já citada acima, e futebol. Muitos padres ficaram na memória dos imigrantes, como o capuchinho Fr. Marcelino Morone d’Agnadello, que trabalhou na região sul do Espírito Santo a partir de 1883.¹¹² Outros, como Fr. José Chivite, espanhol, agostiniano recoleto, que construiu um relógio de sol, fez uma bússola para os que se aventuravam nas matas, treinou parteiras, inventou instrumentos de uso caseiro “[...] e o que lhe mereceu maior reconhecimento dos colonos, fez-lhes ver que uma série de disputas surgidas entre eles em nada obedeciam aos interesses de expansão e melhoria do grupo, e sim a interesse de deslocar limites municipais e favorecer ambições de políticos residentes fora do povoado.”¹¹³ Fr. Manuel Simon, sobre o qual será tratado mais à frente, também entrou na memória desses imigrantes por ter realizado, em 1909, a compra da Fazenda do Centro, no interior do Estado.

110 PESSALI, op. cit., p. 15.

111 Ibid., p. 15.

112 CAVATI, op. cit., p. 111-113.

113 PESSALI, op. cit., p. 15.

Para Antônia Colbari¹¹⁴, as missas e rezas dominicais não eram apenas expressão de um forte sentimento religioso, mas práticas coletivas que estimulavam o fervor religioso sim, mas também a convivência social e o reforço dos rígidos padrões morais. “A religião era o centro dos valores morais que irradiava para a comunidade o ideal de disciplina, moralidade e ajuda mútua.” Assim, as práticas religiosas, como batismo e casamento, criavam vínculos sociais e reafirmavam a identidade do grupo, a vida comunitária e a solidariedade grupal. Eram práticas que favoreciam a cooperação e prestação de serviços que beneficiavam tanto os indivíduos como toda a comunidade, dadas as circunstâncias e os objetivos comuns quanto à produção e reprodução.

Imigrantes desejosos de uma propriedade de terra, carregados de uma mentalidade de trabalho, um ideal de família e com fortes valores morais amparados pela prática religiosa, tais eram em geral aqueles que foram para o sul do Espírito Santo e mudaram a paisagem fundiária, econômica, social e cultural local, num momento de transição do trabalho sustentado pela mão de obra escrava para a livre, do regime monárquico para o republicano. A virada do século foi marcada não só pela decadência das poucas grandes fazendas latifundiárias do sul do Espírito, mas por uma profunda crise no preço do café, que afetou a vida daqueles imigrantes; crise essa agravada ainda pelas circunstâncias naturais, como a grande seca que afetou a região nos anos de 1898-1899.¹¹⁵ Os elementos estudados aqui ajudam a entender o ambiente onde viveu Fr. Manuel Simon, frade agostiniano recoleto, que chegou ao Espírito Santo com outros companheiros em 1899 como missionários para atender sobretudo as colônias de imigrantes.

114 COLBARI, op. cit., p. 138-139.

115 NERY, op. cit., p. 98 v.

Fazenda do Centro: a formação do núcleo colonial

A Fazenda do Centro, situada hoje a 11 quilômetros da sede do município de Castelo, no sul do Espírito Santo, tem uma história relacionada à expansão do café no Estado, durante o século XIX. Como outras grandes fazendas capixabas, os seus proprietários não se prepararam para a transição da mão de obra escrava para a livre e, no final daquele século, a referida fazenda encontrava-se em estado de abandono, dividida entre os herdeiros dos seus antigos proprietários.

Para uma análise mais aprofundada de como surgiu o projeto do Núcleo Colonial do Centro, precisa-se, antes de tudo, averiguar as fontes desta pesquisa, situar o ambiente eclesial e religioso, as circunstâncias que permitiram a sua efetivação e as condições em que ele se realizou. Isso é o que se pretende discutir neste capítulo.

2.1 As fontes

Há algumas coisas escritas sobre a Fazenda do Centro, desde que foi adquirida pelo Major Antônio Vieira Macho da Cunha, em 1845, até que foi vendida pelos herdeiros de um dos seus genros, o português Manuel Fernandes Moura, a Fr. Manuel Simon, em 1909. Órgãos públicos, como cartórios e arquivos do município de Castelo e Cachoeiro de Itapemirim são as principais fontes de informação desse período. Os que já escreveram sobre a Fazenda durante este período normalmente o fizeram situando-a dentro da expansão da cultura cafeeira no Estado e relacionando-a também com a escravidão. Dentre esses está T. de Alencar Arararipe, general de exército, ministro do Superior Tribunal Militar, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que escreveu um artigo intitulado “A Colonização do Município de Castelo” na Revista Brasileira dos Municípios, nº 63/64, em 1963. Uma fonte oral pesquisada por alguns pesquisadores, sobretudo da Universidade São Camilo, de Cachoeiro de Itapemirim, e jornalistas do periódico “A Gazeta”, foi o senhor Victório Bernabé, descendente de italianos e um dos mais antigos moradores da Fazenda do Centro, falecido há poucos anos.

Do período relativo à compra da Fazenda do Centro por Fr. Manuel Simon, no ano de 1909 em diante, a principal fonte são as CRÔNICAS DE LA PROVÍNCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA, dividida em dois volumes, “Década Primeira (1899-1909)” e “Década Segunda (1909-1919)”. Outra obra é um texto datilografado e paginado intitulado “CÓPIA FIEL DO LIVRO DE COISAS NOTÁVEIS DA FAZENDA DO CENTRO”. A primeira parte deste texto até a página 16 está escrita em espanhol e faz referência ao “Libro de Cosas Notables de La Hacienda Del Centro” em precário estado de conservação; este original do livro desapareceu. A partir da página 17, o texto é escrito em português. Embora tenha a pretensão de ser uma “cópia fiel”, o

texto foi selecionado, pois omite várias notícias, escrevendo em seu lugar coisas como: “sin valor histórico” ou “otras noticias sin valor” e outras vezes simplesmente coloca “etc.etc”. Outra fonte que também relata sobre os trabalho dos agostinianos recoletos em Guarapari e Anchieta e a aquisição da Fazenda do Centro é o LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CASTELO. Percebe-se, no entanto, que muitos trechos foram copiados quase que “ipsis litteris” das “CRÓNICAS DE LA PROVÍNCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA”. O trabalho de compilação desse primeiro livro de tomo deve-se a Fr. João Echávarri. No Cartório de Notas de 1º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim está o livro de registros de imóveis da Fazenda do Centro, com a matrícula onde consta a aquisição feita por Fr. Manuel Simon, juntamente com José Mariano Sobrinho, a dissolução da sociedade, as condições estabelecidas para cada um e as posteriores secções da fazenda. Uma fonte oral preciosa é Frei Juan Echavarri Asiáin, nascido no dia 7 de setembro de 1919, morador e administrador da Fazenda do Centro durante quase 40 anos (1946-1979), atualmente residente em Cachoeiro de Itapemirim, homem lúcido e espirituoso. O senhor Victório Bernabé deixou também vários testemunhos recolhidos por pesquisadores, como já citado anteriormente. Outro que deixou algumas memórias escritas desse período foi o senhor Máximo Zandonadi.



ILUSTRAÇÃO 1 - PÁGINA DE ABERTURA DO LIVRO DE CRÔNICAS

Fonte: CRÓNICA de la provincia de Santo Tomás de Villanueva.
Década Primeira (1899-1909). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920a. p. 1.

No Arquivo Público do Estado do Espírito, em Vitória, há uma tese de Terezinha Silva, **Importância da Imigração Italiana em Castelo**, 1978. Esse trabalho contém nas páginas 74-77 um mapa, uma cópia de recibo de compra de terra da fazenda e informações sobre a Fazenda cedidas por Fr. João Echávarri.

Na Universidade São Camilo, encontram-se os seguintes trabalhos monográficos, nos quais a Fazenda do Centro é referida ou é objeto de estudo:

1. BORGES, Adilméia Pontes. **Origem do Proletariado Industrial no Brasil; Memória Escravista na Fazenda do Centro; Mimoso do Sul – momentos finais da Escravidão**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, fevereiro de 1999. Faz-se uma abordagem sobre a Fazenda do Centro no Capítulo II – A origem da produção cafeeira na região de Castelo, nas páginas 10 a 15.
2. FEREGUETE, Geruza da Penha. **A trajetória do escravismo na Fazenda do Centro; Memórias escravistas na Fazenda do Centro; A origem do movimento tenentista**. Monografia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, março de 1999. Esse trabalho se divide em duas partes:
 - Parte I – “A Trajetória do Escravismo na Fazenda do Centro”. A partir da página 7, trata-se sobre a origem da produção de café na região de Castelo; a Fazenda do Centro e seus antigos proprietários; a compra da Fazenda do Centro. Na página 15 há um depoimento do Sr. Vitório Bernabé, no qual ele fala sobre a “reforma agrária do frei”...
 - Parte II – “Memórias escravistas na Fazenda do Centro”. Que trata sobre a origem da produção cafeeira na Região de Caste-

lo; a colonização do século XVI ao XVIII; a Fazenda do Centro: fundação em 1845 por Antônio Vieira Machado da Cunha; seus antecedentes, povoadores, proprietários, a área de 3.202 alqueires; o café como principal produto; o auge da produção de café, quando teria cerca de 600 escravos; e, por fim, algumas memórias do Sr. Vitório Bernabé;

3. SANTOLIN, Jane. **O Cotidiano dos Imigrantes Italianos em Venda Nova do Imigrante e Castelo**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, 2000. Há uma referência sobre a Fazenda do Centro na página 13, onde se lê: “A Fazenda do Centro foi adquirida pelos padres agostinianos, sendo dividida em lotes para acolher os imigrantes”. O trabalho dá ênfase à história do cotidiano dos imigrantes, destacando, entre outros assuntos, as habilidades artesanais dos imigrantes, as casas de negócio, o enriquecimento dos negociantes, a fabricação de vinho, a indústria madeireira e os produtos suínos.
4. DALVI, Juliana Coelho. **A Imigração Italiana no Espírito Santo**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, 2000. Traça-se uma abordagem sobre a migração italiana para o Brasil, as suas condições e objetivos; disserta-se sobre o decreto de 24 de junho de 1872, com vários trechos selecionados e citados, relativos à imigração. Na página 27 deste trabalho, lê-se: “Em 1874, chega ao Brasil, com Lazzaro, o primeiro grupo de italianos. Era formado por umas cem famílias selecionadas pelos agostinianos, segundo consta nos livros de registro da Ordem.”. Não é citada a fonte pesquisada e o trecho encontra-se possivelmente mal redigido, pois constitui um grave anacronismo, uma vez que os agostinianos só chegaram ao Espírito Santo em 1899. A partir da página 28, faz-se uma abordagem sobre o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, com um breve

histórico dos antecedentes e a ocupação e colonização da região de Castelo até o século XIX. Em seguida, disserta-se sobre a aquisição da Fazenda do Centro por Fr. Manuel Simón, situando-a numa segunda etapa da expansão da migração, citando alguns dados, como a extensão adquirida, a divisão em lotes de dez alqueires, a quantidade aproximada de famílias beneficiadas e em anexo uma cópia de um recibo de compra de terra no Núcleo Colonial do Centro, datado de maio de 1910.

5. COLODETE, Camila da Penha. **História da Societá Italiana di Castello**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Madre Gertrudes de São José”, Cachoeiro de Itapemirim, 2005. Na página 21, cita-se a obra de Luiz Serafim Derenzi, **Os Italianos no Espírito Santo**, onde o autor fala sobre a fazenda do Centro após a abolição da escravidão e a aquisição feita por Fr. Manuel Simon.

Os principais autores que escreveram sobre a Fazenda do Centro já foram utilizados no capítulo anterior deste trabalho:

1. CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. [s.l.:s.n.], 1973.
2. DERENZI, Luís Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.
3. ZANDONADI, Máximo. **Venda Nova**: um capítulo da imigração italiana. São Paulo: EPS, 1980. (e outras como: **A Igreja na História de Venda Nova**; **Venda Nova do Imigrante**: 100 anos da Colonização Italiana no Sul do Espírito Santo; e **Reminiscências de um Século**: (1889-1989);
4. CASAGRANDE, André Dell’orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **Castelo**: da pré-história ao início do Século XX. [s.l.]: Prograf, 2002.

5. RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Pequena contribuição à história da imigração italiana no sul do Espírito Santo.** [s.l.: s.n.], 2003.

Nesses autores, exceto o senhor Máximo Zandonadi, que conhecia a Fazenda e viveu na região, todos os demais escrevem tendo como referência básica os escritos deixados por Fr. João Echávarri, baseados nas “Crônicas de la Província de Santo Tomás de Villanueva”.

Dentre os artigos de jornal, foram encontrados dois, dos quais apenas um contém dados históricos sustentáveis:

1. LOPES, Daniel, “Fazenda do Centro: destruíram quase tudo, mas ainda é possível ver muita coisa bonita”. **A Gazeta**, Vitória, 11 de junho de 1981, Caderno de Turismo. O autor preocupou-se em descrever a situação da fazenda no momento em que escreveu, de forma bastante depreciativa, e faz uma defesa do seu tombamento.
2. MATTEDI, José Carlos. História perdida entre montanhas. (p. 1) e Personagens do passado revivem casarão. (p. 3), ambos **A Gazeta**, Vitória, 1 mar. 1998, Caderno Dois. No primeiro artigo, o autor faz uma abordagem histórica da fazenda, com dados que se percebe extraídos das “Crônicas de la Província de Santo Tomás de Villanueva” e de memórias do senhor Vitório Bernabé. O autor reforça a ideia corrente no local de que a Fazenda do Centro foi a “primeira reforma agrária no Espírito Santo”, em cujo núcleo colonial mais de cem famílias foram beneficiadas, das mais de 300 que apareceram para ocupá-lo; que algumas famílias nem sequer chegaram a quitar suas propriedades e não foram removidas; apresenta também os muitos conflitos enfrentados, como as críticas que os padres receberam de estar abandonando o trabalho pastoral para se tornarem fazendeiros; os problemas causados pelo sócio desonesto; as dívidas assumidas por Fr. Manuel Simon;

os conflitos com ex-escravos; a produção de café e cereais, como arroz e milho, além da cana-de-açúcar. O segundo artigo aborda mais o período anterior à compra da Fazenda por Fr. Manuel Simon, de quando pertencia ao Sr. Moura, e traz uma série de memórias orais sobre as histórias relativas a maus-tratos aos escravos, ciúmes e adultérios dentre a família dos antigos proprietários e sua decadência após a abolição.

Assim, quando se trata da aquisição da Fazenda do Centro por Fr. Manuel Simon, em verdade só há uma fonte já difundida: as “Crônicas de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva”. Procurar-se-á aqui confrontar esta fonte com outros documentos encontrados: escrituras e recibos de compra e venda de terras e de empréstimos.

2.2 A situação sociopolítica e religiosa do Espírito Santo na visão de D. João Batista Nery

Na virada do século XIX para o século XX, o Brasil experimentava ainda a nova estrutura política e burocrática do regime republicano. No Espírito Santo, o aparelho estatal apresentava sérias deficiências quanto ao seu funcionamento. No capítulo anterior, viu-se que entre os imigrantes havia muitas reclamações e insatisfações devido à corrupção nos meios políticos.

A diocese de Vitória, criada no dia 15 de novembro de 1895, desmembrada da diocese de Niterói, teve o seu primeiro bispo, D. João Batista Corrêa Nery, a partir de 1º de novembro de 1896, quando foi consagrado bispo em Roma.¹¹⁶ O manuscrito que ele deixou de suas

116 CRÔNICA de la provincia de Santo Tomás de Villanueva. Década Primeira (1899-1909). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920a. p. 333.

visitas pastorais, já referido no capítulo anterior, intitulado “Lembranças. Visitas Pastoraes”, deve ter sido escrito entre 1897 e 1900, pois as últimas anotações na contracapa referem-se às provisões para o Pe. Manoel Simon em 4 de novembro de 1899 e 19 de abril de 1900 para o Pe. Máximo Tabuenca. Nele, o bispo faz suas observações a respeito da situação política, econômica e religiosa do Estado e tece suas críticas também à infraestrutura e às condições físicas e humanas, bem como mostra suas dificuldades em administrar a nova situação da Igreja separada do Estado.

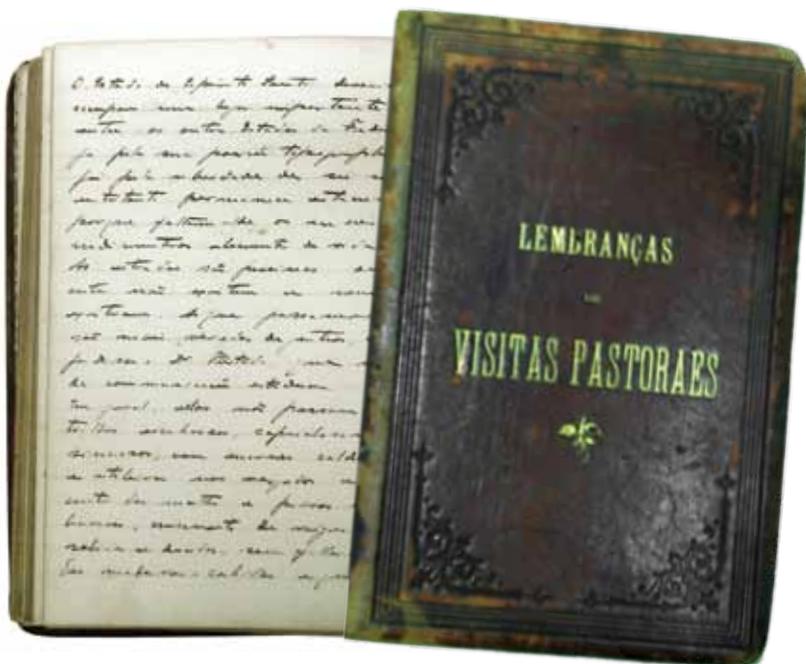


FOTO 1- MANUSCRITO DE D. JOÃO BATISTA CORRÊA NERY, PRIMEIRO BISPO DE VITÓRIA

Fonte: Arquivo do Centro de Documentação da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Vitória

Para D. João Batista Corrêa Nery, o Espírito Santo deveria ocupar um lugar importante entre os outros estados da federação, seja pela sua topografia seja pela “uberdade” do seu solo. Permanecia, no entanto, estacionado por causa das estradas péssimas, ou antes, veredas, trilhas, que eram verdadeiros atoleiros nas vargens e nos centros das matas, com raízes cruzadas e madeiras caídas, que as obstruíam, às vezes, até apodrecerem ou serem queimadas pelo fogo. Aos viajantes, era indispensável levar o facão para fazer as picadas. “Ninguém se importa com as estradas.” O acúmulo de detritos, que desciam das montanhas, tornava impossível a passagem dos córregos mais insignificantes. Segundo ele, os caminhos só ficavam bons com as grandes secas, como a de 1898 e 1899. Com as secas, no entanto, abusava-se das queimadas e do “vandálico procedimento” de lançar fogo por diversão em matas virgens.¹¹⁷ O bispo queixava-se também da falta de assistência e recursos médicos, que deixava o povo à mercê de curandeiros e charlatões; além disso, faltava “justiça e policiamento”. Com a falta de um policiamento regular e disciplinado, as pessoas reagiam por si mesmas. Outro problema para ele era a falta de escolas para crianças, essas sem “os menores rudimentos de civilização”. Nas escolas existentes, a situação dos *mestres* era precária e a maioria, incapaz para o exercício da função. Para atender às necessidades, tão urgentes, ele propunha uma “formação sumária” de professores estaduais. “O interior está muito atrasado. Os costumes são primitivos”. Para ele, não havia também homens preparados para ocupar os cargos e órgãos públicos, pois via os políticos como homens ignorantes e corrompidos. Ele chegou a propor que os cargos importantes do Estado fossem ocupados por pessoas mais competentes de outros estados. Os funcionários públicos eram, segundo seu parecer, “sem méritos pessoais” e encostavam-se nos

117 NERY, João Batista Corrêa. (Dom). **Lembranças**: visitas pastorais, manuscrito. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Vitória. Vitória: Centro de Documentação e Informação, [19--]. p. 97v-98v.

“mandões da terra”, serviam-se dos “amigos” e praticavam as piores arbitrariedades e injustiças “sobre o povo pequeno e humilde.”¹¹⁸

Sob a mira do bispo, encontravam-se também os padres de sua diocese. Ele criticava duramente alguns deles, submissos aos senhores e “mandões”, desprovidos de “conveniente formação sacerdotal”. Ocupando paróquias imensas, limitavam-se a fazer casamentos e batizados e a celebrar missas, com pouco interesse pela educação religiosa do povo, “nulo” em doutrina. Deixavam as crianças sem catecismo. Pelo fato de atenderem paróquias muito extensas, formadas por vários arraiais, distantes uns dos outros, nenhum desses tinha atendimento regular. “Pode-se dizer que são mais administradores de sacramento que vigários.” Montados em animais, com o alforje na garoupa, paravam um ou dois dias em cada povoado, “procurando fazer a volta”. Celebravam missa por toda parte, sem licença de ninguém, faziam batizados e casamentos sem proclamas e sem ajudantes. A população, entregue à pobreza, não tinha possibilidades físicas e morais de procurar os sacramentos nas sedes paroquiais, desprovidas de hotel, restaurantes e “agasalho”. Só lhes restava aguardar a visita do sacerdote no local ou a visita do bispo. Na impossibilidade de aumentar o número de sacerdotes ou paróquias, os padres tinham para sua manutenção praticamente só os emolumentos dos batizados, uma vez que os casamentos e demais sacramentos tinham que ser gratuitos, devido à situação de pobreza da população. Os padres tinham sérias dificuldades de comunicação com a sede episcopal. Pelo serviço postal péssimo, as cartas não chegavam ou, quando chegavam, era com atrasos de até seis meses. Uma boa parte do clero era estrangeiro e “pouco preparado”. A única solução que o bispo encontrou para remediar essa

118 Ibid., p. 100v-104v.

situação foi a de fornecer uma Provisão Especial e Anual, dando aos sacerdotes faculdades para dispensas reservadas ao bispo.¹¹⁹

O bispo deixa transparecer nos seus manuscritos as dificuldades para implantar o aparelho burocrático eclesiástico necessário para o funcionamento da diocese recém-criada. A mesma deficiência estrutural que afetava o Estado atingia a Igreja. Embora o bispo tenha reclamado dos padres estrangeiros “pouco preparados”, na tentativa de aliviar as suas dificuldades, ele chamou os frades agostinianos recoletos para colaborar com ele em sua diocese.

2.3 A situação sociopolítica e religiosa do Espírito Santo na visão dos Agostinianos Recoletos

Não se pode compreender a forma como os missionários viram o Estado do Espírito Santo e ali atuaram sem retroceder alguns anos no tempo e se situar do outro lado do mundo, nas Ilhas Filipinas, onde trabalharam aqueles missionários e de lá foram expulsos em 1898, devido à guerra hispano-americana e à expansão estadunidense no Oriente e sem levar em consideração as circunstâncias em que os primeiros missionários vieram para o Brasil.

Frequentemente, a linguagem da “Crónica de la Provincia de Santo Tomas de Villanueva”, tanto a “Década Primeira (1899-1909)” quanto a “Década Segunda (1909-1919)”, é ufanista e apologética, ou seja, minimiza as deficiências e os conflitos internos da congregação, exalta sempre os feitos e trata os adversários de forma verdadeiramente maniqueia, diabolizando-os. Para o cronista, que não é apenas um autor, pois a obra foi escrita a partir de muitas mãos, propositamente

119 NERY, op. cit., p. 104v-109v.

colocadas no anonimato para que a “glória” fosse da instituição e não das pessoas, e na qual se pretendeu evitar “subjetivismo”¹²⁰, a congregação, em seus trabalhos missionários realizara uma obra “civilizadora” no Oriente, sobretudo nas Ilhas Filipinas, única nação de maioria católica naquela região, conforme podemos ler:

Brilhantíssima é a história de nossa Recoleção naquelas terras do Oceano Pacífico com seus ousados (ariesgados) missionários, seus heróicos mártires, seus abnegados confesores e valorosos caudilhos (sic!), com aquela plêiade numerosa de insignes Prelados, zelosíssimos bispos, excelentes historiadores, profundos mestres de espírito, que se sobressaíam nas ciências e nas artes, que empregaram todo seu saber e toda sua virtude em arrancar das negras sombras do erro àqueles povos bárbaros para conduzi-los aos esplendorosos campos da civilização e da cultura, por meio da Fé e da Religião, conseguindo fazer deles o povo mais civilizado de toda a Oceania e daquela parte oriental da Ásia.¹²¹

Em 1896, estourou a revolução filipina, com intensos ataques à igreja católica e à congregação, segundo o cronista, liderada pela maçonaria. Em 1898, criou-se o “Aglypayanismo”, ou seja, a igreja filipina, um cisma religioso. Durante os anos de conflito, mais de 30 religiosos foram assassinados pelas “hordas do katipunán”, a maçonaria nas Filipinas. Numerosos religiosos foram assassinados e torturados, conventos roubados, fazendas destruídas, missões abandonadas. No clima de tensão e guerra, culpavam-se os frades “dos desacertos e faltas políticas que eles mesmos haviam cometido no governo das Ilhas”.¹²² Nessa situação, buscou-se na congregação outras áreas para o trabalho religio-

120 PRÓLOGO-dedicatória In: CRÔNICA de la provincia de Santo Tomás de Villanueva. Década Primeira (1899-1909). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920a. p. IX.

121 CRÔNICA ..., 1920a, op. cit., p. 4. (destaque do autor)

122 Ibid., p. 5.

so e decidiu-se pelo envio de religiosos para a América. A revolução filipina, dentro do contexto da guerra hispano-americana e da expansão econômica estadunidense para o oriente, afetou os religiosos não só no aspecto religioso e econômico, mas feriu também os sentimentos nacionalistas, que vinculavam Pátria Mãe (Espanha) e Religião Católica e sacralizava os símbolos nacionais. O hasteamento da bandeira dos Estados Unidos, ritual simbólico da vitória daqueles e derrota dos espanhóis, recebeu as imprecações do cronista ao registrar o fato:

[...] e, aos oito dias de consumado aquele atropelo pelos yanquis, quando arriada na capital do Arquipélago o santo emblema da Pátria Espanhola, que ali o havia feito tudo, içava-se em seu lugar a bandeira das barras e estrelas, símbolo da perfídia, da avareza e do mercantilismo de uma nação de aventureiros, saía de Manila a primeira missão com rumo às praias hospitaleiras da jovem América espanhola, à qual se seguiu em seguida outra que, dirigindo-se à Espanha, devia aportar às costas do Atlântico nas Repúblicas de Argentina, Uruguai e Brasil.¹²³

A revolução filipina e a expulsão dos frades agostinianos recoletos exigiram da congregação e da Província de São Nicolau de Tolentino, à qual pertenciam as casas das Filipinas, uma reestruturação e adaptação forçada às novas circunstâncias. Com a dispersão pela América Espanhola e pelo Brasil, nos anos seguintes, em 1905 intencionou-se na congregação a desagregação da Província de São Nicolau de algumas destas casas espalhadas na América e de algumas outras na Espanha. Isso refletia algumas insatisfações internas quanto à nova situação. No dia 12 de outubro de 1907, festa de Nos-

123 Ibid., p. 6.

sa Senhora do Pilar, criou-se a Província do Pilar, agregando nela as casas no Brasil.¹²⁴ Isso, no entanto, causou muitos desgostos e gerou insatisfações, sobretudo nos superiores da Província de São Nicolau de Tolentino. Vários pontos do decreto de criação da nova província foram questionados no que se referia à divisão das casas, dos religiosos e dos custos econômicos. Para alguns, a divisão foi considerada ofensiva e “uma dolorosa amputação”. Durante alguns meses houve litígios, protestos e manifestações de insatisfação com relação à criação da nova província. Alegou-se mesmo “falta de autoridade” do decreto. Os defensores da nova província, no entanto, conseguiram a aprovação da Santa Sé no dia 13 de dezembro de 1907. No dia 1º de abril de 1908, o primeiro provincial Fr. Manuel Mateo do Carmo tomou posse e, no capítulo geral ocorrido em julho desse mesmo ano, a nova província já se encontrava representada. No capítulo geral, permaneciam ainda muitas tensões internas. No ano de 1909, o novo provincial visitou as casas no Brasil.¹²⁵ Expulsão das Filipinas, dispersão de religiosos pela América espanhola e pelo Brasil, insatisfações internas na congregação, criação sob muitas tensões de uma nova província, na qual estavam as casas do Brasil, tudo isso mostra um ambiente de desestruturação interna e de crise institucional que afetou diretamente aqueles missionários que vieram para cá.

No ano de 1898, encontrava-se em Roma D. Eduardo Duarte da Silva, bispo de Goiás. Lá ele buscava pessoal para atender às necessidades de sua diocese, quando se encontrou com Fr. Enrique Perez, procurador-geral da congregação agostiniana, que lhe comentou sobre a situação dos religiosos nas Filipinas. O bispo escreveu cartas ao superior geral, Fr. Mariano Bernard, que lhe atendeu ao pedido

124 CRÔNICA ..., 1920a, op. cit., p. 23-26.

125 Ibid., p. 30-34, 46, 51-52.

de enviar religiosos para o Brasil. Em janeiro de 1899, partiu a primeira missão rumo à diocese de Goiás, na qual se encontravam Fr. Manuel Simón, Fr. José Chivite e o “corista” (estudante) Fr. Máximo Tabuena. Partiram com destino à Uberaba, onde iriam trabalhar no Seminário Diocesano.¹²⁶

Vários bispos no Brasil encontravam-se praticamente desesperados ante a falta de sacerdotes em suas dioceses. A notícia de religiosos disponíveis espalhou-se e provocou uma série de solicitações à congregação. Dentre aqueles que pediram religiosos para as suas dioceses estavam o bispo de São Paulo, Niterói, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Pará, Campinas, São Carlos e Petrópolis. Várias missões se seguiram depois, procurando atender às solicitações dos bispos. Devido à dispersão dos religiosos em várias partes do Brasil, inicialmente criaram-se três vicarias, subdivisões administrativas internas da congregação: uma que englobava São Paulo e Minas Gerais; outra que envolvia Espírito Santo e Bahia, e uma terceira no Estado do Pará. Após a visita provincial ao Brasil em 1909, todo o território passou a constituir uma única vicaria com três subvicarias.¹²⁷

Nesse ínterim, publicou-se em 1902 um “Regulamento” das missões da congregação na América. Segundo esse regulamento, havia uma proibição expressa de realização de empréstimos sem licença do superior e sob a condição de só efetuar-lo “[...] com a garantia de objeto de duplo valor real” e também outra proibição de contração de dívida.¹²⁸

A situação dos religiosos no Brasil, após alguns poucos anos, no entanto, tornou-se crítica, principalmente na região de Minas Gerais,

126 *Ibid.*, p. 66-68.

127 *CRÔNICA ...*, 1920a, *op. cit.*, p. 88, 91.

128 *Ibid.*, p. 92, 96.

a ponto de vários religiosos solicitarem a secularização, alegando a perda do espírito religioso e de comunidade, “[...] sem a sujeição e dependência que se faz necessário observar na vida das Residências ou Conventos.” Segundo ainda as crônicas, os próprios bispos facilitavam as secularizações, uma vez que necessitavam de pessoal para compor o seu clero diocesano. Na região de Minas Gerais, dez religiosos solicitaram a secularização, dos quais seis se desligaram da congregação e quatro voltaram atrás, permanecendo nela.¹²⁹

O cronista descreve o Estado do Espírito Santo, depois de algumas referências geográficas bastante precisas, como um lugar de terreno acidentado, desigual, exceto na região das praias; com muitos rios e riachos, clima quente e úmido no litoral e mais brando e agradável no interior; com áreas de “febres palúdicas” na região do Rio Doce. Quanto à população, diz-se ser formada de brasileiros, descendentes de europeus, negros e colônias de italianos e alemães.

Conta também com várias tribos de indígenas que se acham ainda sem civilizar. De caráter pacífico, em geral, e amigos da ordem, são respeitosos com o sacerdote e com a Religião Católica que professa a grande maioria, ainda que não faltem aqueles que seguem as doutrinas espíritas e maçônicas, nem alguns protestantes, principalmente entre os colonos alemães das Paróquias de Santa Isabel e Santa Leopoldina.¹³⁰

129 *Ibid.*, p.102-105, 112.

130 *Ibid.*, p. 333.



MAPA 1 - ESPÍRITO SANTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Fonte: CRÔNICA de la provincia de Santo Tomás de Villanueva. Década Primeira (1899-1909). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920a. p. 332

D. João Batista Correa Nery, em 1897, encontrava-se alarmado ao notar a escassez de clero em sua diocese: 19 sacerdotes para atender 27 paróquias, a maioria delas em lugares difíceis, com grandes distâncias, caminhos péssimos, muitas capelas para percorrer e atender às necessidades dos fiéis. Através dos frades dominicanos, que tinham residência em Uberaba, soube dos religiosos agostinianos disponíveis e imediatamente os solicitou também para sua diocese recém-criada. Ele propôs à congregação cinco residências em duas regiões:

1. Região Norte:
 - a. Residência em Linhares: atendendo toda a margem sul do rio Doce;
 - b. Residência em Pau Gigante (hoje Ibirapu): atendendo Riacho e Santa Cruz;
 - c. Residência em Barra de São Mateus, atendendo Itaúnas;
 - d. Residência em Nova Almeida, atendendo Serra, Carapina e a margem norte do rio Santa Maria.
2. Região Sul: Residência em Benevente, atendendo Guarapari, Itapeiririm e Piúma.

Os primeiros que foram para o Espírito Santo, Fr. Manuel Simón e Fr. Agustín Martel, ficaram hospedados na residência do bispo e ajudavam na catedral, mas como na cidade, na época com 12 mil habitantes, já havia clero suficiente, logo se dirigiram para Benevente, hoje Anchieta, para onde logo se dirigiu também Fr. Máximo Tabuenca e Fr. José Chivite. A nova paróquia tinha cerca de 15 mil habitantes, espalhados em mais de 30 bairros ou colônias. Anexa a ela se achava a paróquia de Piúma. Assim distribuíram os trabalhos entre eles: Fr. Má-

ximo atendia a cidade de Anchieta e arredores; Fr. José Chivite atendia Guarapari e arredores; e Fr. Manuel Simón atendia as colônias.¹³¹

As dificuldades encontradas estão relacionadas com as já citadas anteriormente, como as condições das estradas e as doenças tropicais, mas o cronista aponta algumas peculiaridades, como a resistência de algumas pessoas. Nas colônias das regiões de Benevente e Guarapari, havia muita insatisfação entre os colonos, que não se contentavam com o culto familiar e doméstico, embora tivessem suas tradições mantidas pelos “fábriquiteiros”, homens escolhidos por eles para construção e manutenção das igrejas e capelas, de ensinar o catecismo, de realizar o culto público e os exercícios de piedade. Entre os missionários e os fábriquiteiros aconteceram alguns conflitos, vistos na ótica daqueles como *abusos*. Foram considerados abusos: usurpar atribuições do sacerdote, officiar Vésperas e Matinas solenes com incensação do altar, celebrar “missas cantadas”, pregar, fazer procissões, dar bênção “pós-parto”, e dispensar de impedimentos matrimoniais.

O senhor Orestes Bissoli diz em suas memórias a respeito de sua dedicação ao catecismo e às obras da Igreja e se refere também a essas práticas, mas como normal e uma forma de servir piedosamente os próprios “ministros de Deus”, que lhes delegavam muitas dessas funções para manter as tradições das comunidades. A obediência aos sacerdotes era em geral levada muito a sério entre os colonos que, como eles, arriscavam até a vida por eles.¹³² D. Cavati dedica um capítulo de sua obra à religiosidade dos imigrantes e os enaltece exatamente pelo fato deles manterem costumes e rezas mesmo na ausência do sacerdote. Ele cita uma carta de Fr. Marcelli-

131 CRÔNICA..., 1920a, op. cit., p. 338, 345.

132 BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. Vitória: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979. p. 46-47, 66-67.

no D'Agnadello, escrita em 1886, em que o frade pede aos colonos que fizessem exatamente muito daquilo que foi censurado posteriormente pelos agostinianos, mas que o fizessem sempre desde que aprovados pelos sacerdotes.¹³³ Ou seja, enquanto os missionários anteriores, na incapacidade de atender delegaram funções aos leigos, os agostinianos demonstraram mais centralização do poder religioso e eclesiástico. D. Cavati também transcreveu um testamento de um fabriqueiro, o senhor Caetano Giuseppe Giovannello, que, nele, agradeceu ter realizado todas essas obras e sempre permanecido obediente aos sacerdotes, citando que tudo que fez foi por eles aprovado e entre os sacerdotes citados encontra-se o nome de Fr. Máximo Tabuena.¹³⁴ Alguns colonos apresentavam rejeição aos missionários por serem espanhóis e desejavam sacerdotes italianos.¹³⁵

Na ótica dos missionários agostinianos, os italianos eram gente piedosa sim, mas também “impressionável e que se deixa levar facilmente pelo entusiasmo”. Nas comunidades visitadas, algumas já faziam muitos anos não recebiam a visita de um sacerdote, pois teriam encontrado meninos de 10 e 12 anos que nunca tinham visto um. Assim escreveu um deles:

Visitei lugares em que o sacerdote não era conhecido por crianças de dez e doze anos, os quais, admirados de ver o religioso com o hábito de sua ordem, exclamavam em seu idioma, dirigindo-se a seus pais: Papá, il Prete porta cotolle! O Padre usa saias, o que manifesta o abandono em que havia estado desde sua chegada aos novos territórios.¹³⁶

133 CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. [s.l.: s.n.], 1973. p. 96-105, 115-117.

134 *Ibid.*, p. 133-135.

135 CRÔNICA ..., 1920a, op. cit.. p. 353.

136 *Ibid.*, p. 351.

O trabalho missionário na região norte do Espírito Santo não prosperou. Ali o indiferentismo religioso era um grande obstáculo ao trabalho dos missionários, segundo o cronista, que desistiram sobretudo por causa da saúde e do desgaste físico. Em 1901, entregou-se a região atendida por Itaúnas e Barra de São Mateus e em 1902 as outras regiões, ficando assim os missionários praticamente com o sul do Estado.¹³⁷

A situação de dispersão dos missionários agostinianos recoletos que trabalhavam no Brasil era semelhante à que viviam em outros países, como Panamá, Venezuela e Trinidad, no final de século XIX e início do XX.

Nestes quatro países, a atividade dos religiosos decorreu por razões muito semelhantes. Durante os primeiros anos se dedicaram quase que exclusivamente ao apostolado paroquial em regiões semi-abandonadas. Quase todas as fundações aparecem envolvidas por certo ar de provisóriedade, sem programas suficientemente elaborados, em áreas social e religiosamente deprimidas e afastadas umas das outras.¹³⁸

Num Estado ainda a implantar o regime republicano, com sérias limitações políticas e institucionais, é possível perceber que em meio às deficiências estruturais (estradas, escolas) e à precariedade das comunicações, a diocese do Espírito Santo igualmente estava por implantar seu aparelho burocrático e a congregação agostiniana recoleta encontrava-se totalmente dispersa, sem projetos definidos. Ou seja, nessas três instituições tudo estava ainda por construir ou reconstruir. Lutava-se contra o tempo, haja vista a rapidez com que tudo foi feito

137 CRÔNICA, op. cit., p. 357-360.

138 CUESTA, Ángel Martínez. Los Agustinos Recoletos en América. In: AAVV. **Agustinos Recoletos: história y espiritualidad**. Roma: Città Nuova, 2007. p. 172-173.

com relação aos missionários vindos para o Brasil: o bispo conversou com o superior dos agostinianos em outubro de 1898; em março de 1899 os primeiros missionários chegaram ao Brasil rumo a Uberaba. Em maio, já estavam no Espírito Santo. Tudo transcorreu de forma rápida; procurou-se mais a boa vontade em atender às necessidades que em planejar as estratégias de ação e trabalho.

2.4 A situação institucional dos Recoletos

Em meio à dispersão, após o impacto provocado pela desagregação ocorrida com a revolução filipina, os frades recoletos buscaram formas de se organizar para atender à nova situação e às demandas surgidas com os novos campos de trabalho. Desde 1901, havia uma proposta de se criar uma nova província. A criação da Província do Pilar, em 1907, transcorreu em meio a muitas tensões e, segundo o cronista, estava-se vivendo naqueles tempos momentos angustiantes, devido às dificuldades inerentes à própria fundação da nova província e quanto à organização das casas e dos seminários. As angústias se agravaram com os problemas ocorridos no Triângulo Mineiro, com a secularização de alguns religiosos. Os frades da nova província encontravam-se dispersos pelo Brasil, Panamá, Trinidad e Venezuela. Uma das medidas para reorganização da congregação ocorreu no Capítulo Geral de 1908, no mosteiro de San Millán de La Cogolla: foi a supressão da Província do Pilar e a restauração da Província de Santo Tomás de Villanova em Andaluzia, à qual passou a pertencer às casas da extinta província do Pilar. Os anos entre 1908 e 1912, quando ocorreu o primeiro capítulo da nova província, foram de reorganização interna das casas.¹³⁹

139 CRÔNICA de la Provincia de Santo Tomás de Villanueva. Década Segunda (1909-1919). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920b. p. 3-6, 10, 65.

As exigências da vida real, que nem sempre eram tão “reais”, voltaram a ser mais fortes que a vontade dos superiores e continuou a dispersão e a improvisação, com a conseqüente debilitação do espírito comunitário e religioso, que produziu numerosas defecções, especialmente no Brasil, onde os bispos e até o próprio núncio favoreciam as secularizações. Em 1909, o provincial de Santo Tomás se apresentou no Brasil com a intenção de frear as saídas, porém, apesar de seus esforços, não pode impedir a secularização de seis religiosos. O provincial atribuía essas defecções à falta de espírito religioso, ao excessivo apego à vida dos ministérios, à independência que neles se desfrutava e à liberdade com que dispunham do dinheiro. Não deixou, porém, de lamentar também a excessiva freqüência com que se removiam os missionários e a desavença existente entre os ministérios e a residência de Ribeirão Preto.¹⁴⁰

O ano de 1912 foi significativo para os frades recoletos, pois no dia 12 de setembro de 1912 o papa Pio X firmou o Breve “Religiosas Famílias”, concedendo plena autonomia jurídica à congregação, até então sujeita ao superior geral da Ordem de Santo Agostinho, e dando o status de *Ordem Religiosa*, com superior geral e governo próprios.¹⁴¹

Uma das maiores dificuldades sentidas nesse processo de reorganização interna, segundo o cronista, referia-se à organização dos seminários, devido ao número escasso de frades. Além disso, na Espanha o governo impusera o serviço militar obrigatório, que suscitou entre os frades um receio de que tal medida ameaçaria as vocações. Para o cronista, “era um plano verdadeiramente diabólico, inventado pelas lojas maçônicas para acabar de vez com as comunidades religiosas”.¹⁴² Tensões políticas na Espanha provocaram reações de insegurança e

140 CUESTA, op. cit., p. 176.

141 CRÔNICA ..., 1920b, p. 87-89.

142 CRÔNICA ..., 1920b, p. 98.

incerteza nos frades. Isso se refletiu na decisão de adquirir a Fazenda do Centro. De um lado, havia uma demanda por novas terras por parte dos colonos italianos, tendo em vista o esgotamento das terras nas regiões litorâneas; de outro lado, apesar da situação econômica precária, os frades buscavam formas de reorganizar-se e adquirir mais estabilidade e segurança.

Por outra parte, os colonos italianos que povoavam aquela região (de Anchieta e Guarapari), vendo que suas terras iam perdendo sua fertilidade, dispunham-se a ir para outros lugares ainda não desbravados para fazer nelas novas plantações e trabalhos; e tratavam de levar consigo os religiosos que os assistiram espiritualmente, instando-os a que não os abandonassem; antes, pelo contrário, se pusessem à frente de sua empresa e lhes ajudassem na busca e aquisição de algum lugar favorável para o desenvolvimento dos cultivos e trabalhos.

Isso fez que os padres, desejosos de favorecer a seus fiéis filhos espirituais, se informassem dos diversos pontos daquele Estado, nos quais os colonos poderiam se estabelecer e, conhecidos ao mesmo tempo das críticas circunstâncias em que se achava a Província em seus princípios, pela escassez de recursos para a formação dos colégios e pelas dificuldades que apresentava o estado anômalo da coisa pública na Espanha, vendo que se achava à venda uma das antigas fazendas no interior do Estado, propuseram ao N. P. Provincial, que se achava entre eles praticando a visita oficial, lhes autorizasse a empregar os recursos que contavam na compra daqueles terrenos, os quais ao mesmo tempo serviria para beneficiar os colonos, vendendo-lhes os lotes nos quais pudessem trabalhar e instalar suas famílias, poderiam servir também como uma ajuda à Província e como lugar de refúgio para nossos jovens estudantes

se os transtornos políticos da Espanha se acentuassem e obrigassem os superiores a tirá-los da Península.¹⁴³

A vicaria dos recoletos no Brasil compunha-se de 40 religiosos sacerdotes e três frades irmãos em 1909. “Os 53 religiosos que trabalhavam no Brasil em 1919 estavam disseminados em cinco estados”.¹⁴⁴ A constância com que o cronista refere-se à secularização de alguns frades no Triângulo Mineiro denota que tal fato transtornou e deixou marcas na época. No plano econômico, o cronista afirma que também a situação era crítica, pois haviam poucos recursos para manutenção dos frades, o território brasileiro era imenso e muitos frades encontravam-se esgotados pelo trabalho.¹⁴⁵ Intencionou-se, nesse período, a fixação da residência provincial no Brasil a partir de 1912. Tal não se realizou, segundo o cronista, porque as casas dos frades no Brasil não estavam preparadas para isso. Ordenou-se, então, preparar a casa de Ribeirão Preto; no entanto, tal ordem não foi cumprida e como justificativa foram apresentados os gastos elevados com a aquisição do Colégio de Monachil e Agreda, na Espanha.¹⁴⁶

A escassez de pessoal e a falta de novos membros para dar continuidade aos trabalhos começados no Brasil e, mais especificamente, no Espírito Santo, fez com que se reduzissem os ministérios. No Espírito Santo, de oito assumidos inicialmente, restaram os dois ministérios do sul do Estado, onde estavam as colônias italianas. E mesmo nessa região, os ministérios foram reduzidos. Em setembro de 1910,

143 *Ibid.*, p.257-258; cf também CÓPIA fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro manuscrito. Arquivo da Cúria Provincial da Província de Santa Rita de Cássia. Ribeirão Preto, SP, [19--]. p. 6

144 CUESTA, *op. cit.*, p. 174.

145 CRÔNICA ..., 1920b, *op. cit.*, p. 235-236, 242-243.

146 *Ibid.*, p. 252-255.

entregou-se ao bispo a Paróquia de Guarapari. Em 1913, estavam no Espírito Santo apenas dois frades agostinianos: Fr. Máximo Tabuena, em Anchieta, e Fr. Manuel Simón, na Fazenda do Centro, separados um do outro por cerca de 100 km. Tal situação foi considerada inviável para a vida dos frades e decidiu-se por entregar também Anchieta em 1914, fixando-se a residência dos religiosos na Fazenda do Centro.¹⁴⁷ O cronista diz que “causas alheias à nossa vontade e desejo, [...] fizeram que nossos religiosos entregassem à Cúria Eclesiástica a administração da Paróquia-Missão de Guarapari e com ela a de várias colônias italianas que estavam encravadas em sua jurisdição, ficando desde então reduzidos à missão de Anchieta.”¹⁴⁸ Tais causas alheias foram atribuídas às intrigas junto ao bispo promovidas por um padre francês que se encontrava na cúria diocesana. O motivo apresentado pelo bispo era que Fr. Manuel não podia dar conta da paróquia por estar sempre ocupado com os negócios da fazenda.¹⁴⁹ Quando o superior provincial, após visita aos frades na região em 1913, decidiu entregar a Paróquia de Anchieta, também o bispo se demonstrou muito insatisfeito e teria acusado os padres de abandonarem a administração espiritual para se tornarem fazendeiros.¹⁵⁰

Durante cerca de 11 anos, Fr. Manuel Simón esteve à frente dos ministérios de Guarapari e Anchieta, auxiliado na maior parte desse tempo por Fr. Máximo Tabuena e Fr. José Chivite. Atendia preferencialmente as colônias italianas, que eram mais de 80. As páginas de 1 a 3 do CÓPIA FIEL DO LIVRO DE COISAS NOTÁVEIS DA FAZENDA DO CENTRO apresenta um resumo do período em que os referidos frades recoletos trabalharam em Guarapari e Anchieta, o que teria

147 *Ibid.*, p. 257, 654-656.

148 *Ibid.*, p. 257.

149 CÓPIA ..., op. cit., p. 8; cf. também CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 658.

150 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 670.

sido escrito por Fr. Máximo Tabuenca em 1916. Nesse texto, o escritor refere-se às dificuldades encontradas naquela região, por exemplo, o indiferentismo religioso dos brasileiros; o temor da mescla entre esses e os italianos, pois para ele tal mescla conduziria a uma perversão dos costumes dos imigrantes; os conflitos ocorridos entre os frades espanhóis e as práticas da religiosidade popular, sobretudo dos negros; e também conflitos com alguns imigrantes que manifestavam suas preferências por sacerdotes italianos.

Escassez de pessoal, reorganização interna com a criação de uma nova província após o malogro da criação da Província do Pilar, mudança do status jurídico e administrativo da congregação, que adquiriu mais autonomia ao ser reconhecida como “Ordem Religiosa”, dispersão, redução de ministérios, insegurança política na Espanha são alguns elementos que formam a conjuntura em que viviam aqueles frades recoletos no sul do Espírito Santo e certamente interferiram na decisão de se adquirir a Fazenda do Centro.

2.5 A aquisição da Fazenda do Centro. O que dizem as crônicas

Pelo termo “crônica” utilizado aqui se entende não somente aquele intitulado “Crônica de la Província de Santo Tomás de Villanueva”, mas também outros que têm esse mesmo estilo, como o “Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Castelo e o Cópia Fiel do Livro de Coisas Notáveis da Fazenda do Centro”, já referidos aqui. Todos esses escritos têm uma mesma fonte de informações, se não uma mesma pessoa, uma mesma instituição, a Ordem dos Recoletos de Santo Agostinho, e visam a registrar seus feitos, reforçando assim sua identidade institucional. A ótica, portanto, das crônicas é da instituição religiosa, que exalta os feitos de seus membros, realça tais

feitos como missão espiritual e coloca-se como *mãe* provedora ante as necessidades dos fiéis, “seus filhos”. Ao tratar dos motivos da compra da fazenda, o cronista, seja a pessoa que escreveu, seja a instituição que fala através dele, destaca mais o caráter do apelo dos colonos por novas terras e menos o de suas necessidades internas de garantir a posse daquele bem; não deixa, porém, de referir-se também a isso.

No capítulo anterior, viu-se que em geral os imigrantes tinham como sonho maior serem proprietários de terras com as quais pudessem prover o seu sustento e o de sua família, quase sempre muito numerosa. Isso provocava frequentemente certa pressão sobre a terra, ainda mais no sul do Espírito Santo, onde os imigrantes eram pequenos proprietários. Chegava-se em um momento que se necessitava mais terras para os filhos.

O motivo central para a busca por outras terras, segundo as crônicas, não era tanto as famílias numerosas e as pequenas propriedades insuficientes para as novas gerações, mas um problema ecológico, ambiental, relacionado ao mau uso da terra e ao desmatamento exacerbado. Não há, nas crônicas, nenhuma referência à crise econômica do café, na virada do século XIX para o século XX, e da revalorização do seu preço após 1906, embora o cronista deixe claro que, dentre os produtos cultivados, o café era prioritário. O cronista situa a demanda por novas terras num problema ambiental local e não dentro de uma conjuntura econômica mais ampla.

Com o corte e a devastação das matas, veio, como é natural, a escassez de chuvas, e as águas diminuía de um modo notável nos diversos rios e riachos que cortavam em todas as direções os campos, fazendo-os frutíferos e produtivos. Rios que poucos anos antes arrastavam um considerável caudal de água e tinham que ser atravessados em canoas, ou por certos vaus, podiam-se atravessar a pé; e, ao contrário, quando chovia, a água lavava os terrenos montanho-

sos arrastando a terra vegetal e formando nos rios grandes torrentes que arrasavam as terras cultivadas, levando-se ao mar as plantações e deixando os campos convertidos em eiradas.¹⁵¹

O problema que teria causado a demanda por novas terras, segundo o cronista, era a perda da fertilidade das mesmas, o seu esgotamento e a forma de ocupação daquele espaço pelos colonos italianos.

Por este tempo, Fr. Manuel encontrava-se preocupado com uma idéia que ele considerava benfeitora para nossa Província e para seus queridos colonos italianos. Via claramente que as terras ocupadas pelas colônias e que haviam sido desmatadas e colocadas para o cultivo com os trabalhos e suores daqueles colonos, iam-se esgotando e perdendo rapidamente sua força produtiva; a cada ano decresciaam as colheitas e se via estar próximo o dia em que, perdida sua força vital, viriam a ficar reduzidos a campos estéreis; os mais úteis para criar forragem e pasto para vacas, porém, completamente inúteis para semear os produtos que eles desejavam cultivar: arroz, milho e, sobretudo, café.¹⁵²

O problema do esgotamento das terras já estava provocando não só a insatisfação dos colonos italianos e austríacos, mas a sua dispersão. Já estavam a abandonar os lugares onde moravam para estabelecer-se em outros, iniciando aí novamente os trabalhos de desmatamento e semeadura “sem levar em conta, por certo, que, seguindo esse sistema, chegará um dia em que todo o Estado será um campo estéril e inculto”. Para o cronista, os colonos não se preocupavam com

151 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 657.

152 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 257. 655; cf. também LIVRO de tomo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Castelo: de 1950 a 1965. Manuscrito. Arquivo da Casa Paroquial de Conceição de Castelo. Conceição de Castelo, ES, [19--]. p. 69.

isso, pois o interesse maior deles era formar capital em menor tempo possível para voltar à sua pátria e levar lá uma vida tranquila e sossegada. Os missionários estavam preocupados com essa debandada dos seus fiéis e viram-se na impossibilidade de contê-la, mas procuraram vias de direcioná-la para lugares onde eles pudessem viver reunidos, dispondo-se mesmo a segui-los como orientadores espirituais.¹⁵³

Já existiam no Brasil, por aquela época, fazendas cultivadas por membros de ordens religiosas, como os trapistas, em Minas Gerais. Através do agrimensor Dr. Hermann Tautfeus Bello, de larga experiência em medições de terras nas colônias italianas do sul do Espírito Santo, Fr. Manuel Simón tomou conhecimento desta fazenda cultivada pelos trapistas e de outra, no interior do Estado, que poderia satisfazer as demandas dos colonos.¹⁵⁴

Nestas circunstâncias, os colonos insistiram com ele [Fr. Manuel] para que visse o modo de remediar sua situação, pois, senão, se veriam na necessidade de buscar novas terras mais produtivas. O padre tinha ouvido falar de uma antiga fazenda, no interior do Estado, com bons e abundantes terrenos, a qual estava à venda e, animado pelo desejo de favorecer seus fregueses e olhando também pelo bem espiritual deles, para que não perdessem em outros lugares a fé e a religiosidade que, por força de muito trabalho, havia conseguido infundir e conservar neles, a comprou com autorização e permissão dos Superiores, colocando nela mais de 100 famílias, escolhidas entre as melhores, passando-se a viver com eles no ano de 1910, ainda que sem deixar de visitar as demais colônias da costa.¹⁵⁵

153 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 657.

154 CÓPIA ..., op. cit, p. 5; cf. também CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 257, 655-659.

155 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 655-656.

A aquisição da Fazenda do Centro, segundo o cronista, visava a realizar dois objetivos simultâneos: favorecer os colonos na região de Guarapari e Anchieta e ajudar a Província no sustento dos colégios e na formação de novos missionários destinados a trabalhar no Brasil, provendo a instituição de um patrimônio que lhe serviria de garantia e segurança diante das instabilidades políticas e anticlericais na Espanha.

No mês de maio do ano de 1909, um bom amigo dos padres, agrimensor de ofício e muito afeiçoado e entendido em questões agrícolas [Dr. Hermann Tautfeus Bello], falando com Fr. Manuel Simón da fazenda que os religiosos trapistas cultivavam em Minas Gerais, referiu-se a ele como se achava à venda uma antiga fazenda do Estado do Espírito Santo, propriedade dos herdeiros de Manuel Fernandes Moura e Isabel Vieira, abastados proprietários portugueses já defuntos, os quais, aproveitando-se das leis portuguesas que favoreciam a escravidão nas colônias daquela Nação, haviam conseguido reunir nela uns seiscentos negros escravos, formando a melhor fazenda do Estado, com uma extensão superficial de 154.993.280 metros quadrados. Devido depois à imprevista liberdade dos escravos, decretada como uma medida política pelo Imperador do Brasil D. Pedro II, esta fazenda, o mesmo que em geral no Brasil, veio a ficar da noite para a manhã sem braços para o cultivo e as plantações, porque os negros, indolentes e preguiçosos por natureza, abandonaram o trabalho, quando se viram livres, crendo que a liberdade os eximia dele.¹⁵⁶

Esse trecho das crônicas contém várias imprecisões:

1. O senhor Manuel Fernandes Moura era português, mas não as famílias do seu primeiro proprietário, o major da Guarda Nacional,

156 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 659.

Antônio Vieira Machado da Cunha, que veio de Valença, no interior do Rio de Janeiro¹⁵⁷;

2. Refere-se a “leis portuguesas que favoreciam a escravidão nas colônias”, quando a fazenda foi adquirida pelo major em 1845, período em que o Brasil já era politicamente autônomo em relação a Portugal;
3. Afirma que a liberdade dos escravos foi “imprevista” e deixou instantaneamente as fazendas sem mão de obra, quando as campanhas para abolição dos escravos já eram intensas havia décadas e, no caso específico do sul do Espírito Santo, os grandes fazendeiros foram imprevidentes, demorando na transição da mão de obra escrava para a livre, conforme o capítulo anterior;
4. Explicita o modo de pensar preconceituoso e culpabilizante em relação ao negro de determinados setores da sociedade da época, incapazes de perceber a escravidão como uma forma socioeconômica que provocara um aviltamento do trabalho e exaltação do ócio.

157 ARARIPE, T.A. A colonização do município de Castelo. **Revista Brasileira dos Municípios**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 63/64, p. 144, jul./dez. 1963.



MAPA 2 – MUNICÍPIO DE CASTELO

Fonte: Extraído do jornal **A Gazeta**, Vitória, 1 mar. 1998. Caderno Dois, p. 4.

Por não conseguirem encontrar trabalhadores para cultivar a fazenda, os cinco herdeiros foram “obrigados a deixá-la quase abandonada”. A área total das terras era de 3.202 alqueires (com um alqueire equivalente a 48.400 metros quadrados), que ficaram cobertos pelo mato. Quatro dos herdeiros queriam vendê-la no conjunto dos lotes a quem pagasse 100 contos de réis ou 90 contos à vista. Como os padres não dispunham do dinheiro suficiente, os colonos insistiram para que arrumassem sócios e formassem uma companhia colonizadora para formar o capital necessário. Fr. Manuel Simón e dois outros, Sr. José Mariano Sobrinho, brasileiro, e o Sr. Maximino Alves, espanhol, formaram uma sociedade. Em julho de 1909, o “triumvirato”, no dizer do cronista, com

alguns colonos, a saber, Antônio Altoé, João Bernabé, Francisco Salvador, José Caliman, Ângelo Caliman e José Bernabé, visitaram a fazenda para examinar as condições das benfeitorias e do terreno. Fr. Manuel se entusiasmou com o negócio, mediado junto aos herdeiros pelo capitão José Alves Rangel. O ofício de licença para comprar a fazenda usando os recursos da residência de Anchieta chegou no dia 14 de setembro de 1909.¹⁵⁸ No arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, em Ribeirão Preto, encontra-se o livro de contas da Residência de Anchieta, assim intitulado: “Libro de Contas de Fr. Máximo Tabuenca de Sn José. En la Residência de Anchieta. Do Principio en Mayo de 1900”. As páginas do livro não estão numeradas. Consta nas contas de junho de 1909 referências à visita provincial, quando Fr. Manoel solicitou autorização para comprar a fazenda. Nas contas de julho, assim aparece: “un viaje del Pe. Manuel a la Hacienda”. Daí em diante, até dezembro de 1912 aparecem 14 viagens de Fr. Manuel a Vitória ou a Cachoeiro para tratar de negócios da fazenda. Em 1913, quando ocorreu uma outra visita provincial, a forma como foi utilizado o dinheiro da residência de Anchieta na compra da fazenda não estava clara, haja vista as observações escritas no livro de contas e cuja transcrição segue-se abaixo:

Santa Visita Provincial

Visto y examinado detenidamente el presente Libro de Cargo y Data, perteneciente a la Residência de Anchieta o Benevente, se ha observado: que desde la última Visita Provincial practicada el dia veintiocho de abril del año mil novecientos nueve, hasta la fecha, han ingressado en la Residência treinta y cinco contos, catorce mil reis (35:014\$000), y se han gastado diez y nueve contos, veintitres mil reis (19:023\$000) quedando um saldo a favor de la Residência de quinze contos, novecientos noventa y um mil reis (15:991\$000).

158 CÓPIA ..., op. cit., p. 7; cf. também CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 259, 659-660.

Preguntado el P. Superior donde existía esta cantidad, manifestó: que autorizado por R. P. Fr. Francisco Bergara de la V. de Vico, Provincial entoces de esta nuestra Provincia, invistió la suma expresada en la compra de una finca denominada “Hacienda del Centro” en el término de Castello, de este mismo Estado de Espiritu Santo, presentando el Oficio en que se le autoriza.

En vista de esto solo queda un saldo efectivo de (300\$000) trescientos mil reis que es lo que deberá figurar como primera partida de ingresos en las cuentas siguientes.

Ordena R. P. Provincial al P. Superior de la Residência que las cantidades que remita a la Hacienda las descuenta en esta Residência, haciendolas figurar en la partida de gastos y que se abra livro aparte donde se asienten los ingresos y gastos de la Hacienda de modo que figuren por separado las cuentas de la Residência de Anchieta y las de la Hacienda del Centro.

Manda tambien R. P. Provincial que, para acomodarse a la costumbre que tienen las demas Residencias y Ministérios, se lleven las cuentas por trimestres, haciendo al final de cada uno el Balance y poniendo al principio de la cuenta siguiente el saldo em favor ou em contra que resultare del balance anterior.

Así lo proveyó y decreto R. P. Provincial Fr. Gregorio Tejero de San Luis, en Anchieta ó Benevente a los tres dias del mês de Abril del año mil novecientos trece. De que yo el infraescrito Secretario doy fé.

Fr. Gregório Tejero de S. Luis

Fr. Gerardo Lorrondo de San José, Srio.

Nos relatos sobre a compra da fazenda, nota-se uma insistência do cronista em afirmar que Fr. Manuel comprou a fazenda autorizado pelos superiores. Ao que tudo indica, pode ter havido rumores contra o frade, ainda mais que a mesma se encontrava em nome pessoal. Em 1913, após a visita provincial, determinou-se a amortização da hipo-

teca contraída por Fr. Manuel junto ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, com a condição de se criar uma sociedade para a qual deveria ser passado o patrimônio da instituição e assim garantir a posse da fazenda e evitar problemas futuros com possíveis herdeiros legais.¹⁵⁹



MAPA 3 - DIVISÃO DOS LOTES DA FAZENDA DO CENTRO, ASSINADO POR HERMANN BELLO, AGRIMENSOR.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES.

159 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 259, 261.

Decididos a comprar as terras, os três sócios se dirigiram a Cachoeiro de Itapemirim para a passagem da escritura, juntamente com o agrimensor Dr. Hermann T. Bello. O Sr. Maximino Alves, no entanto, desistiu do negócio antes. Mesmo assim, em novembro de 1909, foram comprados 1.216 alqueires de Antônio Fernandes Moura e 326 alqueires de Joaquim Fernandes Moura (sic!), sendo esse, provavelmente, o Sr. Joaquim Vieira Moura, cujo nome aparece em vários recibos e notas promissórias. Com a retirada de um dos sócios, quase se desistiu do negócio. Fr. Manuel, no entanto, insistiu, pois “tinham já dada a sua palavra e não era fácil fazê-lo [desistir do negócio] de um modo decoroso.”¹⁶⁰ Duas razões levaram os sócios que permaneceram no negócio, Fr. Manuel Simón e o Sr. José Mariano Sobrinho, a adquirir apenas parte da fazenda: a retirada do terceiro sócio, que diminuiu os recursos necessários e também porque dois dos herdeiros, o Sr. José Vieira Ferraz e Zeferino Moreira, que representavam José Fernandes Moura, não se encontravam bem documentados. Em maio de 1910, o Sr. José Mariano Sobrinho e o Dr. Hermann Bello, representando Fr. Manuel Simón, foram ao Rio de Janeiro para comprar a parte dos dois outros herdeiros, firmando escritura no dia 7 de maio de 1910, porém, não de forma desejável: comprometeram-se a pagar em prazos muito curtos e com juros de 10% ao ano, razão de muitos transtornos posteriores ao frade. Só não compraram a parte da Fazenda Crimeia de Antônio Nunes Galvão, casado com uma das filhas dos antigos donos da fazenda. Fr. Manuel não foi ao Rio de Janeiro por causa de problemas junto ao bispo, que ameaçava retirar-lhe a paróquia de Guarapari devido a conflitos com Fr. José Chivite.¹⁶¹

160 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 667; cf. também CÓPIA ..., op. cit., p. 7-8.

161 Ibid., p. 667; cf. também CÓPIA ..., op. cit., p. 8.

Fr. Manuel Simon e o Sr. José Mariano Sobrinho trasladaram-se para a fazenda com os agrimensores para medir e formar os lotes de 10 alqueires para vender aos colonos. A partir de maio, no entanto, os problemas surgiram: Fr. Manuel não dispunha do dinheiro para cumprir com os compromissos assumidos; a demarcação das terras iria demorar; os colonos não lhe antecipariam o dinheiro sem que os lotes tivessem demarcados; os vendedores da fazenda, no entanto, já apertavam o frade com suas exigências. Alguns colonos, porém, adiantaram dinheiro a Fr. Manuel para que pudesse pagar as dívidas contraídas com José Fernandes Moura. Para agravar os problemas, apareceram várias cartas de casas comerciais do Rio de Janeiro e de Vitória, exigindo pagamento de compromissos assumidos pelo sócio Sr. José Mariano Sobrinho, pondo em risco todo o projeto do núcleo colonial e a credibilidade da sociedade formada. As dívidas feitas pelo sócio Sr. José Mariano Sobrinho chegaram a mais de 50 contos, segundo o cronista em CÓPIA FIEL DO LIVRO DE COISAS NOTÁVEIS DA FAZENDA DO CENTRO.¹⁶² Para salvar o capital investido, Fr. Manuel recorreu a empréstimo junto ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, na cidade de Vitória, hipotecando a parte que já havia sido medida e destinada à Província. Em outubro de 1911, conseguiu um empréstimo de 25 contos de réis, com juros de 10% ao ano, a ser amortizado em 12 anos, podendo ser liquidado a qualquer momento. Desde julho de 1910, cresceram os conflitos entre o frade e seu sócio. Fr. Manuel chegou a ser ameaçado com revólver em punho e teve que permanecer em Anchieta de setembro de 1912 a março de 1913. Em dezembro de 1912, segundo o cronista, decidiu-se pelo fim da sociedade. O Sr. José Mariano Sobrinho recebeu 10 contos de réis e 800 alqueires das terras ainda não demarcadas; Fr. Manuel Simón ficou com as terras já medidas e demarcadas,

162 CÓPIA ..., op. cit. p. 9.

com casas, pastos, maquinário, todo o ativo e passivo da fazenda. A área da fazenda ficou reduzida a 61.189.945 metros quadrados, correspondente a 1.265 alqueires, e o patrimônio da Província ficou demarcado em 6.307.340 metros quadrados, correspondente a 130 alqueires.¹⁶³ No registro do imóvel da Fazenda do Centro no Cartório de Cachoeiro de Itapemirim consta que este acordo foi averbado em agosto de 1912. Possivelmente ele tenha sido feito em dezembro de 1911 e averbado em agosto de 1912. No entanto, o sócio não se retirou imediatamente da Fazenda. Daí o aumento dos conflitos, só resolvidos por mediação de Fr. Máximo Tabuena, em fevereiro de 1913, e com a retirada do sócio em abril desse ano.¹⁶⁴ Nas contas da residência de Anchieta, no mês de fevereiro de 1913, consta uma viagem de Fr. Máximo à Fazenda.

163 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 667-669; cf. também CÓPIA ..., op. cit., p. 9-10.

164 CÓPIA ..., op. cit., p. 9.



FOTO 2 - CASARÃO DA FAZENDA DO CENTRO - DÉCADA DE 80.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP.

Por ocasião do empréstimo recorrido junto ao Banco de Crédito Hipotécaro e Agrícola do Espírito Santo, foi feita uma avaliação da fazenda por um funcionário do Banco, Sr. Joaquim Carron, apresentada a essa instituição financeira em outubro de 1911 que, resumindo, assim descreve a fazenda:

Extensão da fazenda: 154.993.280 metros quadrados.

Benfeitorias: casa de moradia, máquina de beneficiar café, engenho de cana, mandioca, milho e mamona; casa de negócios, serraria, paióis, currais, estábulos, ceva de porcos, secadores de café (terreiros), forno para telha, ladrilhos e cal, imensas matas virgens com madeira de lei (jacarandá, peroba, sapucaia e outras).

Rios: Santa Isabel, Corumbá, Vai-Vem, Paca, São Luís, Saudade e outros riachos. O rio Caxixe atravessava a fazenda em mais de 20 quilômetros, com várias quedas capazes de produzir mais de 800 cavalos-força cada uma.

Havia vestígios de ouro no Córrego da Telha; 1.500 pés de cacau; granitos de cor rosa e verde; enormes pastos separados com muros de pedra. “Tudo morto! Os pastos sem gado, as máquinas todas paradas e os canais derramando água inutilmente”. Dentro da fazenda estava o pico do Forno Grande, com 2.350 metros de altitude (sic!). Já existiam na fazenda, nesse ano de 1911, 58 famílias de colonos com 36.590.050 metros quadrados, ou seja, cerca de 750 alqueires de terra, com aproximadamente 13 alqueires por família, em sua maioria de italianos.

O casarão tinha 69 metros de frente, sendo a parte central um sobrado com 23 metros; o piso inferior tinha sete salões e 17 quartos; o piso superior, dois salões e oito salas; a varanda superior era formada por 38 janelas com vidraça; cozinha, despensa e água encanada; os quartos estavam mobiliados com móveis de jacarandá fortes e pesa-

dos. “São móveis eternos!” O terreiro de café tinha 160 metros de um lado e 70 de outro, ladeado por casas (antiga senzala).

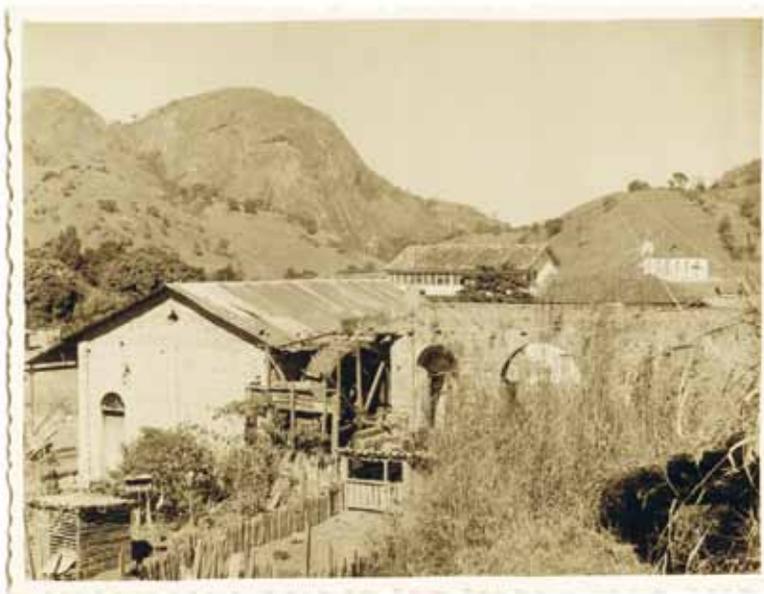


FOTO 3 - ANTIGA USINA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA FAZENDA DO CENTRO.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP.

As máquinas de café tinham capacidade de beneficiar 400 arrobas diárias (sic!). Havia 12 mil pés de café com mais de 14 anos e mais 3 mil em outros dois lugares. Os colonos já haviam plantado 79.450 pés. Naquele ano de 1911, a produção fora de 400 arrobas, “insignificante para o funcionamento das máquinas durante sete ou oito anos”. Havia também dois carros-de-boi e 30 burros de carga; o engenho de cana havia sido retirado e outro já estava a ser providenciado; caldeiras, fornos, três tanques para fermentação; um alambique sem serpenti-

na; máquina de debulhar milho com capacidade de cem sacas diárias; moinho de milho, máquinas de produção de farinha de mandioca.¹⁶⁵



FOTO 4 - UM DIA FESTIVO NA FAZENDA DO CENTRO.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP.

Cumprindo a decisão do “Definitório Provincial” em 1913, a ordem criou em março de 1914 a “Sociedade de Instrução e Colonização”, pessoa jurídica da Província de Santo Tomás de Vilanova frente ao Estado. Dela faziam parte todos os religiosos agostinianos recoletos residentes no Brasil. Para amortizar a dívida, repassaram-se fundos das casas de Ribeirão Preto e do Pará. Com a dívida liquidada, Fr. Manuel Simón passou para aquela sociedade a parte reservada como patrimônio da ordem religiosa, investiu na recuperação das máquinas, comprou gado, iniciou uma plantação de cana. O núcleo colonial já contava nesse período com mais de 80 famílias, segundo o cronista.

165 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 661-665.

Decidiu-se entregar a casa de Anchieta, a contragosto do bispo de Vitória e a casa da Fazenda do Centro tornou-se residência canônica em março de 1915. Fr. Manuel permaneceu na administração da fazenda até 1918, quando foi transferido para Ribeirão Preto, onde faleceu 20 anos depois.¹⁶⁶ A primeira colheita de cana e a primeira fabricação de aguardente ocorreram em 1915. A partir daí, fala-se em colheitas regulares; no ano de 1924, produziu-se 30 pipas de aguardente, num total de aproximadamente 20 contos de réis, e 40 arrobas de açúcar mascavo. Ao que tudo indica, a produção maior da fazenda era de aguardente e açúcar; somente a partir de 1927, em sociedade com os colonos, passou-se a produzir café.¹⁶⁷

2.6 O que dizem os documentos

Nos arquivos da Fazenda do Centro, hoje pertencente à Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação, representante jurídica da Província de Santa Rita de Cássia da Ordem dos Agostinianos Recoletos, em Castelo, Espírito Santo, encontram-se vários documentos como mapas, certidões da fazenda de épocas diversas, escrituras, recibos de empréstimos, recibos de compra e venda de terras, notas promissórias, a hipoteca feita junto ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, memoriais descritivos de lotes. A partir dos recibos e notas promissórias que tratam diretamente do processo de compra e venda da Fazenda, assim pode-se catalogá-los:

166 CRÔNICA ..., 1920b, op. cit., p. 259-262, 669-674; cf. também CÓPIA ..., op. cit., p. 11.

167 CÓPIA ..., op. cit., p. 12-15.

Ano	Mês	Quem	O que	Quanto	Observações
1905	Agosto	Fr. Manoel	Emprestou a José Mariano Sobrinho	1:000\$000	Prazo de 10 meses; juros de 6% ao ano
1906	Abril	Fr. Manoel	Emprestou a José Mariano Sobrinho	1:000\$000	Prazo de 10 meses; juros de 6% ao ano
1909	Outubro	Francisco Salvador	Emprestou a Fr. Manoel	900\$000	Prazo de 01 ano; juros de 8% ao ano
1910	Maio	Fr. Manoel (representado por Herman Bello) e J.M.Sobrinho	Prometeram pagar a José Fernandes Moura	10:000\$000	Nota Promissória com venc. em 16 de junho de 1910; liquidada em agosto
	Maio	Fr. Manoel (representado por Herman Bello) e J.M.Sobrinho	Prometeram pagar a Joaquim Vieira Moura	3 Notas Promissórias de 6:000\$000 cada uma (provavelmente uma quarta)	Venc. 07/11/1910 (juros pagos em novembro); venc. 07/02/1911; venc. 07/05/1911 e talvez uma quarta com vencimento em junho de 1910
	Maio	Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Receberam de Domenico Demartin	3:500\$000	Venda de terras na Fazenda
	Junho	Fr. Manoel	Pagou a Joaquim Vieira Moura	50\$000	Juros de 1 mês de Nota Promissória liquidada na mesma data
		Fr. Manoel e J.M.Sobrinho	Receberam de Domenico Demartin	100\$000	Venda de terras na Fazenda
	Julho	Ticiano Altoé	Emprestou a Fr. Manoel Simon	1:000\$000	Prazo de 30 dias sem juros
	Agosto	Fr. Manoel e J. M. Sobrinho	Liquidaram	10:000\$000	Nota Promissória a José Fernandes Moura

Ano	Mês	Quem	O que	Quanto	Observações
		J. M. Sobrinho	Recebeu de Manoel Moura Júnior	1:000\$000	Venda de terras na Fazenda
	Outubro	Fr. Manoel e J. M. Sobrinho	Prometeram pagar a Pietro Salomão	1:000\$000	Venc. em maio de 1911
		Fr. Manoel e J. M. Sobrinho	Receberam de Giuseppina Venturim	500\$000	Venda de terras na Fazenda
		Fr. Manoel e J. M. Sobrinho	Prometeram pagar a Antônio e José Altoé	7:000\$000	Venc. em maio de 1911
	Novembro	Fr. Manoel e J. M. Sobrinho	Pagaram a Joaquim Vieira Moura	300\$000	Juros de Nota Promissória de 07/05/1910 vencida, não liquidada ainda
	Dezembro	Antônio Zampirolo	Emprestou a Fr. Manoel	400\$000	Prazo de 60 dias; juros de 10% ao ano; liquidada no valor de 441\$500
		Fr. Máximo	Emitiu ordem de pagamento na Duarte & Beiriz	3:600\$000	
1911	Fevereiro	Fr. Manoel	Prometeu pagar aos Irmãos Vivacqua	3:100\$000	Venc. em 14/06 – liquidada em outubro no valor de 3:176\$610
		Fr. Manoel	Recebeu dos Irmãos Vivacqua	10:000\$000	Venda de terras
	Maio	Fr. Manoel	Pagou José Pazzi	100\$000	
	Julho	Fr. Manoel	Pagou ao Banco Hipotecário	223\$500	Avaliação da Fazenda

Ano	Mês	Quem	O que	Quanto	Observações
	Agosto		Total da dívida com Joaquim Vieira Moura	16:872\$474	Resultado de uma soma das dívidas com o referido credor
	Setembro	J. M. Sobrinho	Prometeu pagar a Severino N. Carvalho Júnior	1:309\$600	Venc. Final do mesmo mês; liquidada em novembro de 1911
		J. M. Sobrinho	Prometeu pagar a Severino N. Carvalho Júnior	1:309\$600	Ven. em outubro de 1911; liquidada em janeiro de 1912
	Junho	Fr. Manoel	Pagou aos Irmãos Vivacqua	3:600\$000	
	Agosto	Fr. Manoel	Pagou ao Banco Hipotecário	100\$000	
			Pagou ao tabelião	35\$000	Registros e averbações da escritura de divisão da sociedade com J. M. Sobrinho
	Setembro	Fr. Manoel	Pagou ao Banco Hipotecário	1:125\$000	Parcela de hipoteca
1912	Fevereiro	Fr. Manoel	Recebeu de Latino Manoel Geraldo da Roza	200\$000	Venda de terras na Fazenda
	Março	Fr. Manoel	Recebeu de Valentim Zanetti	2:270\$000	Venda de lotes da Fazenda (quantia devolvida no final de abril por desistência da compra)

QUADRO 1 - SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DOS NEGÓCIOS DE FR. MANOEL.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES.

Da sequência anterior, pode-se inferir que, entre os anos 1905 e 1906, Fr. Manuel Simón realizou empréstimos ao Sr. José Mariano Sobrinho. Em se tratando de uma época em que provavelmente não se cogitava ainda a compra da fazenda, é possível perceber aí uma relação de confiança entre ambos. Percebe-se também que nesses empréstimos de Fr. Manuel Simón estavam previstos a cobrança de 6% de juros ao ano, enquanto nos empréstimos que o frade adquiriu de outros, ou nas obrigações de pagamento de dívidas, os juros eram de 8% ou 10% ao ano. Em apenas um recibo consta um empréstimo por 30 dias do Sr. Ticiano Altoé a Fr. Manuel, em julho de 1910, sem juros. O regulamento interno da congregação, aprovado em 1902, restringia a prática de empréstimos e de contração de dívidas por parte dos frades. Não há dados suficientes para afirmar se os empréstimos realizados por Fr. Manuel Simón estavam dentro de um teto permitido ou se obteve permissão para realizar tais empréstimos.

Por não ter o capital suficiente, Fr. Manuel Simón necessitou de adiantamento de dinheiro dos colonos. Em outubro de 1909, antes da compra de parte da fazenda, o Sr. Francisco Salvador, um dos que acompanharam Fr. Manuel em visita à fazenda em julho desse ano, emprestou dinheiro ao frade, possivelmente adiantando dinheiro para completar o capital necessário para efetivar a aquisição do imóvel. O Sr. Domenico Demartin pagou os lotes de terra em maio desse ano e efetuou outro pagamento menor em junho, época em que o frade já teria notas promissórias para liquidar, relativas aos compromissos assumidos com o Sr. José Fernandes Moura e o Sr. Joaquim Vieira Moura. Possivelmente adiantou também dinheiro ao frade para que pudesse liquidar parte das dívidas e garantir o sucesso do empreendimento.



FOTO 5 - NOTA PROMISSÓRIA AO SR. JOAQUIM VIEIRA MOURA, COM DATA DE 7 DE MAIO DE 1910, NO VALOR DE SEIS CONTOS DE RÉIS, ASSINADA POR HERMANN TAUTFEUS BELLO E JOSÉ MARIANO SOBRINHO.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES.

De maio de 1910, constam uma nota promissória ao Sr. José Fernandes Moura e três ao Sr. Joaquim Vieira Moura. A primeira, no valor de 10 contos de réis, liquidada em agosto desse ano. As outras, liquidadas em outras épocas, normalmente com atrasos e pagamentos de juros, conforme o firmado entre os sócios. Possivelmente houve uma quarta nota promissória ao Sr. Joaquim Vieira Moura, pois em junho consta um pagamento de 50 mil réis de juros de um mês relativo à nota promissória “liquidada na mesma data”.

Os documentos mostram que, com o aumento da dívida em maio de 1910 e a forma de pagamento combinada entre as partes, Fr. Manuel Simón teve grande dificuldade em saldar os compromissos, haja vista os atrasos nos pagamentos e os juros cobrados. Em agosto de 1911, a dívida com o Sr. Joaquim Vieira Moura era de quase 17 contos de réis e uma nota promissória ainda não havia sido liquidada. Esse valor consta numa prestação de contas de Fr. Manuel Simón ao Sr. Joaquim Vieira Moura, com data de 23 de agosto daquele ano.

Conforme André Dell’Orto Casagrande e Maria Helena Mion Barbiero, “entre os compradores estão, até mesmo, parentes dos antigos donos da fazenda, como o senhor Manoel Moura Júnior, e também os Vivacqua e irmãos que já estavam estabelecidos em Castelo e, com certeza, não iriam lavrar diretamente a terra”.¹⁶⁸ Os recibos comprovam que Fr. Manoel Simón recebeu 1 conto de réis em agosto de 1910 do Sr. Manuel Moura Júnior, dos irmãos Vivacqua 10 contos de réis em fevereiro de 1911 e ainda contraiu uma dívida com esses de 3 contos e 100 mil réis nesse mesmo mês. O valor recebido relativo a venda de terras refere-se possivelmente aos 200 alqueires vendidos aos irmãos Vivacqua, numa época em que o frade encontrava-se com muitas dívidas para saldar e a ameaçar o projeto do núcleo colonial, ainda mais que o sócio mostrara-se perdulário e inconsequente. A venda de 200 alqueires a um único grupo estava fora dos objetivos do projeto do núcleo colonial; parece ter sido mais uma medida desesperada de conseguir o dinheiro suficiente para abrandar as dívidas e salvar o projeto. A situação de ameaça em que se encontrava o núcleo colonial nos anos de 1910 até 1913 não permite juízos relativos a interesses de lucro pelo lucro. Para garantir o projeto, o frade hipotecou até mesmo a parte que fora reservada como patrimônio da instituição religiosa à qual pertencia. Há uma insistência na obra de André Dell’Orto Casagrande e Maria Helena Mion Barbiero em que o frade vendeu os lotes. Mesmo nos núcleos coloniais oficiais, as terras não eram doadas, como eles afirmam na página 104: “nos núcleos coloniais, os imigrantes recebiam gratuitamente um pedaço de terra”. Os lotes eram todos vendidos aos colonos a longo prazo e por isso mesmo naquela época o termo lote tornou-se sinônimo de “prazo”. A Lei de Terras de 1850 não permitia ao governo a doação de terras.

168 CASAGRANDE, André Dell’orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **Castelo**: da pré-história ao início do século XX. [s.l.]: Prograf, 2002. p. 116.

Outro documento de grande interesse é um manuscrito de dez páginas em papel almaço, com os nomes do colonos, lugar dos lotes, número do lote recebido, área de cada um em metros quadrados, área colonizada e por colonizar, também em metros quadrados, e débito dos colonos. Esse documento, não datado, possivelmente seja parte do relatório realizado pelo Sr. Joaquim Carron, funcionário do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, apresentado em outubro de 1911, conforme já referido anteriormente, pois, segundo esse relatório, havia na fazenda naquela ocasião 58 famílias, em sua maioria de italianos, e 750 alqueires colonizados. No manuscrito citado, constam 47 nomes de colonos, ocupando uma área de 765,47 alqueires. Considerando que, em dois dos nomes relacionados, além do nome do colono, acrescenta-se a expressão “e irmãos”, um está em nome de “Filhos de Cesconetti” e em três aparece a expressão “e filhos” e em um a expressão “e filho”, supõe-se aí mais de uma família e em torno de 12 famílias a mais.

Local	Nome do colono	Quantos lotes	Total em alqueires*
Corumbá	Carlo Antônio Libardi	5	35
	Giovanni Bernabé	1	10
	Annibale Mazzioli	1	10
	Pedro Campo	1,5	15
	Fioravante Venturim	1,5	15
	Augusto Lachini	1	10
	Antônio Nicoli	1	10
	Giuseppe <i>Cerutti</i> (?)	1	10
	Ângelo Vettorazi	1	10
	Giuseppe Dazzi	1	10
	Pietro Rubin	1	10
	Antônio Facco	1	10
	Alexandre Scandian	1	9,3
	Giuseppe Sabaroli	1	9,7
	Pietro Rubim Delozori	1	10
	Ricardo Venturini	2,5	20,50
	Giuseppe Baldo	0,5	5
	17 famílias	23	209,50

Local	Nome do colono	Quantos lotes	Total em alqueires*
São Luiz**	Calixto Bernabé & Irmãos	4	38,50
	01 família	4	38,50
Caxixe e Córrego da Telha	Carlo Vettorace & Irmãos	4	45,70
	Guglielmo Bazzini	1	10
	Giovanni Salvador	1	10
	Francisco Salvador	2	17,90
	Andrea Colodetti	1	6,32
	Ludovico Zoppe	1	15,58
	Césare Nico	1	9,37
	Caetano Nicoli	2	19
	Domenico D´Martin & Filhos	4	35,38
	Antônio Altoé & Filhos	4	44,35
	Luigi Andreon	2	23,40
	José Ribeiro d'Aquino	1	13,56
	Giácomo Salomon	1	12,03
	Pietro Salomon	1	13,20
	Alexandre Francischetto	0,5	4,13
	Augusto Fazzolo	0,5	5,11
	Ângelo Cresmasco	1	11,40
	Segundo Tozzi	2	20
	José Altoé & Filhos	3	29,58
	Cirilo Tozzi	1	10
	Filhos de Cesconetti	3	30
	Theodoro Camata	2	19,48
	Giovanni Brunoro	2	19,16
	Mansueto	1	7,59
	24 famílias	42	432,24
Vai-Vem	Michel Caliman	1,5	12,02
	01 família	1,5	12,02
Santa Isabel	Giuseppe Caliman	2	17,09
	Filippo Spadetto	1	12,86
	Luciano Lubiana	1	12,29
	Ticiano Altoé & Filho	1	10,33
	04 famílias	5	52,57
Total de famílias = 47		75,5 lotes	

Total colonizado	37.048.605 m² = 765,47 alqueires
Total por colonizar	24.141.340 m² = 498,79 alqueires
Corumbá	72 alqueires
Caxixe	126 alqueires
Vai-Vem	79,7 alqueires
Santa Isabel e Caxixe junto à Crimeia	90,8 alqueires
Áreas em dúvida de divisas ao longo da Fazenda Crimeia	78,24 alqueires
Área vendida aos Irmãos Vivacqua	9.680.000 m² = 200 alqueires
Reservado como patrimônio da congregação	6.307.277 m² = 130,32 alqueires
(incluído na área por colonizar)	
Área total da fazenda pertencente aos herdeiros	154.993.280 m ² = 3202,34 alqueires
Área total adquirida em sociedade em 1909	74.705.400 m ² = 1543,5 alqueires

QUADRO 2 - NÚCLEO COLONIAL DO CENTRO - PROVAVELMENTE 1911.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES.

* 01 alqueire = 48.400 metros quadrados.

** Conforme grafia no original pesquisado.

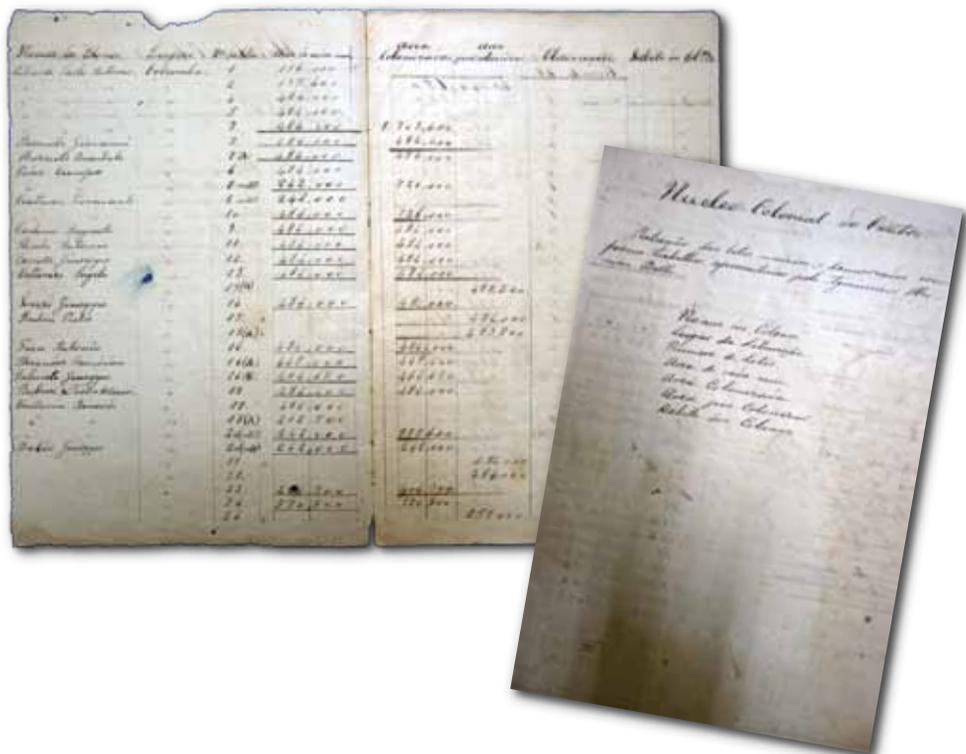


FOTO 6 - UM ANTIGO MANUSCRITO DA FAZENDA DO CENTRO, COM A RELAÇÃO DOS COLONOS.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES.

Por esse documento, é possível perceber que as regiões do Caxixe, Córrego da Telha e São Luiz foram as áreas com maior número de colonos. A região do Vai-Vem era a área menos colonizada. A divisa de Santa Isabel com a fazenda Crimeia constituía área de limites duvidosos, que se tornaram problemáticas posteriormente, sobretudo com relação ao lote comprado pelo Sr. Luciano Lubiana. Três recibos com datas de agosto, outubro e dezembro de 1921, referem-se a despesas judiciais pagas por Fr. Máximo Tabuenca ao Sr. Agostinho Rosa, advogado de Luciano Lubiana, contra os filhos do Sr. Nunes Galvão, proprietários da fazenda Crimeia.

2.7 O que dizem as escrituras

O registro do imóvel da Fazenda do Centro encontra-se no Cartório de 1º Ofício de Cachoeiro de Itapemirim. Aí consta que Fr. Manuel Simón e José Mariano Sobrinho adquiriram o imóvel da fazenda em escritura pública de 24 de novembro de 1909, pelo valor de 30 contos de réis. Foram adquiridos nessa ocasião: 1.017,5 alqueires de terras de cultura e benfeitorias existentes na fazenda antes pertencente ao senhor Manoel Fernandes Moura e sua esposa, D. Anna Izabel Vieira Moura; 199 alqueires na fazenda Crimeia; 326 alqueires de terras na Fazenda do Centro; e um alqueire na Estação de Castelo, pertencentes aos herdeiros José Fernandes Moura, Antônio Vieira Moura, Antônio José Vieira Ferraz e Joaquim Vieira Moura. A parte situada na fazenda Crimeia divisava com a parte pertencente aos herdeiros de Antônio Nunes Galvão e sua esposa, Maria Heloísa Vieira Galvão. Essa parte fazia divisas com terras devolutas e consistiu na parte de limites duvidosos.

No mesmo registro consta também o acordo, averbado em agosto de 1912, entre Fr. Manuel Simón e José Mariano Sobrinho, que pôs fim à sociedade. Segundo esse acordo, Fr. Manuel Simón dava por quitada a José Mariano Sobrinho e sua esposa qualquer obrigação hipotecária e obrigava-se a pagar todas as dívidas relativas às fazendas do Centro e Crimeia, inclusive a nota promissória de Joaquim Vieira Moura. O Sr. José Mariano Sobrinho e sua esposa transferiam o direito de posse, domínio e ação sobre a Fazenda do Centro e Crimeia, assim como dos bens móveis e semoventes, reservando para eles 620 alqueires de terrenos em matas, conforme o mapa de 1878, feito pelo agrimensor Hermann Schindler. Os terrenos já demarcados ficariam para o frade, assim como todo ativo e passivo das mesmas propriedades.

Depois desse acordo, aparecem algumas vendas de terrenos da fazenda, todas de 1932 até 1937, como se pode ver na tabela a seguir:

Quem comprou	Quando	Quanto	Onde
Achilbo Lubiana, Ettore Lubiana, Attilio Lubiana, Adelino Lubiana, Pedro Lubiana e Emílio Lubiana	1932	3 alqueires	Fazenda do Centro terrenos em capoeiras
João Altoé, Agostinho Altoé, Ricardo Altoé, Luiz Altoé e Virgílio Altoé	1933	20 alqueires	Fazenda do Centro, Alto Caxixe
Carlos Sasso	1934	30 alqueires	Fazenda do Centro Rancho
João Sasso	1936	1,5 alqueire	Fazenda do Centro Coimbra
Augusto Fazolo	1936	3 alqueires	Fazenda do Centro
Ângelo Tosi, Virgílio Tosi, Abel Tosi	1936	10 alqueires	Fazenda do Centro
Antônio Gusson	1936	5 alqueires	Fazenda do Centro terrenos de matas abertas
João Gusson, Fernando Gusson, Ângelo Gusson, Brás Gusson	1937	17 alqueires	Fazenda do Centro
João Berleze	1937	13,5 alqueires	Fazenda do Centro terrenos em capoeiras
Andrea Tedesco	1937	23 alqueires	Fazenda do Centro terrenos em matas no Alto Caxixe
Domingos Grassi e Angélica Grassi, menores representado pelo pai, Virgílio Grassi, viúvo	1937	5 alqueires	Fazenda do Centro Alto Caxixe
Attilio Rigo	1937	6 alqueires	Fazenda do Centro Alto Caxixe – terrenos em matas
TOTAL DE ALQUEIRES VENDIDOS		137	

QUADRO 3 - DIVISÕES POSTERIORES DA FAZENDA POR PROCURAÇÃO DE FR. MANUEL AO FR. MÁXIMO TABUENCA.

Fonte: Arquivo da Província de Santa Rita de Cássia, Castelo, ES.

Fora esses terrenos, nada mais consta. Dos 130 alqueires reservados à ordem religiosa, segundo certidão da Fazenda do Centro obtida no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Castelo, ES, em outubro de 2005, restaram 4.198.120 metros quadrados, equivalentes a 86,74 alqueires, em nome da Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação.

O Núcleo Colonial da Fazenda do Centro não se concretizou integralmente devido às circunstâncias adversas trabalhadas neste capítulo. Os seus objetivos, no entanto, que eram de favorecer os colonos da região de Guarapari, Alfredo Chaves e Anchieta, atendidas no início do século pelos frades agostinianos, e de prover a Ordem dos Agostinianos Recoletos com um patrimônio que lhes desse maior estabilidade, de certa forma, foram cumpridos. Os colonos foram favorecidos pelas facilidades na aquisição e pagamento dos lotes. José Carlos Mattedi, no artigo escrito para o jornal “A Gazeta”, de primeiro de março de 1998, assim escreveu, citando um testemunho oral do Sr. Victório Bernabé:

As famílias assentadas tinham prazo de dez anos para pagar o imóvel (com carência de mais cinco anos), sem juros. O primeiro pagamento só ocorria no quinto ano após a compra, sendo que nos dois primeiros anos as famílias seriam sustentadas pelos padres. Apesar destas facilidades, alguns deixaram de quitar suas propriedades, sem serem removidos. Vivíamos aqui como irmãos, num ambiente de fraternidade onde tudo era dividido, lembra o mais antigo morador da FC [Fazenda do Centro], Victório Bernabé, de 85 anos. Se não foi uma reforma agrária “ortodoxa”, é certo que no mínimo se praticou em terras capixabas alguns valores atribuídos aos comunistas, como no início do cristianismo.¹⁶⁹

169 MATTEDI, José Carlos. História perdida entre montanhas. **A Gazeta**, Vitória, 1 mar. 1998, Caderno Dois, p. 1. (destaque do autor).

A construção da memória é seletiva e facilmente idealiza-se o passado. O Sr. Victório Bernabé prossegue no artigo referido dizendo que “a tal reforma foi bem-sucedida. Os padres nos orientavam e nos davam comida”. Sem boas estradas, nem assistência médica e menos ainda conforto, só tinha esperança.

Na memória de muitos outros moradores locais ficou marcada a ideia de que o que ocorreu na Fazenda do Centro foi uma reforma agrária. No próximo capítulo analisaremos, dentre outras coisas, se a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro pode se enquadrar como uma reforma agrária e quando possivelmente tenha surgido esta ideia difundida nos moradores locais.

Reforma agrária e relações capitalistas na colonização do sul do Espírito Santo

3.1 Fazenda do Centro: reforma agrária?

No capítulo anterior já se fez referência ao artigo de José Carlos Mattedi no jornal “A Gazeta”, no qual o autor traz informações consistentes a respeito da Fazenda do Centro. Ao entrevistar o Sr. Victório Bernabé, fala-se na “reforma agrária do frei”.¹⁷⁰ Esta ideia da colonização da Fazenda do Centro como uma reforma agrária é bastante difundida na região. Na primeira parte deste capítulo, propõe-se investigar as possíveis circunstâncias, situações e momentos que fizeram com que tal ideia encontrasse eco naquela parte do sul do Espírito Santo, discutir alguns conceitos e analisá-los para verificar se isso se aplica ao ocorrido na Fazenda do Centro.

170 MATTEDI, José Carlos. História perdida entre montanhas. **A Gazeta**, Vitória, 1 mar. 1998, Caderno Dois, p. 1.

A primeira vez em que se trata da colonização da Fazenda do Centro como uma reforma agrária está num dos livros de registros dos frades agostinianos recoletos, muito utilizado no capítulo anterior: o CÓPIA FIEL DO LIVRO DE COISAS NOTÁVEIS DA FAZENDA DO CENTRO. Eis o que escreveu o cronista, ao narrar sobre o ano de 1938 e comentar o falecimento de Fr. Manoel Simón, em Ribeirão Preto, naquele ano:

Neste ano [de 1938], falecia em Ribeirão Preto o P. Manoel Simón. Este religioso é merecedor de muitos encômios. Era possuidor de uma visão espiritual e social invejável. Desempenhou um papel primordial regentando as Paróquias de Anchieta e Guarapary. Nesta luta espiritual, percebeu a dificuldade social dos colonos, suas ovelhas. Idealizou o primeiro Núcleo Colonial do Brasil, com o fim de obter (sic!) terras para os interessados. Uma verdadeira Reforma Agrária. Comprou uma parte da Fazenda do Centro, 1.542 alqueires, para loteá-los entre os 300 candidatos. Para facilitar este loteamento, uma parte das terras passou-as a nome da S.I.C. e o resto correspondente ao seu nome, constituiu como procurador o Padre Máximo.¹⁷¹

Não só esta é a primeira vez que se chama a obra realizada na Fazenda do Centro como uma reforma agrária, como ainda traz um adjetivo que qualifica tal obra: “Uma **verdadeira** reforma agrária” (o grifo é nosso). O desejo no cronista de exaltar os feitos do confrade levou-o a fazer afirmações equivocadas. A maior delas refere-se à sua afirmação da Fazenda como “o primeiro Núcleo Colonial do Brasil”. Os capítulos anteriores, sobretudo o primeiro, referiram-se a outras iniciativas de Núcleos Coloniais anteriores ao Núcleo da Fazenda do Centro. Para o cronista ainda, Fr. Manuel Simón “idealizou” este “primeiro” Núcleo Colonial. Conforme foi abordado no capítulo anterior, Fr. Manuel

171 CÓPIA fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro, p. 18.

Simón empenhou-se de fato para a efetivação do projeto do Núcleo Colonial do Centro. Tal projeto, no entanto, foi baseado em outras práticas colonizadoras no sul do Espírito Santo, como a da firma Duarte & Beiriz. Quando o cronista se refere à Fazenda do Centro como “uma verdadeira reforma agrária”, é possível perceber aí uma crítica dele às práticas de reforma agrária realizadas até então, ou mesmo ainda em projeto ou discussão, sobretudo pelos comunistas. Faz-se necessário destacar que os frades agostinianos recoletos que trabalharam na Fazenda do Centro nas primeiras décadas depois de adquirida por Fr. Manoel Simón eram espanhóis. Quando o cronista escreveu seu comentário, possivelmente a guerra civil espanhola (1936-1939) estava chegando ao seu fim, com a vitória do General Franco, ou a Espanha já estaria sob o seu governo havia pouco tempo. A Igreja fora alvo dos ataques dos comunistas. Foram assassinados na Espanha durante a guerra civil 13 bispos, 4.184 sacerdotes, 2.365 religiosos, 263 monjas e inúmeros fiéis. Cerca de 20 mil igrejas, entre as quais, algumas catedrais, foram destruídas. Inclusive seis frades agostinianos recoletos foram fuzilados em Motril, Espanha, em 1936. Dentre esses, estava Fr. José Rada, que residiu na Fazenda do Centro de 1916 a 1922.¹⁷² No Brasil, vivia-se sob o “Estado Novo”, golpe de Estado efetuado por Getúlio Vargas. É um período de fortes desconfianças contra o comunismo, por um lado, e com relação ao fascismo, por outro, também no Brasil. O movimento integralista havia conseguido grande abrangência nacional, e ao que tudo indica, muito mais no Espírito Santo. O mesmo livro CÓPIA FIEL DO LIVRO DE COISAS NOTÁVEIS DA FAZENDA DO CENTRO refere-se ao envolvimento dos frades agostinianos com o movimento integralista e ao forte clima de insegurança, medo e desconfiança nos primeiros

172 ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS. Beatos Vicente Soler e companheiros. Disponível em: <http://www.santarita-oar.org.br/base.php?page=post_013_soler_comp>. Acesso em: 2 jul. 2008; cf. também CÚRIA PROVINCIAL DE LA PROVINCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA. Los Mártires de Motril: la comunidad mártir. Monachil: Imprenta Santa Rita, 1998. p. 41-42.

anos do regime do Estado Novo. Assim escreveu o cronista ao iniciar o seu comentário sobre o ano de 1938, com uma leve dose de sutil e picante ironia:

Este ano é marcado pela política. A Revolta Integralista fez época na Fazenda. A situação nacional estava um tanto confusa, mantida em alerta e perplexidade. Seus efeitos vieram perturbar a tranqüilidade local. Toda esta região é constituída de elementos de procedência italiana, com grande tendência ao Integralismo. As Autoridades Estaduais consideravam o Centro como um baluarte do Partido, dirigido pelo P. Máximo. Aqui compareceram vários soldados com a ordem de levar o grande arsenal de armas que existia e prender o seu chefe, o P. Máximo. Recebidos com um gostoso e acompanhado cafezinho, que não esperavam, vasculharam algumas dependências da casa, e, naturalmente, nada encontrando do que esperavam, com outro cafezinho de saída deram por acabada a busca infrutífera.

Os Padres e boa massa do povo passaram várias noites em branco, esperando um ataque fulminante; tudo por conta de boatos infundados.¹⁷³

Ao que tudo indica, o suposto envolvimento dos frades residentes na Fazenda do Centro em 1938, todos espanhóis, afetados pela guerra civil espanhola, mesmo estando a milhares de quilômetros de distância, com o Partido Integralista, o clima de desconfiança, medo e repressão promovido pelo Estado Novo contra os integralistas e comunistas, relacionam-se com o uso da expressão “uma verdadeira reforma agrária” utilizada pelo cronista. A discussão sobre a reforma agrária não se fazia apenas em nível nacional, quando escreveu o cronista. Já

173 CÓPIA fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro, p. 18.

nas primeiras décadas do século XX algumas práticas efetivas de reorganização fundiária se concretizaram em algumas partes do mundo.

A seguir, apresentar-se-á uma breve conceituação de reforma agrária, como foram algumas das suas efetivações no mundo durante a primeira metade do século XX, sobretudo no México e na China, locais onde os Agostinianos Recoletos exerciam trabalhos missionários, e também algumas discussões sobre isso no Brasil.

Segundo Eduardo Scolese¹⁷⁴, “[...] a expressão reforma agrária, em geral, está associada ao conceito de revolução camponesa. Em sociedades desenvolvidas, portanto, a discussão poucas vezes gira em torno dela.” O que mais motivou as discussões em torno da Reforma Agrária no Brasil, para ele, foi a “notória concentração de terras”. Esse ainda é um tema em debate no país, que atinge vários setores governamentais e partidos de oposição e ruralistas e manifesta os atritos existentes diante dos movimentos sociais. O foco do campo de batalha das discussões em torno da Reforma Agrária gravita entre a concentração de terras, a necessidade de aumentar a produção agrícola e a oferta alimentar e ainda acomodar os trabalhadores rurais sem terra em lotes.¹⁷⁵

José Eli Veiga¹⁷⁶ apresenta em sua obra “O que é Reforma Agrária” uma definição mais usual de reforma agrária. Assim a define: “[...] a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola.” Para ele, a ideia central no seu conceito é a de uma intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola. Assim, “reforma agrária” se distingue de uma “transformação agrária”. Aquela é uma ação planejada

174 SCOLESE, Eduardo. A reforma agrária. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 14.

175 SCOLESE, op. cit., p. 16.

176 VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. 14. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005. p. 7.

e diretiva para adequar o perfil fundiário às imposições do crescimento ou de uma crise econômica; esta última consiste numa mudança natural, espontânea, do perfil agrário de um país, também imposta pelo crescimento ou pela crise econômica.¹⁷⁷ Os objetivos de uma reforma agrária relacionam-se com a “justiça social”, uma vez que se constata que um grande número dos que trabalham a terra se opõe ao pequeno número de proprietários, e também com a “eficiência econômica”, ou seja, o projeto de se entregar a terra aos que a façam produzir mais e melhor. Além de modificar a distribuição da propriedade da terra, a reforma agrária muda as relações de força entre as classes sociais. Ela nunca é uma decisão repentina de um governante, de uma equipe governamental ou de uma classe social, mas é o resultado das pressões sociais contrárias e é limitada por essas mesmas pressões, dependendo sempre diretamente da evolução da conjuntura política do país. Ela explica a razão da distância entre os pronunciamentos a seu favor, das disposições legais que tentam regulamentá-la e da realidade dos fatos. Para J. E. Veiga¹⁷⁸, a reforma agrária é um requisito essencial do desenvolvimento econômico de um país. Para que aconteça, no entanto, existem algumas pré-condições. A principal delas é a existência de uma grande massa de lavradores impedidos de ter acesso à propriedade da terra. Além disso, “[...] é imprescindível que se criem condições para que a utilização produtiva destas terras proporcione a seus proprietários mais lucros do que a sua manutenção como reserva de valor contra a inflação ou meio de acesso a privilégios fiscais e creditícios.”¹⁷⁹ Assim, para J. E. Veiga¹⁸⁰, a reforma agrária é o “[...] ato de transferência da propriedade da terra de grupo social para outro. Para que ela se realize é preciso que o Estado desaproprie alguns e atribua a outros”.

177 *Ibid.*, p. 7.

178 *Ibid.*, p. 8-11.

179 *Ibid.*, p. 16-17.

180 *Ibid.*, p. 22.

Raramente essa transferência é gratuita. “Em geral, as reformas agrárias entregam terras em propriedade e os beneficiários são obrigados a reservar uma poupança para o pagamento da terra que receberam”.¹⁸¹ Normalmente, as reformas agrárias têm um caráter distributivista, visando à promoção da agricultura camponesa através da distribuição de lotes a famílias de lavradores. “Mesmo a maioria das reformas realizadas no quadro das revoluções socialistas começaram pela subdivisão dos latifúndios e só mais tarde evoluíram para formas mais coletivas de organização da produção.”¹⁸² As formas mais utilizadas pelas reformas agrárias efetivadas ao longo do século XX privilegiaram as unidades de tipo familiar, tais como os “ejidos” mexicanos, os “asentamientos” chilenos, os “kibutzim” israelenses e os “kolkhozes” soviéticos.¹⁸³

Eduardo Scolese apresenta dois casos emblemáticos de reformas agrárias realizadas durante o século XX: México e Rússia.

No México, ocorreu uma revolução no campo a partir de 1910, liderada por Emiliano Zapata e Doroteo Arango, mais conhecido como Pancho Villa. Ambos lutaram por reforma agrária, mas com estratégias diferentes: Zapata tomava terras de latifundiários e as dividia entre camponeses pobres; Villa as entregava ao Estado, que repassava o domínio da posse a generais. Mais de uma década durou a revolução mexicana, enfraquecida com o assassinato de Zapata em 1919 e de Villa em 1923. Como resultado parcial, cerca de dois milhões de pessoas morreram e as facções burguesas tomaram o controle da revolução, não realizando uma distribuição de terras. Cresceu, no entanto, a oferta de empregos no campo e os índios puderam permanecer nas terras conquistadas. Lázaro Cárdenas, em 1934, realizou uma reforma

181 VEIGA, p. 30-31.

182 Ibid., p. 32.

183 Ibid., p. 34.

agrária maciça. Cerca de 16,5 milhões de hectares foram distribuídos nos seis anos seguintes. Apesar disso, a concentração de terras voltou a crescer após o seu governo.¹⁸⁴

Na Rússia, o fim do regime de servidão ocorreu em 1861, sob o governo do czar Alexandre II. O Estado ofereceu cerca de três hectares para cada servo libertado. Desses, 20% deveria ser pago à vista e o restante num prazo de 49 anos com juros de 6% ao ano. Muitos, no entanto, se endividaram. Em 1880, muitos camponeses entregaram seus lotes para quitar dívidas. Os camponeses frustrados refugiaram-se nas “comunhas”, onde recebiam por sua produção, embora não tivessem nenhum poder patrimonial sobre a terra. Entre 1877-1917, o percentual de terras nas mãos dos nobres caiu de 22% para 11%. Esse foi um período marcado por inúmeros conflitos entre as comunhas e os latifundiários. A partir de 1906, fez-se uma oferta facilitada aos camponeses de compra de lotes que já estavam explorando, pertencentes à Igreja, ao Estado ou às comunhas. A terra, no entanto, voltou a ser concentrada nas mãos de poucos. Com a Revolução de 1917, inúmeras foram as tensões entre camponeses e comunistas sobre o modo de gerenciar a terra. A partir da década de 1930, os camponeses foram transformados em um elemento estatal.¹⁸⁵

Ainda dentro desse período que abrange esta pesquisa, o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Eduardo Scolese cita o caso da China que, em aproximadamente 1930, apresentava um quadro muito problemático no campo, uma vez que metade dos camponeses possuíam lotes de tamanho insuficiente para o trabalho e tinham que arrendar terras próximas para garantir sua produção e subsistência. A concentração de terras era nítida: 4% da população pos-

184 SCOLESE, op. cit., p. 21-23.

185 SCOLESE, op. cit., p. 23-26.

suía 30% das terras do país. Inúmeras revoltas camponesas buscaram apoio político. A partir de 1927, Mao Tsé-Tung, junto com o Partido Comunista, começou a investir no campo, partindo depois para as cidades. As grandes propriedades eram invadidas, mas os latifundiários e camponeses ricos também recebiam um pedaço de terra. As áreas produtivas foram protegidas e impostos progressivos foram aplicados sobre a terra. Na Revolução Chinesa de 1949, a base dos revolucionários era proveniente do campo: 80% dos integrantes do Partido Comunista eram camponeses.¹⁸⁶

J. E. Veiga apresenta quatro grandes ondas de reforma agrária no século XX:

1. México e Rússia;
2. As resultantes da vitória das forças democráticas na grande guerra contra o nazifascismo (socialismo no Leste europeu e nos Balcãs; revolução chinesa e expulsão dos franceses do Vietnã, por um lado; por outro, Itália, Japão e Formosa, que realizaram modificações fundiárias para facilitar o desenvolvimento do capitalismo);
3. Independência dos povos colonizados, na década de 1950 (Oriente Médio; norte da África e Índia);
4. América Latina, nos anos de 1960.¹⁸⁷

No Brasil, Richard Graham, no seu artigo “Escravocratas, Latifundiários e o Fim do Império”, afirma que, com a abolição da escravidão, o poder dos latifundiários continuou como antes. Nesse texto, o autor pretende examinar o republicanismo dos ex-senhores de escravos e defende a tese de que uma das razões do novo entusiasmo desses

186 *Ibid.*, p. 27.

187 VEIGA, *op. cit.*, p. 38.

pela república era o receio de uma reforma agrária. Para R. Graham¹⁸⁸, a elite brasileira manobrou as relações de poder para sobreviver a sucessivas crises, “produzindo as formas de seu poder e raramente sua substância”. Com a Primeira República, a partir de 1889, mudaram as aparências políticas e os controles dos latifundiários foram enfraquecidos. Os fazendeiros encontravam-se ressentidos com o Império após a abolição da escravidão sem o ressarcimento dos seus prejuízos e, por isso, deram o seu apoio aos republicanos. Esta é a forma como normalmente se afirma a mudança dos fazendeiros para o republicanismo. Para R. Graham¹⁸⁹, no entanto, “[...] eles aderiram ao movimento republicano não tanto por despeito e amargura, mas para evitar aquilo que lhes parecia um desastre até maior do que aquele da abolição: a reforma agrária.” Os grandes fazendeiros sabiam que a reforma agrária estava incluída no projeto da abolição. Apesar dos riscos em apoiar os republicanos, julgaram que esses eram menores. Para os senhores de escravos, os abolicionistas eram revolucionários e estavam alarmados com a ameaça da reforma agrária. Graham analisa vários discursos de abolicionistas, sobretudo de Joaquim Nabuco e André Rebouças, mostrando neles a presença das ideias relativas à reforma agrária. As elites rurais viviam à sombra do medo da “divisão das terras”, de uma “revolução”. Embora nos cinco primeiros anos da Primeira República o poder estivesse nas mãos dos militares, os latifundiários voltaram ao poder e em 1898 estavam em posição segura. Para R. Graham¹⁹⁰, a partir daí a reforma agrária foi esquecida e só retornou ao cenário com maior força após 1960.

188 GRAHAM, Richard. Escravidão, reforma e imperialismo. São Paulo: Perspectiva, 1979 p. 179-180. Cap. Escravocratas, latifundiários e o fim do Império.

189 Ibid., p. 183.

190 Ibid., p. 184-195.

Na década de 1930, o problema da terra no Brasil foi discutido e a reforma agrária era temida por setores da sociedade brasileira. A luta política era preocupação da esquerda, arregimentada na Aliança Nacional Libertadora, de influência comunista. Grupos comunistas tentavam se infiltrar no campo. A direita buscava outras propostas, como o corporativismo de inspiração ítalo-germânica, organizado sobretudo na Ação Integralista Brasileira, que defendia uma política de integração e cooperação de classes, combatendo a luta entre as mesmas. O Integralismo recebeu grande apoio dos latifundiários. As tensões em relação ao problema da terra e da propriedade se refletiram na Constituição de 1934, por exemplo, que garantiu o direito dos posseiros e reduziu impostos sobre a pequena propriedade. Ao Estado, segundo a Constituição, competia a educação rural e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e o aproveitamento das terras públicas. A União, em cooperação com os estados, promoveria a organização de colônias agrícolas para onde deveriam encaminhar trabalhadores desempregados e localizados em áreas empobrecidas. Tal processo, no entanto, foi retardado pelo “Estado Novo”, em 1937, cuja nova Constituição, no seu artigo 122, garantia o direito de propriedade, que só poderia ser atingido em casos de desapropriação ou por necessidade ou utilidade pública e com indenização prévia. A luta por reforma agrária nesse período foi obstruída por vários fatores, o principal deles, segundo Manuel Correia de Andrade, era a falta de condições de organização da população rural. Para ele, tais condições só surgiriam no Brasil a partir da década de 1940, com a abertura de estradas e difusão dos meios de comunicação.¹⁹¹

Raymundo Laranjeira, analisando o problema da colonização, principalmente a realizada pela importação de mão de obra estrangei-

191 VEIGA, op. cit, p. 19; ANDRADE, Manuel Correia de. Abolição e reforma agrária. São Paulo: Ática, 2001, p. 46-50.

ra no final do século XIX e início do século XX, e da reforma agrária no Brasil, desde uma perspectiva jurídica, afirma que houve duas espécies de relação do imigrante estrangeiro no campo dos direitos pessoais com aquele que oferecia os serviços:

1. Colônias de lavradores estrangeiros instaladas como propriedade em si, com lotes que adentravam o patrimônio dos imigrantes (e assim se caracterizou a colonização no Espírito Santo, como já foi visto anteriormente);
2. As impropriamente chamadas “colônias”, com imigrantes que lavriavam a terra na condição de empregados rurais, não moravam em um “fundus” próprio, mas em fazendas de outrem, em núcleos privados. “Colônia” aí seria simplesmente o aglomerado de imigrantes, chamados colonos. Tal foi o que ocorreu em São Paulo, por exemplo.

Ainda para Raymundo Laranjeira, a imigração caracterizou-se, enquanto mão de obra, como contrato de emprego agrário através do colonato e, enquanto ocupação do território, como colonização, ou seja, ocupação de área rural. Enquanto colonização, efetivou-se basicamente em terrenos públicos, visando ao povoamento e à produção. Tal processo caracterizou-se pelo assenhramento da terra que estava sob pertença do ente público. O autor chamou esse processo de “despublicização da terra”, ou seja, retirou-se do poder público os terrenos vazios e sem expressão econômica. No sul do Espírito Santo, a maioria das iniciativas de colonização foi realizada pelo poder público com esta característica de “despublicização” das terras em vista de ocupação territorial, aumento de produção agrícola e conseqüente valorização das terras. Para o autor citado, a colonização efetivada no Brasil entre 1930 e 1960 foi marcada pelo empirismo e fracasso das disposições legais

que criaram as Colônias Agrícolas Nacionais, em 1938, e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, em 1954.¹⁹²

Considerando os conceitos acima, pode-se considerar o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro como uma obra de colonização na qual os colonos tornaram-se proprietários, e não propriamente uma reforma agrária, que envolveria uma reestruturação fundiária muito mais ampla. Enquanto obra de colonização, diferencia-se das mais conhecidas no sul do Espírito Santo por ter sido uma obra realizada por particulares, mais exatamente, uma sociedade entre um leigo e um membro de uma ordem religiosa. Efetivamente, quem levou a cabo a obra foi a Ordem dos Agostinianos Recoletos, que, liquidando a dívida de Fr. Manoel, garantiu não só a sua parte na propriedade, mas permitiu que o projeto fosse efetivado. Diferencia-se de outras no sul do Espírito Santo, pois não representou uma “despublicização” da terra, não teve como objetivo principal o povoamento, mas, ao ser dividida, obviamente isso se tornou uma consequência para a região. E conforme pode-se perceber, nas décadas de 1910 a 1940 as discussões sobre a reforma agrária e a efetivação de muitos projetos estiveram na pauta do dia das notícias e dividiram opiniões e grupos políticos entre os favoráveis e os que a temiam, tanto no Brasil como em várias outras partes do mundo.

Já se tratou anteriormente que o projeto de colonização da Fazenda do Centro, cuja efetivação teve à frente Fr. Manuel Simón, não somente não foi o primeiro, pois o próprio governo criara vários núcleos oficiais, inclusive no sul do Espírito Santo, como nem sequer foi o primeiro entre os núcleos coloniais de iniciativa particular. D. Cavati, em sua obra “História da Imigração Italiana no Espírito Santo”, faz breves referências às colônias particulares, entre as quais enquadra a co-

192 LARANJEIRA, Raymundo. Colonização e reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 22-23, 26.

lônia da Fazenda do Centro. Dentre as colônias de iniciativa particular, ele cita as realizadas pela firma Duarte & Beiriz, estabelecida em Ico-
nha, no sul do Espírito Santo, em 1879. Seus proprietários, Sr. José Gon-
çalves da Costa Beiriz e Antônio José Duarte, latifundiários, dividiram
as suas próprias fazendas em pequenos lotes “e os venderam a preços
módicos e a longo prazo aos colonos italianos, fornecendo-lhes ainda
os meios de trabalho”.¹⁹³ Iniciaram suas atividades negociando com
os colonos do 3º Território da Colônia de Rio Novo. Ainda em 1879,
o Sr. Beiriz, sócio da firma, comprou uma fazenda, chamada “Olaria”
e dividiu-a, estabelecendo ali 33 famílias, em sua maioria de italianos.
Em 1880, comprou uma outra, denominada “Tocaia”, dividindo-a e
estabelecendo 17 famílias de italianos, vendendo-lhes os lotes para se-
rem pagos em dez anos. A firma fornecia-lhes alimentação e também
emprestava dinheiro a prazo de dois anos. Em 1888, o Sr. Beiriz com-
prou uma sesmaria chamada “Duas Barras”, instalando aí 50 famílias
italianas, vendendo-lhes gêneros alimentícios e ferramentas. Em 1890,
foi comprada a sesmaria “Crubixá”, onde foram instaladas 30 famílias
italianas. Em 1894, a firma comercial Duarte & Beiriz comprou 500
alqueires em “Virgínia”, e os dividiram em 90 lotes. Em 1901, o Sr.
Beiriz comprou a Fazenda Monte Belo e ali foram estabelecidas 400
famílias italianas. O Sr. Beiriz faleceu em 1911 e seus filhos continua-
ram a mesma atividade. Em 1911, o Sr. Duarte, o outro sócio, comprou
30 alqueires de terra num lugar chamado “Córrego dos Lopes”, onde
foram estabelecidas dez famílias italianas; em 1914, 650 alqueires das
fazendas “Jaracatiá” e “Pongal”, onde instalou mais de 50 famílias, em
sua maioria italianas. O colono se comprometia em vender o seu café à
firma, que lucrava com o produto. Ao entregar o café à firma, o colono
também amortizava parte da dívida. “Havia assim entendimento entre
capital e trabalho com lucro para ambas partes”, afirma D. Cavati. No

193 CAVATI, João Batista. História da Imigração Italiana no Espírito Santo, 1973, p. 51.

início do século, a firma Duarte & Beiriz foi uma das mais ricas do Estado.¹⁹⁴ Tais informações fornecidas por D. Cavati são dignas de uma pesquisa mais aprofundada para averiguar a veracidade dos dados. É interessante, no entanto, observar que, quando a Fazenda do Centro foi adquirida por Fr. Manoel Simon e o Sr. José Mariano Sobrinho, a Firma Duarte & Beiriz já tinha 30 anos de existência e prática em comprar terrenos, dividi-los em lotes a serem pagos a preços módicos, fornecendo alimentos e instrumentos aos colonos, que se comprometiam em entregar-lhes a produção do café. Era uma firma com fins lucrativos. Fr. Manoel Simón e Fr. Máximo Tabuenca atendiam, no início do século XX, as paróquias de Guarapari e Anchieta, onde ficava a ex-colônia de Rio Novo e, nela, Iconha, sede da Firma Duarte & Beiriz. Ambos utilizaram-se dos serviços da firma. Dentre os recibos relativos à compra da Fazenda do Centro pelos frades encontram-se dois emitidos pela firma. No mais antigo deles, dado a Fr. Máximo Tabuenca, consta o recebimento de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis), no dia 31 de dezembro de 1910, em Iconha, relativo a uma ordem de pagamento. O outro recibo foi dado a Fr. Manuel Simón, no valor de 1:125\$000 (um conto e cento e vinte cinco mil réis), no dia 21 de setembro de 1912, em Iconha, relativo a pagamento ao Banco Hypotecário e Agrícola do Estado do Espírito Santo (esse era o valor das parcelas da hipoteca a serem pagas ao banco). Tais recibos mostram que os frades conheciam a firma, utilizavam-se de seus serviços e, dadas as semelhanças entre os procedimentos de colonização utilizados pela firma e o projeto do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, provavelmente, Fr. Manoel Simón tenha imitado parcialmente tais procedimentos. Parcialmente, pois a semelhança se dá quanto à divisão em lotes de dez alqueires, ao fornecimento de alimentos e ferramentas aos colonos, ao prazo longo de cerca de dez anos para iniciar a quitar a dívida. A diferença se nota

194 *Ibid.*, p. 51-52.

quando se constata que os frades não exigiram dos colonos a produção do café para sua comercialização. A amortização da dívida dos colonos foi feita em dinheiro ou com a produção; não há registros de cobrança de juros e, como se disse no capítulo anterior, fala-se até que alguns colonos não pagaram integralmente os lotes recebidos. É possível afirmar que o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, “idealizado” por Fr. Manuel, não surgiu de uma iniciativa exclusiva do frade, nem de um instante de genialidade, mas foi inspirado em longos anos de prática e experiência das colônias oficiais e alguns anos de uma prática muito lucrativa da firma Duarte & Beiriz. Os princípios capitalistas da firma, porém, não eram os mesmos do frade. Pretende-se no próximo item abordar um pouco dos tipos de capitalismo envolvidos no processo de colonização e imigração no sul do Espírito Santo e na compra e divisão da Fazenda do Centro, ou seja, na efetivação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro.

3.2 As relações econômicas na colonização e imigração no sul do Espírito Santo

Quando se trata de uma abordagem sobre o capitalismo é importante levar em conta as observações de Fernand Braudel com relação aos termos “capital”, “capitalista” e “capitalismo”. Como alerta esse autor¹⁹⁵ sobre a palavra capitalismo, “é impossível de empregar sem anacronismo censurável antes da era industrial”. As palavras “capital”, “capitalista” e “capitalismo”, segundo F. Braudel¹⁹⁶, são inseparáveis e solidárias.

195 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 2, p. 199.

196 *Ibid.*, p. 200.

A palavra “capital” emerge nos séculos XII-XIII aproximadamente, significando os fundos, o estoque de mercadorias, a massa monetária, o dinheiro que rende juros. Com o passar do tempo, tende a significar o “dinheiro de uma sociedade ou de um mercador”.¹⁹⁷ O termo “capitalista” data de meados do século XVII, consistindo em uma entre uma centena de outras palavras para designar os ricos. “Detentores de fortunas pecuniárias é o sentido estrito que a palavra capitalista assume na segunda metade do século XVIII”, equivalendo cada vez mais a manipuladores de dinheiro e a fornecedores de fundos, empregando-os para obterem ainda mais dinheiro. Somente no século XIX designa o empresário e investidor. Até então, continua agarrada à noção de dinheiro e riqueza em si.¹⁹⁸ O termo “capitalismo” surge somente no século XX, em meio às discussões políticas e como antônimo natural de socialismo.¹⁹⁹

O imigrante que se dirigiu ao sul do Espírito Santo tinha um propósito claro: tornar-se proprietário de um pequeno lote de terra. O seu trabalho seria a forma como iria adquirir e pagar a propriedade. Trouxe consigo fortes elementos culturais, valores morais, normalmente vivenciados em torno da religião, e um grande desejo de formar uma família, e de preferência, numerosa. Os filhos não só eram mão de obra na economia familiar, mas a família numerosa constituía-se também como uma forma de agregação social e comunitária. Para o imigrante o trabalho seria a forma de prover o seu próprio sustento, mas também de acumular alguma reserva para adquirir o seu patrimônio, com o qual iria prover o sustento de sua família. Como normalmente as famílias eram numerosas, o chefe de família via-se também na obriga-

197 BRAUDEL, op. cit., p. 201.

198 Ibid., p. 204-205.

199 Ibid., p. 206.

ção de prover uma herança para os filhos, o que implicava a busca de novas terras.

O processo de imigração de europeus na segunda metade do século XIX para a América e algumas regiões do Brasil, entre as quais, o sul do Espírito Santo, não foi um fato isolado da economia mundial. Vivia-se naquele período a euforia da chamada segunda revolução industrial, que transformou as relações econômicas, impondo de vez as relações capitalistas na indústria e no comércio mundial. Nessas transformações, o camponês foi certamente o mais afetado, espoliado e expropriado, tornando-se mão de obra sobrando, pouco qualificada para os novos padrões econômicos.

Alguns autores como Karl Marx, Max Weber, Richard H. Tawney, Amintore Fanfani e Fernand Braudel trataram do processo de espoliação e expropriação dos camponeses neste avanço e gradativa imposição das relações capitalistas; procuraram compreender a gênese e expansão do capitalismo e as diferentes formas com que esse se concretizou. A partir desses autores, procurar-se-á compreender melhor a imigração no sul do Espírito Santo e algumas relações econômicas envolvidas na formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro.

Um conceito investigado por Karl Marx no final do primeiro volume de “O Capital” é o de “acumulação primitiva”. Para ele, “[...] a acumulação do capital pressupõe a mais valia; a mais valia a produção capitalista e, esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias.”²⁰⁰ A acumulação primitiva, no entanto, é um processo anterior à acumulação capitalista, e consiste em “uma acumulação que não decorre do modo

200 MARX, Karl. O capital, 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. livro 1. v. 2. p. 828.

capitalista de produção, mas é seu ponto de partida”.²⁰¹ Tal processo se caracteriza pela acumulação de riqueza por uma elite, gerando uma população “vadia”, que nada mais teria senão a sua “própria pele” para vender, ou seja, a sua força de trabalho. K. Marx chama a isso de “o pecado original da economia”. Essa população vadia forma a grande massa pobre, cada vez mais pobre, uma vez que só tem sua força de trabalho para vender. No outro polo do processo está a riqueza de poucos, que não trabalham; no entanto, tal riqueza cresce continuamente. As formas históricas de acumulação primitiva, para K. Marx, se sustentaram na violência, ou seja, na conquista, escravização, rapina e no assassinato.

O processo de imigração e colonização do sul do Espírito Santo traz muitas marcas de violência, não necessariamente sangrenta, uma vez que o camponês, principal imigrante para aquela região, era aquele que se retirou de sua terra por não encontrar lá condições adequadas de trabalho e, normalmente, por encontrar-se empobrecido e espoliado pelas transformações econômicas da segunda metade do século XIX. Marcas de violência podem ser encontradas também na forma enganosa com que a propaganda colonizadora foi realizada, sobretudo no norte da Itália. Quando tais imigrantes chegaram ao Espírito Santo, depararam-se com outra realidade, muito diferente da anunciada, e uma infraestrutura econômica e governamental (e levando-se em consideração a profunda religiosidade daqueles imigrantes, pode-se incluir aqui também o eclesial) extremamente precária e incapaz de assegurar-lhes condições básicas de vida e trabalho. Tornou-se necessário um esforço quase sobre-humano para que a precariedade da infraestrutura econômica e burocrática assumisse formas mais adequadas. A imensa luta contra a natureza hostil aliou-se aos inúmeros conflitos entre os

201 Ibid.

imigrantes e os agentes responsáveis pela imigração. Ainda assim, a maioria daqueles imigrantes conseguiu poupar, acumular, e muitos adquiriram os lotes nas áreas de colonização.

K. Marx²⁰², no entanto, afirmou que “[...] os meios de produção e os de subsistência, dinheiro e mercadoria em si mesmos não são capital.” Para que se estabeleça relações capitalistas, faz-se necessário duas espécies de possuidores de mercadoria, não só em contato entre si, mas em confronto:

1. O proprietário de dinheiro, de meios de produção e de subsistência, empenhados em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia;
2. Trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e de trabalho.

Além disso, são necessárias algumas condições básicas para que exista propriamente uma produção capitalista. Dessas, a essencial é a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. O sistema capitalista passa a existir quando esta dissociação se reproduz em escala cada vez maior.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos.

A chamada acumulação primitiva é apenas um processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção.²⁰³

202 MARX, op. cit., p. 829.

203 Ibid., p. 830.

Diferentemente da imigração italiana em São Paulo, onde inicialmente o imigrante era apenas mão de obra nas grandes fazendas de café, no sul do Espírito Santo, o imigrante em geral conseguiu tornar-se pequeno proprietário. Algumas vezes, necessitava trabalhar como mão de obra nas poucas grandes fazendas da região. Tornou-se pequeno proprietário, pequeno produtor de café, que normalmente envolvia a família na produção, inserido indiretamente no mercado agroexportador. Indiretamente no sentido de que sua produção passava por compradores que comercializavam o produto e eram os que com ele mais lucravam. Como afirma F. Braudel²⁰⁴, “[...] até o século XIX, momento em que se apropriará da produção industrial promovida à categoria do grande lucro, é na circulação que o capitalismo se sente mais em casa.” Assim, seria impróprio falar aí nesse momento de uma acumulação primitiva de capital que dissociaria trabalhador e produção. O imigrante pequeno proprietário adquiriu a duras penas os meios para sua subsistência e os de produção, mas não estava inserido na comercialização em grande escala do produto. A sujeição se deu aí não entre um trabalhador assalariado e o capitalista, mas entre um pequeno proprietário e os comerciantes do seu produto.

K. Marx afirmou, depois de analisar o processo de expropriação dos camponeses ingleses até o século XVIII e o crescimento do processo capitalista de industrialização, que o modo de produção que supõe o parcelamento da terra, a dispersão dos meios de produção, e exclui a divisão do trabalho dentro do mesmo processo de produção, o domínio social e o controle da natureza é limitado, ingênuo e em certo grau geraria os meios materiais de seu próprio aniquilamento, ou seja, tal modo de produção não se sustentaria e seria suplantado pela propriedade capitalista.

204 BRAUDEL, op. cit., p. 200.

A propriedade privada, obtida com o esforço pessoal, baseada por assim dizer na identificação do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é suplantada pela propriedade capitalista, fundamentada na exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente.²⁰⁵

K. Marx parece generalizar e tornar lei universalmente válida o processo capitalista inglês, relacionado com a expropriação do campo, gradativamente transformado em proletário da manufatura e da grande indústria, nos séculos XVIII e XIX. Dentro do período analisado nesta pesquisa, não se percebe ainda que tal modo de produção baseado na pequena propriedade familiar fosse suplantada pela propriedade capitalista.

Ainda K. Marx, em “O Capital”, analisou o processo de colonização dos Estados Unidos. Nessa análise ofereceu alguns elementos que podem ser um suporte de entendimento do fenômeno ocorrido também no sul do Espírito Santo. É preciso, no entanto, alertar para o cuidado com o termo “colônia”, utilizado também por K. Marx, para designar as províncias dos Estados Unidos, enquanto no Espírito Santo, “colônia” designa a área dividida em lotes para assentamento dos imigrantes, de cuja terra ele irá ser proprietário; e em São Paulo refere-se ao conjunto de moradias da fazenda, onde residem os imigrantes, que são aí apenas empregados.

Nas colônias norte-americanas, segundo K. Marx²⁰⁶, o regime capitalista encontrou seu maior obstáculo no produtor, pois esse possuía suas próprias condições de trabalho, enriquecia a si mesmo e não ao capitalista. O fato de ser proprietário de dinheiro, de meios de subsis-

205 MARX, op. cit., p. 880.

206 MARX, op. cit., p. 884.

tência, de máquinas e de outros meios de produção não transforma o homem em capitalista, uma vez que lhe falta aquele assalariado, que vende voluntariamente sua força de trabalho. Assim, “[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas.”²⁰⁷ As colônias nos Estados Unidos possuíam grandes extensões de terras, cujo colonizador podia transformar um pedaço dela em sua propriedade e meio individual de produção. Para K. Marx²⁰⁸, essa era a razão do florescimento destas colônias, mas também do “mal que as devora, sua resistência à colonização do capital”. Não havendo a dissociação entre o trabalhador e suas condições de trabalho, não havia também a separação entre agricultura e indústria e nem ainda havia se destruído a indústria doméstica rural. Além disso, a produção capitalista não só reproduz o assalariado, mas necessita produzir também a superpopulação de assalariados para que a lei da oferta e da procura de trabalho fique sob controle, a oscilação salarial seja mantida nos limites convenientes à exploração e seja garantida a dependência social do trabalhador para com o capitalista. Nas colônias dos Estados Unidos, a população cresceu rapidamente com trabalhadores já adultos. Há, no entanto, escassez no mercado de trabalho, pois a lei da oferta e da procura não funciona nas colônias de acordo com o esquema capitalista.

O assalariado de hoje é o camponês ou artesão independente de amanhã, trabalhando por conta própria. Desaparece do mercado de trabalho, mas não para recolher-se ao asilo de indigentes. Essa transformação constante dos assalariados em produtores independentes, que trabalham para si mesmos e não para o capital e que enriquecem a si mesmos e não o capitalista, repercute de maneira absolutamente desvantajosa sobre a situação do mercado de trabalho.²⁰⁹

207 *Ibid.*, p. 885.

208 *Ibid.*, p. 887.

209 MARX, *op. cit.*, 889.

A oferta de trabalho assalariado nas colônias, portanto, era irregular, inconstante, insuficiente, reduzida e insegura. Por isso, o governo precisou interferir para solucionar a “tendência anticapitalista” das colônias:

O governo fixaria para as terras virgens um preço artificial, independente da lei da oferta e da procura. O imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente. Assim, constitui-se, com a venda de terrenos a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, um fundo extorquido do salário, com a violação da lei sagrada da oferta e da procura. O governo utilizaria esse fundo à medida que crescesse para importar pobres da Europa e assim manter cheio para os senhores capitalistas o mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, tudo seria pelo melhor no melhor dos mundos possíveis. Este é o grande segredo da colonização sistemática.²¹⁰

Para K. Marx, esse preço imposto pelo governo deveria ser suficiente para impedir que os trabalhadores se tornassem agricultores independentes até que outros tomassem seu lugar no mercado de trabalho. Ele chama esse preço suficiente da terra de “[...] dinheiro de resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão de abandonar o mercado de trabalho e ir cultivar a terra.”²¹¹ O trabalhador teria assim primeiramente que criar o capital para o capitalista, para que esse possa explorar mais trabalhadores e, só então, teria que colocar um substituto no mercado de trabalho. Este substituto seria o imigrante, vindo do além-mar às suas custas para servir seu ex-patrão.

210 *Ibid.*, p. 892.

211 *Ibid.*, p. 893.

No sul do Espírito Santo, o processo de colonização e imigração se diferenciou em vários aspectos. Os imigrantes não foram para primeiramente servir de mão de obra nas grandes fazendas. A grande quantidade de terras devolutas atraía o imigrante a buscar ser proprietário do seu lote de terra. Quando serviu de mão de obra, foi para complementar sua renda para adquirir sua terra. Os grandes fazendeiros capixabas não tinham força suficiente para competir com este processo de colonização e muito deles, arruinados, por fim, colaboraram com o mesmo processo, retalhando suas fazendas. O processo analisado por K. Marx nas colônias norte-americanas se assemelha mais à imigração ocorrida no Brasil em São Paulo, onde a tendência foi a de tentar impedir o imigrante de acesso à propriedade da terra, para que servisse como mercado de mão de obra sobrando, do que ao ocorrido no sul do Espírito Santo. Entre os próprios imigrantes, nas primeiras décadas da imigração, devido a uma série de valores culturais comuns e a muitos laços familiares estabelecidos entre eles, prevaleceu um forte espírito de cooperação mútua, troca de favores, intensa vida familiar e comunitária, que propriamente relações capitalistas.

Max Weber realçou mais o aspecto da racionalidade no empreendimento como característica essencial do capitalismo. Para ele²¹², “[...] capitalismo existe lá onde a cobertura das necessidades de um grupo humano, mediante atividades industriais e comerciais, realize-se pelo caminho do empreendimento, não importando a necessidade.” A racionalidade na empresa capitalista se efetiva no cômputo de capitais e no controle da rentabilidade com o auxílio de cálculos da contabilidade moderna e elaboração de balanços. Esta contabilidade racional é a precondição mais geral e necessária para a existência do capitalismo

212 WEBER, Max. A gênese do capitalismo moderno. São Paulo: Ática, 2006. p. 13.

moderno. Além disso, é necessário como pré-condição para o capitalismo moderno:

1. A apropriação de todos os meios materiais de produção (terra, aparelhos, máquinas, ferramentas etc.) como propriedade livre por empresas industriais ou comerciais privadas e autônomas;
2. A liberdade de mercado;
3. A técnica racional, calculável, mecanizada, tanto da produção quanto do transporte, tanto dos custos de produção como também dos custos de movimentação dos bens;
4. O direito racional, ou seja, um aparato judiciário que garanta certa estabilidade e previsibilidade e permita ao empreendimento o ser calculável;
5. O trabalho livre, ou seja, pessoas em condições jurídicas, no entanto, obrigadas a vender livremente sua força de trabalho no mercado;
6. A comercialização da economia, generalizando o uso de títulos de valor para direitos de participação em empresas e patrimoniais, relacionados aí a um outro elemento, a especulação, que ganha importância desde o momento em que tais bens patrimoniais assumem a forma de títulos de valor transferíveis.

Dentre os fatores externos para a gênese e expansão do capitalismo moderno, M. Weber destaca a criação de títulos relacionados com a dívida pública e as hipotecas.²¹³ Outros elementos foram o comércio bursátil, que aumentou a especulação; as melhorias no serviço postal que, uma vez mais seguros, deram maior estabilidade ao comér-

213 WEBER, 2006, op. cit., p. 15-18.

cio racional à distância; o aumento em número e tamanho dos navios de comércio; as melhorias nas estradas, com calçamentos, e, por fim, as ferrovias.²¹⁴ “As ferrovias representam o meio mais revolucionário que a história registra para a economia, não apenas para o trânsito”,²¹⁵ afirma M. Weber.

Como já foi visto anteriormente, no sul do Espírito Santo, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a tendência do imigrante foi a de tornar-se pequeno proprietário, dono de terra e dos implementos para cultivá-la. Não se pode, no entanto, falar em um mercado livre, uma vez que na prática o principal produto comercializado era o café e o imigrante encontrava-se frequentemente comprometido com aqueles que lhes vendiam as terras, quando se tratava de uma colônia particular, ou com algumas poucas firmas de comercialização do produto. O aparato jurídico era frágil e precário, não tendo forças para dar a estabilidade suficiente ao empreendimento. Muitas eram as reclamações dos imigrantes quanto ao aparelho burocrático estatal e jurídico, muitas vezes atrelado aos “mandões da terra”, no dizer do primeiro bispo de Vitória, D. João Batista Correa Nery.

Para M. Weber²¹⁶, a racionalidade característica do capitalismo moderno se concretiza no empreendimento, na contabilidade, na técnica, aliados a uma “mentalidade racional”, a uma racionalização da condução da vida, a um “ethos” econômico racional. Na base do espírito capitalista há um “impulso aquisitivo” por si só universal, mas, no ocidente, legitimável e “racionalmente temperável”, criando estrutu-

214 *Ibid.*, p. 36-39.

215 *Ibid.*, p. 40.

216 *Ibid.*, p. 109-110.

ras racionais como empreendimentos capitalistas.²¹⁷ Para Weber²¹⁸, tal têmpera racional estaria relacionada com o ascetismo intramundano promovido pela reforma protestante, que criou uma  tica muito própria e que posteriormente se libertou dos traços religiosos e se secularizou. Em sua obra clássica “A  tica Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”, M. Weber aprofunda tais ideias. Segundo o autor,   esta racionalidade econômica enquanto cultura, “ethos” e conduta de vida, que se chama “espírito” do capitalismo moderno.²¹⁹ O seu “summum bonnum” consiste no ganhar sempre mais dinheiro, resguardar-se do gozo imediato do ganho, despido de toda perspectiva eudemonista ou hedonista. O “impulso aquisitivo” no “espírito” capitalista não se identifica com a cupidez ou a “auri sacra fames”, tão antigas quanto o próprio ser humano, mas encontra-se aí como potência dominante na orientação da ação econômica. O trabalho é encarado como um dever e uma vocação, uma entrega de si feita pelo indivíduo a uma profissão.²²⁰ A ordem econômica capitalista necessita dessa entrega de si do indivíduo   “vocação” de ganhar dinheiro, sem nenhuma necessidade mais do aval de qualquer força religiosa. A influência religiosa, ao contrário,   sentida como obstáculo à ordem capitalista, semelhante   regulamentação econômica feita pelo Estado.²²¹ Para M. Weber²²², a ordem econômica capitalista atual já se tornou um imenso cosmos, dentro do qual o indivíduo já nasce e para o qual ele já se manifesta como fato, como uma crosta (“Geh use”) que tal indivíduo não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Ou seja, o indivíduo no mundo moderno, preso nas redes do mercado, está condenado ao cosmos capitalista, que lhe impõe

217 *Ibid.*, p. 111.

218 *Ibid.*, p. 122-123, 127.

219 WEBER, 2006, *op. cit.*, p. 7, 45.

220 *Ibid.*, p. 55-56.

221 *Ibid.*, p. 64.

222 *Ibid.*, p. 45-51.

as normas da ação econômica. Adversário deste “espírito” capitalista, segundo M. Weber, é o que ele chama de “tradicionalismo”, ou seja, “[...] a tendência do ser humano a viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto. Também ele chama esta tendência de a muralha do hábito.”²²³ Fernand Braudel, abordando sobre a situação dos camponeses e o processo de expropriação que sofreram desde o século XVI, não fala propriamente de um tradicionalismo, mas de uma série de possibilidades de resistência ou inércia espontâneas, que fizeram de tal processo uma verdadeira guerra camponesa, “[...] uma guerra estrutural que nunca termina.”²²⁴

A grande maioria dos imigrantes que se dirigiram ao sul do Espírito Santo e que entre os anos de 1910 e 1915 aproximadamente formaram o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro era de origem italiana e de formação religiosa católica. Vieram das regiões do norte da Itália, com grande disposição ao trabalho sistemático e um espírito de poupança em vista do fim ambicionado: ter sua propriedade para nela formar e com ela prover sua família. Como se relaciona esse caráter empreendedor, sistemático, poupador à formação religiosa católica está além da proposta deste trabalho. Alguns daqueles imigrantes tornaram-se comerciantes e mergulharam no cosmos capitalista no qual estavam envolvidos. Entretanto, é de se duvidar que aqueles imigrantes que se tornaram pequenos proprietários estavam impregnados de um “espírito” capitalista. M. Weber²²⁵ diz que “[...] o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é também, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do espírito capitalista, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida.” Para ele ainda,

223 *Ibid.*, p. 53, 55.

224 BRAUDEL, *op. cit.*, p. 220-221.

225 WEBER, 2006, *op. cit.*, p. 67.

A valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como meio ascético simplesmente supremo e, a um só tempo, comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de espírito do capitalismo. E, confrontando agora aquele estrangulamento do consumo com essa desobstrução da ambição de lucro, o resultado externo é evidente: acumulação de capital mediante coerção ascética à poupança.²²⁶

Esta valorização religiosa do trabalho à qual se refere M. Weber era, segundo ele, característica dos protestantes, dentre esses, mais exatamente, os puritanos. A esses se deveria a formação do espírito capitalista, uma vez que a ascese intramundana através do trabalho por eles estimulada, ao longo dos séculos XVII e XVIII se secularizou e adquiriu sua autonomia em relação à religião. Aquilo que antes era um “manto” tornou-se uma dura crosta de aço. Para M. Weber²²⁷, o espírito vitorioso do capitalismo safou-se desta crosta, não precisa mais do arrimo da religião e até mesmo a ideia de “dever profissional” tornou-se um “fantasma das crenças religiosas de outrora.”

A tese central de M. Weber em sua obra “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo” pode induzir afirmações ou conclusões precipitadas com relação ao fato daqueles imigrantes serem dotados de forte empreendedorismo e disposição ao trabalho, mas nem por isso de um “espírito capitalista” por serem católicos ou de tradição católica. Ao contrário, enquanto pequenos proprietários e agricultores, tendem ao que o próprio M. Weber afirmou ser o maior inimigo do

226 Id. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p. 156.

227 Ibid., p. 165.

“espírito” capitalista: o tradicionalismo. Nas colônias, os valores que se impunham como orientadores da vida daqueles imigrantes eram: propriedade, trabalho, família e religião, essa, normalmente, católica. A preocupação maior dos colonos ao se dar início a uma nova colônia era, antes mesmo de suas próprias casas, construir a igreja, que funcionava como um catalisador da cultura, da moral e da vida social e comunitária.

R. H. Tawney considera como deficiência da obra de M. Weber a sua omissão a qualquer referência católica pós-Reforma. Além disso, se no século XIX a ideia de que “[...] o comércio é uma coisa, religião é outra” apresentava-se como certeza inquestionada, sobretudo na Inglaterra, outrora, no entanto, foi encarada como uma audaciosa novidade.²²⁸ Essa novidade encontrou muitas repercussões e um grande corpo doutrinal antitético, encarnado nos costumes e na lei, desde o final da Idade Média. É o que Tawney chama de “Background” medieval, a permanência tensa da relação ética entre as questões econômicas e teológicas. “Foi apenas pouco a pouco, e após um conflito não somente confinado ao papel, que afetou a transição do status de um paradoxo odioso ao de uma verdade incontestada”.²²⁹ Para R. H. Tawney²³⁰, é difícil apreciar até que grau a religião influenciou a perspectiva dos homens face à sociedade, pois também as mudanças econômicas e sociais influíram enormemente na religião. Segundo esse autor, Weber não indagou até que ponto a Reforma foi uma resposta às necessidades sociais, nem investigou as causas e consequências da mentalidade religiosa que analisou com bastante discernimento. Ainda para ele, Weber não levou em conta que se o puritanismo ajudou a moldar uma ordem

228 TAWNEY, Richard Henry. A religião e o surgimento do capitalismo. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 11-12.

229 Ibid., p. 14.

230 Ibid., p. 18-19.

social, também foi “crescentemente moldado por ela”. Na conclusão de sua obra, R. H. Tawney afirma que, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, as igrejas cristãs renunciaram a setores da conduta econômica e da teoria social que elas reivindicavam há muitos séculos como domínio específico seu. Até a Reforma, a economia era compreendida como um ramo da ética, que, por sua vez, era um ramo da Teologia. “Todas as atividades humanas são tratadas como integradas em um único esquema, cujo caráter é determinado pelo destino espiritual da humanidade.”²³¹ Apelava-se então à lei natural e não à utilidade; a legitimidade das transações econômicas era julgada segundo os padrões morais do ensino tradicional da Igreja Cristã e não em relação aos movimentos dos mercados. Com a secularização ocorrida de forma mais intensa nos séculos posteriores à Reforma, a religião perdeu seu papel de pedra angular que mantém unido o edifício social e torna-se um simples “departamento”. A ideia de retidão foi substituída pela conveniência econômica como árbitro da política e critério de conduta. Acentuou-se o dualismo entre os aspectos religiosos e seculares, como áreas paralelas e independentes, governadas por leis diferentes, julgadas por padrões diversos e submetidas a autoridades diversas. Assim, nas sociedades modernas, segundo R. H. Tawney, há uma oposição acirrada e mesmo uma forte negação dos princípios cristãos e a obtenção de riquezas materiais tornou-se o objeto supremo do esforço humano e o critério final do sucesso econômico.²³²

Esforço por obtenção de riquezas nos imigrantes do sul capixaba é patente, levando-se em conta que isso foi o motivo primeiro que os levaram a sair de sua terra de origem e deslocar-se para o Brasil. Riqueza

231 *Ibid.*, p. 259.

232 TAWNEY, *op. cit.*, p. 265.

que consistia na propriedade da terra, no seu cultivo pelo seu trabalho. No dizer de F. Braudel²³³, “[...] a terra não é imediatamente a nobreza, mas é o caminho para a nobreza, uma promoção social.” Fugir da pobreza e buscar meios de ascender socialmente é o que se pode perceber com clareza nos imigrantes. Em que grau a religião influenciou nesse comportamento, até que ponto regulamentou o modo de lidar com tal riqueza e nas formas de sua obtenção, ou ainda, até que ponto também naqueles imigrantes existia o dualismo entre a religião e a vida econômica, são elementos difíceis de precisar. Amintore Fanfani, que escreveu em 1933 a sua obra “Capitalismo, Catolicismo, Protestantismo”, também afirma que a relação entre capitalismo e religião é pouco clara.²³⁴ Para ele, no entanto, é possível perceber uma influência indireta das religiões sobre as “formas” de capitalismo, seja como doutrina seja como organização. Segundo ele²³⁵, tanto os historiadores como M. Weber consideraram a religião mais como um sistema moral do que como um conjunto de organizações eclesiásticas; ou seja, não consideraram tanto as relações entre a atividade dos órgãos administrativos da religião considerada e as circunstâncias que favoreceram o desenvolvimento do capitalismo.

A. Fanfani apontou algumas características do capitalismo, mais como tendências que como leis determinantes, o que torna igualmente vago o seu conceito. Para ele, o capitalismo consiste no regime de atividade econômica justificado por indivíduos que entendem a vida econômica em função do máximo lucro pessoal com o mínimo dispêndio. Tal regime tende a eliminar as resistências naturais, sociais e humanas que impedem esse máximo lucro e o mínimo dispêndio e tende a fortalecer as forças naturais, sociais e humanas que o facilitam. O sistema

233 BRAUDEL, op. cit., p. 217.

234 FANFANI, Amintore. *Capitalismo, catolicismo, protestantismo*. Lisboa: Áster; São Paulo: Flamboyant, [196-?]. p. 9.

235 *Ibid.*, p. 10-11.

capitalista entrega à ação dos seus sujeitos representativos o controle de todos os aspectos da vida humana de forma a ignorar os indiferentes ao triunfo da organização econômica, a combater ou reformar os obstáculos em vista do seu triunfo e a exaltar e fortalecer os favoráveis à organização. Em relação a outros princípios tradicionais, esse sistema exalta a iniciativa pessoal e condena todos os princípios ou instituições que o limitam ou reprimem, favorecendo o individualismo; exalta a busca das novidades técnicas e institucionais que aumentem o rendimento; quanto à vida pública, ora se apóia no liberalismo, ora no intervencionismo, conforme o momento histórico; e, por fim, agrega uma doutrina hedonista e materialista. Quanto às conquistas técnicas no campo da produção e da circulação da riqueza, o capitalismo estimula a máxima mobilização de capital, o máximo aproveitamento das forças de trabalho, naturais e humanas, a racionalização total da estrutura do trabalho, a concentração das empresas, a diversificação dos produtos, a influência sobre os gostos dos consumidores, a unificação ou ampliação dentro e fora das fronteiras políticas e a disciplinização da concorrência, mediante a redução dos riscos. Além disso, tal sistema procurou subordinar o desenvolvimento da vida pública ao êxito da racionalização econômica de forma a que as forças dirigentes da vida econômica dominassem as da vida política, tanto da vida política interna quanto internacional. Por fim, para A. Fanfani, o sistema capitalista sacrificou os interesses não produtivos, inclusive os espirituais, seja dos dirigentes dos estados, dos seus colaboradores, dos consumidores ou da própria coletividade à produtividade.²³⁶

Se se considerar o sistema mais amplo, pode-se concordar com A. Fanfani em muitos aspectos, levando em conta que toda política imigrantista visava dentro das discussões da época a um melhoramen-

236 FANFANI, op. cit., p. 17-18.

to da raça, uma forma de povoamento, mas, acima de tudo, fornecer mão de obra para os grandes fazendeiros. Muitas foram as discussões sobre isso, mas na prática no sul do Espírito Santo representou uma racionalização deficitária, insuficiente, que levou ao suor, às lágrimas e ao sacrifício de milhares de pessoas e famílias inteiras. Se o imigrante em geral tinha um modo de ser carregado do “background” medieval, de valores tradicionais, o macrossistema no qual ele estava envolvido já era capitalista e já absorvia também as forças dirigentes dos países envolvidos no processo migratório em função da racionalidade econômica.

Na formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, observam-se diferentes interesses; alguns, no entanto, se complementam. De um lado, o grupo de religiosos estrangeiros agostinianos, representados na figura de Fr. Manoel Simón, que esteve à frente do projeto e de sua execução, auxiliado por Fr. Máximo Tabuenca. Para os religiosos, a formação do núcleo colonial tinha dois objetivos: prover a instituição, a Ordem dos Agostinianos Recoletos, de um patrimônio, que viesse depois servir às suas necessidades; e ajudar os imigrantes que estavam se dispersando a encontrar novas terras que pudessem cultivar e prover o seu sustento e de suas famílias e, evitando a dispersão, manter suas tradições, cultura e religiosidade. Esse último objetivo era também o dos imigrantes: solucionar o problema do esgotamento das terras onde se encontravam e encontrar terras mais férteis para cultivar. O desejo dos frades era prover a instituição de uma propriedade; o dos imigrantes, era ser o proprietário das terras. Entre os meios utilizados para a aquisição da Fazenda do Centro, como foi visto no capítulo anterior, encontram-se: a acumulação financeira, tanto por parte dos frades como dos imigrantes, uma vez que os frades ao comprar as terras utilizaram o caixa da residência de Anchieta, e alguns imigrantes pagaram parcelas das terras em dinheiro; empréstimos tanto feito por imigrantes aos frades como a hipo-

teca feita posteriormente para tentar garantir a execução do projeto; adiantamento de pagamento das terras, para que houvesse capital suficiente por ocasião da compra; notas promissórias a juros pesados, difíceis de serem liquidados. Quando Fr. Manoel insiste na compra da Fazenda do Centro porque havia já dado a palavra, observa-se aí a permanência de valores tradicionais acima de uma visão capitalista: vergonha não é não ter dinheiro suficiente, mas não cumprir com a palavra dada. Há muitas interrogações que necessitariam de um estudo mais aprofundado e novos documentos para serem respondidos. Depois de solucionada a dívida entre os anos de 1910 e 1913, Fr. Manuel pôde investir nos equipamentos da fazenda. Os investimentos iniciais se direcionaram para o cultivo da cana e fabricação de cachaça como atividade principal. O cultivo do café inicialmente era atividade exclusiva dos colonos. Provavelmente, o cultivo de cana para fabricação de cachaça se deva ao fato de ser uma cultura de lucro mais imediato, uma vez que aos frades competia, nos primeiros anos, a manutenção daquelas famílias. Essas tinham um período de carência para iniciar o pagamento dos lotes, com a produção de suas terras. O investimento em café só se efetivou por parte dos frades a partir de 1927. Enquanto os colonos investiam em uma cultura que visava ao mercado agroexportador, os frades investiram em um produto de comércio e consumo local, portanto, de retorno mais imediato do investimento realizado.

As características do capitalismo apontadas por K. Marx, M. Weber, F. Braudel, R. H. Tawney e A. Fanfani podem ser observadas e discutidas quando se trata de um sistema amplo e geral. À medida em que se reduz o foco a uma região, como o sul do Espírito Santo, ou a um caso específico, como o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, muitas das características já não se percebem mais ou não são tão claras ou estão permeadas de permanências de um mundo ainda não totalmente absorvido pelo capitalismo. Se há algum capitalismo

tal como pensado por K. Marx ou M. Weber no sul do Espírito Santo, ao que tudo indica, esse não se encontrava entre aqueles colonos, pequenos proprietários, nem naquele projeto colonial da Fazenda do Centro.

Considerações finais

A imigração estrangeira é um fenômeno de larga extensão no Brasil. Como afirma Marc Bloch²³⁷, “[...] o historiador é necessariamente levado a nela [a imensa e confusa realidade] recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas [...] é obrigado a fazer escolhas.” Dentro desse fenômeno de grande extensão, optou-se pela imigração italiana. Mesmo essa, no Brasil, ocorreu em larga escala e de formas muito distintas nas diferentes regiões, principalmente no sul e sudeste. Mais uma vez, para focalizar melhor a pesquisa e não ficar simplesmente nas generalidades, o objeto foi novamente recortado: a imigração italiana no sul do Espírito Santo. Embora tenha ocorrido a imigração nas regiões ao norte desse Estado, no sul ela foi mais intensa, basicamente de imigrantes italianos e porque aí estava o objeto mais específico desta pesquisa: o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro.

O historiador não é obrigado a fazer apenas um recorte do objeto, mas também do tempo estudado. Nesta pesquisa, o período abarcado vai da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O período mais focalizado são os anos que vão

237 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 52

de 1909, quando a Fazenda do Centro foi adquirida por Fr. Manuel Simón e seu sócio, o Sr. José Mariano Sobrinho, até 1915, quando foram solucionadas as pendências que ameaçaram o projeto e Fr. Manuel pôde investir no Núcleo Colonial e prosseguir com seu projeto. Para se compreender melhor o objeto, a saber, o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, foi necessário um recuo temporal. Não se poderia compreender a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro sem situá-lo no fenômeno da imigração italiana no Brasil, no Espírito Santo e, mais especificamente, no sul do Espírito Santo. Não se teria como compreender o objeto estudado sem levar em conta algumas especificidades da colonização no Estado, anterior ao fenômeno da imigração estrangeira, como o seu isolamento, o número reduzido de habitantes, normalmente situados na costa litorânea. A imigração estrangeira está relacionada com dois objetivos pretendidos na época: a depuração racial e a substituição da mão de obra escrava pela livre. A formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro seria incompreensível se não se considerasse o despreparo dos latifundiários capixabas do sul do Estado para a substituição da mão de obra, que levou ao retalhamento de grandes e antigas fazendas. O produto gerador de riqueza na época era o café. Com a imigração, a produção no Estado sofreu um forte impulso e crescimento. Diferentemente do Estado de São Paulo, a produção de café no Espírito Santo está sustentada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Mais uma vez, essa foi uma das razões que levou imigrantes ao sul do Estado, quando sentiram as terras a perder sua fertilidade e a produção a decrescer, apesar da crise em que se encontrava o preço do café, a buscar novas terras mais férteis, onde pudessem cultivar a lucrativa rubiácea.

Nesta rede de fatos e situações, entrou para compor o nó dos acontecimentos um grupo de frades agostinianos recoletos espanhóis, que haviam trabalhado nas Ilhas Filipinas, mas de lá foram expulsos devido à vitória norte-americana na guerra hispano-americana no final

do século XIX. Assim como em geral toda a estrutura social e política do Estado do Espírito Santo, a situação da Igreja Católica não era das melhores, mas encontrava-se em fase de reorganização institucional. No final do século, criou-se a diocese de Vitória e seu primeiro bispo, D. João Batista Corrêa Nery, apelou para aquele grupo de frades para realizar um trabalho missionário em sua nova diocese. Às pressas, sem projeto, rapidamente os frades agostinianos recoletos se instalaram no Estado. Como a boa vontade não foi suficiente, das áreas cedidas, só ficou, ainda na primeira década do século XX, aquela que envolvia as colônias italianas no sul do Estado. Na malha dos acontecimentos, do encontro dos frades com os imigrantes surgiu o projeto do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, em meio a incertezas, dúvidas, dores, angústias, dívidas.

Ainda Marc Bloch²³⁸ afirma que “[...] o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor, os homens.” Assim, quando se estuda o passado, não se busca simplesmente o conhecimento de fatos, mas dos homens, de tal forma que a própria história pode ser definida, como a definiu Marc Bloch, como “ciência dos homens no tempo”²³⁹, este tempo compreendido como um “continuum”, uma perpétua mudança. Compreendendo a história assim, a pesquisa realizada deixa claro que os homens são seus agentes construtores, agentes existenciais por um lado: sonham, planejam, desejam uma vida melhor, carregam consigo valores, crenças; para alcançar o que desejam, trabalham, suam, lutam contra a natureza hostil, adoecem, desgastam-se no trabalho, padecem fome, sede, frio, criam redes de sociabilidade e laços comunitários. Isso dentro de estruturas ambientais, geográficas,

238 BLOCH, op. cit., p. 54.

239 *Ibid.*, p. 55.

sociais, políticas, eclesiais que muitas vezes limitam, influenciam, condicionam os projetos existenciais.

Mais uma vez, é Marc Bloch²⁴⁰ quem diz que há duas formas de ser imparcial, a do cientista e a do juiz. Obviamente, a tarefa do historiador não se identifica com a de juiz da história, consiste na tentativa de ser imparcial à maneira do cientista, cuja pesquisa nunca está totalmente acabada e sempre pronta a ser superada. Na condição de cientista, mas de cientista que lida com o conhecimento sobre os homens no tempo, “[...] uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: compreender [...] Jamais compreendemos o bastante.”²⁴¹ Dessa forma, esta pesquisa não se colocou na postura de juiz da história, mas através dela buscou-se conhecer e compreender melhor a figura do imigrante no sul do Espírito Santo, suas aspirações predominantes, seu conjunto de valores que nortearam sua vida, a forma como enfrentou os obstáculos para realizar seu principal sonho: o de ser um pequeno proprietário de terra, para nela formar sua família. Pretendeu-se investigar as razões e circunstâncias que levaram um frade a adquirir uma grande extensão de terra e dividi-la para imigrantes italianos e prover sua instituição com um patrimônio, mesmo que para efetivar tal projeto colocasse em jogo seu nome, arriscando tudo para levar avante o sonho. Uma vez concretizado e depois de muitas angústias e dissabores, que retardaram o andamento do projeto, seu personagem mais destacado, Fr. Manuel Simón, pôde em seus últimos anos na Fazenda do Centro vê-la crescer em produtividade e naquilo que era seu trabalho primeiro: o apostolado. A Fazenda adquirida não se tornou apenas um centro de produção econômica, mas também de vida espiritual

240 Ibid., p. 125.

241 Ibid., p. 128.

para todos os colonos e as vizinhanças; tornou-se uma referência de vida cristã católica em toda a região.

Hegel, embora com uma visão teleológica da história, vê o desenrolar histórico, no entanto, de forma dialética. Nesta dialética, o indivíduo é sujeito da história, sempre em relação à sociedade à qual pertence. “Cada indivíduo também é o filho de um povo em uma fase de seu desenvolvimento. A pessoa não pode passar por cima do espírito de seu povo, assim como não pode passar por cima da terra”²⁴². Assim, tanto aqueles imigrantes quanto os frades agostinianos recoletos, ao deixar seus países, correram atrás de realizar suas aspirações. Levaram consigo todas as suas tradições, seus esquemas mentais, sua cultura. Ao se depararem com um novo ambiente, uma nova situação política, social, cultural e econômica, com os referenciais anteriores moldaram e construíram a sua história. Para Hegel²⁴³, existem alguns indivíduos especiais na história, que ele chamou de “homens históricos” ou “indivíduos históricos”, que “[...] são aqueles que apreendem uma proposição universal elevada [...], fazem-na seu objetivo e realizam esse objetivo em conformidade com a lei mais elevada do espírito.” Em escala muito menor, Fr. Manuel Simón foi, naquele lugar e naquelas primeiras décadas do século XX, um destes “homens históricos”, que assumiu para si os anseios de alguns imigrantes ou seus descendentes diretos; viu-se impelido a dar-lhes um norte ante os problemas que enfrentavam; abriu veredas de esperança para algumas famílias que nele confiaram. Isso teve um custo muito elevado de responsabilidade, mas, apesar de todas as dificuldades encontradas, o projeto efetivou-se. Hegel também considera o indivíduo como um objeto da história, aquele que está sob o domínio das forças naturais e da provisoriedade

242 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A razão na história: uma introdução geral à filosofia da História. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001. p. 77.

243 Ibid., p. 78.

do tempo que foge.²⁴⁴ Fr. Manuel Simon não foi um iluminado que idealizou um projeto inédito e único. Tudo o que fez foi baseado em experiências anteriores e seguindo certos padrões da época. Na tentativa de exaltar sua coragem, sua persistência, sua teimosia em levar avante o Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, quase fizeram dele um mito e do seu projeto, um modelo a ser imitado. Vinte anos após sua retirada da Fazenda do Centro, Fr. Manuel Simón faleceu e a partir daí construiu-se a ideia do Núcleo como “uma verdadeira reforma agrária” e o “primeiro” do Brasil. Uma análise mais apurada deita por terra tal ideia e um Fr. Manuel Simón, líder carismático e ousado, retorna à sua humanidade, cheia de incertezas, dúvidas, anseios, noites mal dormidas de preocupação, e temores ante compromissos de difícil solução.

Agnes Heller, ao aprofundar sobre as estruturas da vida cotidiana, a define como a vida de “todo” homem, do homem inteiro, na qual está envolvida toda sua personalidade e individualidade; a vida heterogênea, de espaços e atividades diversas, como lazer, vida privada, trabalho e atividade social; como aquela que não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico. Vida cotidiana é aquela do indivíduo único e irrepetível, cujas necessidades o torna consciente do seu “eu” e o faz um ser em relação a uma comunidade, um grupo social e cultural, no qual está imerso; aquela que está carregada de escolhas e alternativas, frequentemente em conflito e contradição; aquela que está caracterizada pela espontaneidade, pela probabilidade entre a ação e suas consequências e permeada de pré-juízos, sobre os quais o indivíduo se orienta e atua, pela “imitação”, ou seja, pela assimilação dos costumes e dos papéis sociais.²⁴⁵ Uma história do cotidiano está fora dos propósitos desta pesquisa, mas a mesma faz com que venham à

244 Ibid., p. 82.

245 HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 17-36

tona as características existenciais dos seus sujeitos, tanto os imigrantes como os frades agostinianos recoletos, mais exatamente, Fr. Manuel Simón. Algumas fontes utilizadas, como os relatos do Sr. Orestes Bissoli, o diário do bispo D. João Batista Corrêa Neri e as Crônicas dos frades, faz com que apareçam vários aspectos da vida cotidiana desses sujeitos: vida familiar, relações de trabalho, análise da realidade desde o seu ponto de vista, crenças, preconceitos e a linguagem própria de cada um deles. O Sr. Orestes Bissoli escreveu como um homem pobre, vencedor pelo trabalho, que, em meio às lutas num ambiente estranho e hostil, sente frio, fome e chora de saudade da família, quando não é reconhecido pela mãe. O bispo escreveu como um pastor que visita suas ovelhas dispersas, aos cuidados de outros pastores nem sempre dedicados, alguns dos quais verdadeiros mercenários; como aquele que está diante de uma nova realidade política, a República, frente à qual não conseguia se situar muito bem. Os frades são apresentados pelo cronista como heróis ousados, corajosos, trabalhadores incansáveis, homens de dedicação total e exclusiva aos seus “filhos espirituais”, mesmo em prejuízo da própria saúde. Tudo isto reflete muito do ponto de vista com que cada um olhou para a mesma realidade: o sul do Espírito Santo.

Em meio às situações existenciais, é possível situar os acontecimentos em conjunturas maiores e estruturas que fogem à consciência imediata daqueles imigrantes e frades. É interessante observar, por exemplo, como o Sr. Orestes Bissoli relatou as dificuldades que vivenciou entre os anos 1898-1905, enfrentando um pesado ritmo de trabalho e grandes limitações financeiras, atribuindo tais situações ao aumento da família, aos compromissos que havia assumido, a saber, compra de novas terras, e às dificuldades para cumpri-los. Também o cronista agostiniano recoleto, ao tratar dos problemas vivenciados pelos imigrantes na primeira década do século XX, os viram sob a ótica de um problema geográfico e ambiental: as terras do litoral eram

fracas, esgotamento das terras, desmatamento desmedido, diminuição do nível das águas e das chuvas. Nem o Sr. Orestes, nem o cronista fazem referência a uma conjuntura mais ampla: a crise do café, que se arrastou por mais de uma década, entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX. À medida em que se olha para conjunturas e estruturas mais amplas, o nível da consciência individual e existencial daqueles que estão vivenciando os acontecimentos diminui. Além disso, nas relações diretas e imediatas da vida daqueles imigrantes e dos frades, na execução do projeto do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, nota-se a permanência de valores tradicionais que regem a vida no plano social, econômico e religioso, com a interpenetração desses níveis de vida. À medida que se mira as conjunturas econômicas e a estrutura capitalista que já se impõe com força naquele período, torna-se evidente a existência de um capitalismo moderno. A produção daqueles imigrantes pequenos proprietários era regida pela economia familiar, onde todos estavam envolvidos, incluindo uma rede de laços comunitários para auxiliar na hora das colheitas do café. Se a produção era regida e orientada por um ritmo tradicional, a comercialização do produto estava já inserida no mercado internacional e obedecendo às regras do capitalismo em voga. A produção primeira daqueles frades agostinianos recoletos visou não a um produto de exportação, mas que gerava renda imediata no mercado local, a cana de açúcar, e à produção de cachaça, uma vez que havia compromissos urgentes a serem cumpridos com os colonos.

Fernand Braudel²⁴⁶ distingue três níveis de duração no processo histórico: o tempo curto dos acontecimentos; o tempo mais amplo e lento das conjunturas; e a longa duração da permanência das estruturas. No nível das estruturas, percebe-se o capitalismo moderno a se

246 BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1972. p. 7-70, 133-144.

impor cada vez mais; no nível das conjunturas, grandes transformações políticas, sociais, fundiárias e culturais, como o retalhamento de grandes fazendas, a ocupação do solo, antes coberto de florestas, com a produção familiar do café; também a passagem do regime político de monarquia para república, que afetou diretamente a vida dos imigrantes; no nível dos acontecimentos, a existência incerta, enfumaçada e insegura dos agentes aqui tratados, tanto os imigrantes quanto os frades, esses por sua vez também imigrantes.

Jörn Rüsen²⁴⁷ diz que a pesquisa histórica produz um “superávit” de saber histórico que, mesmo como ciência, serve de orientação da vida humana prática no tempo. A pesquisa aqui realizada ampliou alguns conhecimentos a respeito da imigração italiana no sul do Espírito Santo, aprofundou a formação do Núcleo Colonial da Fazenda do Centro, analisou algumas ideias decorrentes desse fato, situou-o dentro de uma conjuntura maior do capitalismo mundial. Certamente, com novos olhares sobre os documentos e com novos documentos, tal “superávit” será ampliado e, como é típico de todo conhecimento científico, será até mesmo superado.

247 RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001. p. 106.

Referências

A GAZETA, Vitória, 1 mar. 1998, Caderno Dois.

AAVV. **Agustinos Recoletos: história y espiritualidad**. Roma: Città Nuova, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 2001.

ARANHA, José Pereira da Graça. **Canaã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html>, acessado no dia 31 de agosto de 2011, às 17:45.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. Italianos no Brasil: o que dizem os censos? In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998.

BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. Vitória: Ed. Fundação Cecília-no Abel de Almeida, 1979.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 2.

_____. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

BUSATTO, Luiz. Por uma identidade Ítalo-capixaba. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998.

CASAGRANDE, André Dell'orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **Castelo**: da pré-história ao início do Século XX. [s.l.]: Prograf, 2002.

CASTIGLIONI, Aurélia H. A imigração italiana no Espírito Santo: análise das características dos migrantes. In: _____. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998.

_____.; REGINATO, Mauro. **Imigração italiana no Espírito Santo**: o banco de dados. Vitória: CST, 1997.

CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. [s.l.:s.n.], 1973.

COLBARI, Antônia. Família e trabalho na cultura do imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998.

CÓPIA fiel do livro de coisas notáveis da Fazenda do Centro. Manuscrito, arquivo da Cúria Provincial da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto, SP. [19--].

CRÔNICA de la Província de Santo Tomás de Villanueva. Década Primeira (1899-1909). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920.

CRÔNICA de la Província de Santo Tomás de Villanueva. Década Segunda (1909-1919). Monachil: Imprensa Santa Rita, 1920.

CÚRIA PROVINCIAL DE LA PROVÍNCIA DE SANTO TOMÁS DE VILLANUEVA. **Los Mártires de Motril**: la comunidad mártir. Monachil: Imprensa Santa Rita, 1998.

DAVATZ, Thomaz. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Martins Fontes: EDUSP, 1972.

DE BONI, Luís Alberto. Imigração italiana no Brasil. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998.

DERENZI, Luís Serafim. **Os italianos no estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

- FANFANI, Amintore. **Capitalismo, catolicismo, protestantismo**. Lisboa: Áster; São Paulo: Flamboyant, [196-?].
- FRANCO, Sebastião Pimentel. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração. Século XIX e início do Século XX. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história**: uma introdução geral à filosofia da História. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). **Época colonial**. São Paulo: Difel, 1960. (História geral da civilização brasileira, v. 1, t. 1).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomaz. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Martins Fontes : EDUSP, 1972.
- LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LIBRO de contas de Fr. Máximo Tabuena de San José. En la residência de Anchieta. Do princípio en mayo de 1900. Manuscrito. Arquivo da Cúria Provincial da Província de Santa Rita de Cássia. Ribeirão Preto, SP, [19-].
- LIVRO de tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Castelo: de 1950 a 1965. Manuscrito. Arquivo da Casa Paroquial de Conceição de Castelo. Conceição de Castelo, ES, [19-].
- LOPES, Daniel. Fazenda do Centro: destruíram quase tudo, mas ainda é possível ver muita coisa bonita. **A Gazeta**, Vitória, 11 jun. 1981. Caderno de Turismo.
- MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- MARX, Karl. **O capital**. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. livro 1. v. 2.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTEDI, José Carlos. História perdida entre montanhas. **A Gazeta**, Vitória, 1 mar. 1998, Caderno Dois, p. 1.

_____. Personagens do passado revivem casarão. **A Gazeta**, Vitória, 1 mar. 1998. Caderno Dois, p. 3.

NAGAR, Carlo. **O estado do Espírito Santo e a imigração italiana**: (fevereiro 1895). Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória, Vitória,.; Arquivo Público Estadual, 1995.

NERY, João Batista Corrêa. (Dom). **Lembranças**: visitas pastoraes, manuscrito. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Vitória. Vitória: Centro de Documentação e Informação, [19--].

ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS. **Beatos Vicente Soler e companheiros**. Disponível em: <[http://www.santarita-oar.org.br/base.php?page = post_013_soler_comp](http://www.santarita-oar.org.br/base.php?page=post_013_soler_comp)>. Acesso em: 2 jul. 2008.

PESSALI, Hésio. Apresentação. In: BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. Vitória: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POZENATO, José Clemente. Representações da imigração: a realidade e o imaginário italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: Ed. UFES, 1998.

REIS, José Carlos, **Teoria & história**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS. Rio de Janeiro: Associação Brasileira dos Municípios, ano 16, n. 63/64, jul./dez. 1963.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Pequena contribuição à história da imigração italiana no sul do Espírito Santo**. [s.l.: s.n.], 2003.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001.

SCHÖKEL, Alonso. **Bíblia do peregrino**. São Paulo: Paulus, 2002.

SCOLESE, Eduardo. **A reforma agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005.

TAMANINI, Virgínia G. **Karina**: romance. 8. ed.. Vitória: [s.n.], 1981.

TAWNEY, Richard Henry. **A religião e o surgimento do capitalismo**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

WEBER, Max.. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo. Ática, 2006.

_____. **Die protestantische ethik und der “Geist” des kapitalismus**. Erfstadt: Area Verlag, 2007.

WITTER, José Sebastião. Imigrante, um fator de transformação da Sociedade Brasileira. São Paulo (1850-1914). In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: Ed. UFES, 1998.

ZANDONADI, Máximo. **A igreja na história de Venda Nova**. Belo Horizonte: O Luta-dor, 1984.

_____. **Venda Nova do Imigrante**: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo. Belo Horizonte: Fundação Mariana Resende Costa, 1992.

_____. **Venda Nova**: um capítulo da imigração italiana. São Paulo: EPS, 1980.

O Instituto Frei Manuel Simón e a preservação do patrimônio histórico e cultural do município de Castelo

O Instituto Frei Manuel Simón (IFMS) foi fundado, em 24 de fevereiro de 2005, com o objetivo principal de restaurar e revitalizar a Fazenda do Centro e, deste modo, recuperar as histórias e as lembranças dos que ali viveram ou estavam sob sua influência, desde a construção do casarão, em 1845. O IFMS surgiu da iniciativa de voluntários preocupados com a preservação do patrimônio histórico do município de Castelo. Seus membros se dispuseram a trabalhar com afinco, seja nas horas livres, nos feriados ou em fins de semana, para salvar esse importantíssimo bem arquitetônico da região sul capixaba, que vinha sofrendo danos irreparáveis após anos de abandono e descaso das autoridades.

Atividades mal planejadas para sua revitalização, no final da década de 1990, aceleraram o processo de degradação do imóvel. A população do município e, principalmente, as comunidades do entorno logo perderam o crédito da tão sonhada restauração do seu maior

patrimônio histórico. Era necessário recomeçar: mobilizar a sociedade; resgatar a credibilidade junto aos moradores e ao mesmo tempo sensibilizar as autoridades quanto à relevância histórica do imóvel.

Desde sua criação o IFMS empreendeu ações de recuperação e preservação física do casarão – tombado como patrimônio arquitetônico pelo Conselho Estadual de Cultura em 1984 - promovendo atividades turístico-culturais, educativas, religiosas, dentre outras práticas de mobilização social para o resgate da história da região. Para tanto, a instituição – que administra o casarão via contrato de comodato com a Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação – firmou diversos convênios com o setor público, especialmente com o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria da Cultura, com a Prefeitura Municipal de Castelo e com o Ministério da Cultura. Conta também com o apoio de empresas do setor privado, de colaboradores de diversos setores da sociedade, das comunidades vizinhas, dos ex-estudantes e dos descendentes das famílias que colonizaram a região.

O desejo em manter viva essa memória, para as atuais e futuras gerações, vem amparado no empreendedorismo dos edificadores da fazenda e no árduo trabalho nas lavouras executado por centenas de escravos que também labutaram para erguer com pedras, madeiras, tijolos e telhas uma propriedade que, por sua imponência e área territorial, seria denominada de Centro. É também respaldado pela obstinação dos Agostinianos, especialmente do Frei Manuel Simón, que lutou incessantemente para a aquisição da fazenda, visando implantar a missão pastoral cristã no interior castelense. Por fim, nas centenas de famílias italianas ali trazidas, seja para substituir os antigos escravos ou para adquirir um lote de terra, atendendo ao convite da congregação agostiniana e assim também realizar o sonho da terra prometida: *Far la Mèrica*.

Em pouco tempo o IFMS se orgulha em poder apresentar aos capixabas diversas realizações, além do tão sonhado restauro do casarão. A publicação desse valioso trabalho, cuidadosamente elaborado pelo historiador Frei Sérgio Peres e editado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), também faz parte dessa mobilização. Certamente o IFMS, como organização não governamental, é um exemplo a ser seguido, bem como a revitalização da Fazenda do Centro é um projeto modelo que inspira iniciativas para a preservação de outros imóveis distribuídos pelo território capixaba, igualmente importantes como patrimônio da nossa história.

Enfim, a Fazenda do Centro, como núcleo de disseminação do conhecimento, que tanto contribuiu para a formação cultural, religiosa e educativa dos capixabas, tem agora suas portas novamente abertas aos interessados em desvendar suas memórias e seus segredos.

Cilmar Franceschetto

Instituto Frei Manuel Simón

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente – *Genésio Francischetto*

Vice-Presidente – *Rosa Marta Salvador Alves*

Secretário – *Sebastião Silva Pacheco*

1º Suplente de Secretário – *Maria Aparecida Destefani*

2º Suplente de Secretário – *Archilau Vitorazi*

Tesoureiro – *Gicélia Barros Duarte*

1º Suplente de Tesoureiro – *Lauriano Guarnier Fim*

2º Suplente de Tesoureiro – *Mauro Sebastião Vettorazzi*

CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal Titular – *Lázaro Ernesto Destefani*

Conselho Fiscal 1º Suplente – *João Maria Pupim Netto*

Conselho Fiscal 2º Suplente – *Paulo Henrique Bernabé*

PRESIDENTE DE HONRA

Maria José Vettorazzi

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Catarina Destefani Casagrande

CONTADOR

Gilton Barroso

ASSESSOR JURÍDICO

Dr. Felipe Silva Scabello

CERTIDÃO DE REGISTRO

Número 260 – ordem: Livro (A-1), 274, de Pessoas Jurídicas de Castelo – Espírito Santo, 23 de maio de 2005, Cartório do Primeiro Ofício, Comarca Municipal de Castelo, Bel. Aguiar Pinheiro Filho.

PARCEIROS

1. Governo do Estado do Espírito Santo;
2. Secretaria de Estado da Cultura - SECULT;
3. Secretaria de Estado da Saúde - SESA;
4. Secretaria de Estado da Educação - SEDU;
5. Ordem Agostiniana Recoleta - OAR;
6. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES;
7. Ministério da Cultura - MINC;
8. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES;
9. Prefeitura Municipal de Castelo - PMC;
10. Câmara Municipal de Castelo - CMC;
11. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
12. Associação de Comércio e Indústria de Castelo - ACIC;
13. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
14. Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES - IDAF;
15. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;
16. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER;
17. Banco do Brasil;

18. Sindicato Patronal dos Trabalhadores Rurais;
19. Centro de Pedra do Brasil LTDA;
20. Bramagram Import. e Export.;
21. Mauro Mármore e Granitos LTDA;
22. Igramar Indústria de Granito e Mármore LTDA;
23. Vinha Granitos e Mármore;
24. Natural Rocha LTDA;
25. Destefani Móveis LTDA;
26. Dadalto – Castelo, ES;
27. Comunidade Pastoral da Fazenda do Centro / Castelo, ES;
28. Movimento Negro Castelense - MNC;
29. Società Italiana de Castelo - SIC;
30. Sociedade dos Amigos do Vale do Castelo - SAVAC;
31. Granitos Collodetti LTDA;
32. Cannone Indústria e Comércio de Confecções LTDA;
33. Centro de Pedra do Brasil LTDA;
34. Perfilados Rio Doce S.A.;
35. Policarte Mármore e Granito.

Coleção Canaã

Volumes

- 1º Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória - O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (Fevereiro 1895). *Carlo Nagar* - 1995
- 2º Projeto de Um Novo Arrabalde - 1896. *Francisco Saturnino Rodrigues de Britto* - 1996
- 3º Catálogos de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585 - 1822). (org.) *João Eurípedes Franklin Leal* - 1998
- 4º Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas - O Início da Colonização do Espírito Santo. *Nara Saletto* - 1998
- 5º Viagem à Província do Espírito Santo - Imigração e Colonização Suíça. *Johann Jakob von Tschudi* - 2004
- 6º Colônias Imperiais na Terra do Café - Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras. *Renzo M. Grosselli* - 2008
- 7º Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. *Levy Rocha* - 2008
- 8º História do Estado do Espírito Santo. *José Teixeira de Oliveira* - 2008
- 9º Os Capixabas Holandeses - Uma História Holandesa no Brasil. *Ton Roos e Margje Eshuis* - 2008
- 10º Pomeranos Sob o Cruzeiro do Sul - Colonos Alemães no Brasil. *Klaus Granzow* - 2009
- 11º Carlos Lindenberg - Um Estadista e seu Tempo. *Amylton de Almeida* - 2010
- 12º Província do Espírito Santo. *Basilio Carvalho Daemon* - 2010
- 13º Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas - O Início da Colonização do Espírito Santo - 2ª Edição Revisada. *Nara Saletto* - 2011
- 14º Viagem ao Espírito Santo - 1888 - *Princesa Teresa da Baviera* - 2013
- 15º Fazenda do Centro - Imigração e Colonização Italiana no Sul do Espírito Santo. *Sérgio Peres de Paula* - 2013

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras, podem ser consultados no site do APEES, em formato pdf, dentro do projeto Biblioteca Digital, no seguinte endereço:

www.ape.es.gov.br



APOIO CULTURAL

REALIZAÇÃO

